

**UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO**

LENY FATIMA SALLES PASCHOAL

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA:
UM ESTUDO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO NA
CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO NO PERÍODO DE 2015-2016**

**RIBEIRÃO PRETO
2017**

LENY FATIMA SALLES PASCHOAL

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA:
UM ESTUDO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO NA
CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO NO PERÍODO DE 2015-2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Educação da Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP, como requisito para obtenção do título de Mestre em Saúde e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Costa Carnio
Marasea

RIBEIRÃO PRETO
2017

Ficha catalográfica preparada pelo Centro de Processamento Técnico
da Biblioteca Central da UNAERP

- Universidade de Ribeirão Preto -

Paschoal, Leny Fatima Salles, 1962-

P279p Políticas públicas em educação empreendedora: um estudo
nas escolas públicas de ensino médio na cidade de Ribeirão Preto
no período de 2015-2016 / Leny Fatima Salles Paschoal. - -
Ribeirão Preto, 2017.

102 f.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Costa Carnio Marasea.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Ribeirão Preto,
UNAERP, Saúde e Educação. Ribeirão Preto, 2017.

1. Empreendedorismo. 2. Políticas Públicas. 3. Jovens.

I. Título.

CDD 610

LENY FÁTIMA SALLES PASCHOAL

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: UM ESTUDO NAS
ESCOLAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO NA CIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO NO PERÍODO DE 2015-2016**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Saúde e
Educação da Universidade de Ribeirão
Preto para obtenção do título de Mestre
em Saúde e Educação.

Área de Concentração: Ensino de Ciências da Saúde

Data da defesa: 06 de abril de 2017

Resultado: Aprovada

BANCA EXAMINADORA


Profa. Dra. Daniela Costa Carrão Marasca
UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto


Profa. Dra. Sandra Rita Molina
UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto


Profa. Dra. Elizabeth Regina Negri Barbosa
UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto

RIBEIRÃO PRETO
2017

RESUMO

PASCHOAL, L.F.S. **POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA:** Um estudo nas escolas públicas de ensino médio na cidade de Ribeirão Preto no período de 2015-2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde e Educação), Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto - SP, 2017.

Com a atual crise econômica é importante que as pessoas encontrem outras formas de obter renda e, para não ficar dependendo sempre de empregador, nada melhor do que empreender um novo negócio, ou seja, colocar em prática uma ideia nova, executar algo. No entanto, para isso é preciso orientações, cursos e conhecimentos. É desta forma que se objetiva apurar a política pública no Estado de São Paulo referente ao empreendedorismo no ensino médio, ou seja, analisar se as escolas estaduais da cidade de Ribeirão Preto possuem programas educacionais que estimulem jovens (até 17 anos) a empreender. O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo com a aplicação de entrevistas semiestruturadas nas escolas que possuem políticas de incentivo ao empreendedorismo. Foram pesquisadas todas as escolas estaduais de ensino médio na cidade de Ribeirão Preto, entretanto, apenas uma, a escola Irene Dias Ribeiro apresentou algumas atividades voltadas ao empreendedorismo. As outras escolas seguem o modelo de educação proposto pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo que aplicam como metodologia de ensino o protagonismo e não o empreendedorismo. Diante disto, percebe-se uma carência da atividade empreendedora voltada para os estudantes de ensino médio das escolas públicas na cidade de Ribeirão Preto.

Palavras-Chave: Educação Empreendedora para Jovens. Empreendedorismo. Políticas Públicas.

ABSTRACT

PASCHOAL, L.F.S. **PUBLIC POLICIES IN ENTREPRENEURIAL EDUCATION: A study in public high schools in the city of Ribeirão Preto in the period 2015-2016.** Dissertation (Professional Master in Health and Education), University of Ribeirão Preto, Ribeirão Preto - SP, Brazil, 2017.

With the current economic crisis it is important that people find another way to obtain income and not to be dependent on the boss nothing better than to undertake a new business, that is, put into practice, to execute something. However, you need directions, courses and knowledge. This study aims to investigate public policy in the State of São Paulo regarding entrepreneurship in high school, analyzing whether the state schools of the city of Ribeirão Preto have educational programs that encourage young people (up to 24 years) to undertake, It is a field research with the application of semistructured interviews in schools that have policies to encourage entrepreneurship. All the state high schools in the city of Ribeirão Preto were searched, but only one, the school Irene Dias Ribeiro presented some activities focused on entrepreneurship. The other schools follow the model of education proposed by the Secretary of Education of the State of São Paulo, they apply as teaching methodology the protagonism and not the entrepreneurship. In view of this, there is a lack of entrepreneurial activity for high school students in public schools in the city of Ribeirão Preto.

Keywords: Entrepreneurial Education for Youth. Entrepreneurship. Public Policy.

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos a DEUS, já que Ele colocou pessoas tão especiais a meu lado, sem as quais certamente não teria dado conta; por ter me dado paz e força para prosseguir mesmo nos momentos de desânimo.

Aos meus pais, Augusto (*in memoriam*), Ceny e Tia Lectícia (*in memoriam*), meu infinito agradecimento. Sempre acreditaram em minha capacidade, mostrando que sempre temos que tentar fazer o melhor e não ser a melhor. Obrigada pelo amor eterno.

Aos meus irmãos Antonio Augusto, Cesar, Fernando (*in memoriam*), Cecy, Eduardo, Cely, Sergio e cunhadas (os) e amigos que sempre me apoiaram e torceram pela minha vitória.

Aos meus maiores incentivadores e tesouros, meus sobrinhos: Rafael, Lucas, Izabela, Christiane, Vinicius, Michelle, Gizelle, Izadora, Guilherme, Gabriel, Thauane, Gustavo, Grazielly, Gabriela e Felipe; além dos sobrinhos netos: Diogo, Henrique, Luana, Maria Vitória, Pedro, Pietro, Fernando, Francisco, Miguel e Maria Júlia.

À Profa. Dra. Daniela Costa Carnio Marasea, minha orientadora, por ter aceitado este desafio, pela confiança e, por ser minha maior incentivadora para superar meus limites e dividido sua sabedoria comigo, contribuindo para meu crescimento pessoal e profissional.

À Profa. Dra. Elizabeth Negri Barbosa e Profa. Dra. Sandra Rita Molina que fizeram contribuições muito importantes na qualificação deste trabalho, me orientando também por outros caminhos ricos de conhecimento para a CONSIDERAÇÕES FINAIS deste trabalho, aceitando o convite e se disponibilizando a participar da banca de defesa.

Ao Prof. Ms. Ricardo A. Donegá pelas revisões, correções e sugestões.

Finalmente, gostaria de agradecer à UNAERP e a Profa. Dra. Neide Aparecida de Souza Lefheld, sem os quais essa dissertação dificilmente poderia ter sido realizada e a todos mais que eu não tenha citado nesta lista de

agradecimentos, mas que de uma forma ou de outra contribuíram não apenas para a minha dissertação, mas também para eu ser quem eu sou.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas da Aplicação da ABProb	32
Figura 2 – Inter-relação	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação dos empregos ocupados em relação ao total de empregos ocupad	17
Gráfico 2 – População /Amostra por cidade	61
Gráfico 3 – Possui pedagogia empreendedora?	62
Gráfico 4 – Por que não possui pedagogia empreendedora?	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População a ser pesquisada	23
Quadro 2 – Quadro de etapas da coleta de dados junto à amostra	25
Quadro 3 – Dimensões da Entrevista	27
Quadro 4 – Perfil Empreendedor no Brasil	53
Quadro 5 – Exemplos de políticas segundo a categoria de classificação	60

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ABP	Aprendizagem Baseada em Problema
ABProj	Aprendizagem Baseada em Projeto
CF 1988	Constituição Federal de 1988
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
EAD	Educação à Distância
EAPES	Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior
EJA	Educação para Jovens e Adultos
EPES	Equipe de Planejamento do Ensino Superior
ETEC	Escola Técnica Estadual
FIPASE	Fundação Instituto Polo Avançado de Saúde
FUNDESCOLA	Fundo de Desenvolvimento da Escola
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEI	Microempreendedor Individual
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RMPR	Região Metropolitana de Ribeirão Preto
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TOPA	Todos Pela Educação
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1.1 JUSTIFICATIVA	16
1.2 HIPÓTESE	18
1.3 OBJETIVOS	18
1.3.1 Objetivo Geral	18
1.3.2 Objetivo Específico	18
2 CASUÍSTICA E MÉTODO	20
2.1 NATUREZA DO ESTUDO.....	20
2.2. LOCAL DO ESTUDO	22
2.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	22
2.4 COLETA DE DADOS	24
2.4.1 Instrumento de Coleta de Dados.....	24
2.4.2 Procedimento de Coleta de Dados	25
2.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	26
2.6 ASPÉCTOS ÉTICOS DA PESQUISA	27
2.7 CRITÉRIOS DE SUSPENSÃO OU ENCERRAMENTO DA PESQUISA	28
2.8 ORÇAMENTO FINANCEIRO E CRONOGRAMAS DAS ATIVIDADES DA PESQUISA.....	28
3 REVISÃO DA LITERATURA	29
3.1 PEDAGOGIA EMPREENDEDORA.....	29
3.1.1 Metodologias de Ensino Tradicionais Ativas para Aprendizagem.....	30
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	34
3.2.1 Políticas Públicas: Conceito	36
3.2.2 Modelos de Políticas Públicas.....	38
3.2.3 Políticas Públicas em Educação	41
3.2.3.1 Contextualização histórico-social	41
3.2.3.2 Ações governamentais.....	45
3.3 EMPREENDEDORISMO	48
3.3.1 Empreendedorismo no Brasil	51
3.3.2 Perfil Empreendedor	54
3.3.3 Categorias Políticas de Empreendedorismo por Lundström e Stevenson	57
4 RESULTADO E DISCUSSÃO	61

CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE I – Cronograma Atividades do Projeto Pesquisa	83
APÊNDICE II – Planilha de Orçamento	84
APÊNDICE III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	85
APÊNDICE IV – Entrevista Aplicada ao Responsável pela Atividade.....	86
APÊNDICE V – Solicitação para Entrevista	87
ANEXO I – Autorização para Realização de Entrevista em Escolas.....	90
ANEXI II – Amostra na Cidade de Sertãozinho.....	91
ANEXI III – Amostra na Cidade de Ribeirão Preto	92
ANEXI IV – Breve Histórico da Lei 9.394/96	93

INTRODUÇÃO

Não há um conceito específico de globalização, no entanto é possível sintetizar como a integração das relações socioespaciais em grandeza mundial, com conexão e instrumentalizada pelo atrelamento entre as diferentes partes do globo terrestre, sempre em evolução e transformação. A globalização contribuiu para que as crises econômicas do século XX e início do século XXI chegassem a diversos países em escala internacional, o que não significa que com o mesmo impacto em cada um deles (QUEIROGA, 2013).

Dentre as principais crises econômicas mundiais, destacam-se: 1929- A Grande Depressão; 1973 e 1979 – Choques do Petróleo; Anos 1980 – Dívidas exorbitantes; Anos 1990 (1997,1998,1999) – Desdobramento da crise da década anterior; 2001 – 11 de Setembro; 2008 – Crise dos Suprimes/Grande Recessão (QUEIROGA, 2013).

Os jovens geração “Y”, ou seja, aqueles nascidos nos anos 1980 e 1990, passaram por crises voltadas a elevação de juros internacionais, concessão de crédito facilitado, entre outros, mas 2015 foi o ano em que se depararam com uma crise econômica e desemprego. Segundo Cavallini (2015), o IBGE, em maio de 2014 para 2015, o desemprego subiu de 4,9% para 6,7%, sendo os jovens de 18 a 17 anos os mais afetados. Este cenário piorou em junho de 2015, tendo o pior resultado em empregos formais já registrados desde 1992 conforme cita Cruz (2015). De acordo com o Pnad trimestral do IBGE, a taxa média de desemprego chegou a 25,7% em 2016. Os jovens foram os mais castigados com a crise econômica. De 2012 para cá, o nível de ocupação nessa faixa etária foi o que mais caiu. Naquele ano, quando teve início a Pnad trimestral, o percentual de brasileiros de 18 a 17 anos ocupados era de 57,9%. Agora, é de 50,5%. No grupo de 25 a 39 anos, a queda foi menos intensa: de 74,2% para 72,8%. Nas regiões brasileiras, a maior taxa de desocupação foi registrada no Nordeste: 29,5%. Em seguida aparecem o Sudeste (27,4%) e o Norte (25,2%), segundo dados do IBGE (2016).

Para Setti (2015) e Welle (2015) a crise brasileira não se deve à crise internacional. “Especialista em Brasil afirma que instituições democráticas estão funcionando e atribui turbulência política à economia, corrupção e à falta de habilidade de Dilma” (WELLE, 2015, p.1).

Fatores como a crise na Petrobras, conhecida como Operação Lava Jato, segundo estudo elaborado pelo Grupo de Economia & Soluções Ambientais da Fundação Getúlio Vargas (2015) impactou na economia com a retirada R\$ 87 bilhões no valor de produção da economia brasileira em 2015, além de provocar a perda de mais de 1 milhão de vagas de trabalho. E com a economia mais fraca, a inflação sobe, ou seja, aumenta-se o nível de preços de conjuntos de bens e serviços.

Portanto, o aumento de desemprego e da inflação, e o envolvimento de políticos com desvio de verba pública, resultaram em baixa credibilidade do governo e esta falta de habilidade política impactou diretamente na popularidade da então presidente Dilma Rousseff. Segundo o Datafolha (2015), 44% da população no início de fevereiro avaliaram o governo como ruim/péssimo. Em dezembro de 2014 esta avaliação era de 24%. Os resultados deixaram claro que o otimismo com o governo estava diminuindo. Esta insatisfação foi resultado da interferência direta da própria presidente em três fatores: reforma ministerial; eleição da presidência da Câmara; estratégia econômica (CASTRO, 2015).

No início de seu segundo mandato, ao escolher os ministros, Dilma gerou conflitos com movimentos sociais e partidos. Por considerarem ser indicações pessoais e não do partido, os deputados não se sentiram prestigiados na composição da Esplanada. A relação com a Câmara dos Deputados também se desgastou com o Eduardo Cunha (PMDB-RJ) na presidência, pois o então presidente fez questão de repelir ministros que apoiavam o governo, como o Ministro das Cidades (Gilberto Kassab) e o Ministro da Educação (Cid Gomes). Além da Câmara, a presidente Dilma também enfrentou barreiras no Senado quando o assunto foi ajuste fiscal. Na tentativa de reerguer a economia brasileira, propôs medidas como alteração na pensão e aumento dos impostos. Estas medidas afastaram de Dilma partidos da base, além de servir de munição para a oposição e de insatisfação da população, no entanto estes fatos não sustentavam um pedido de impeachment que foi apresentado e aceito pelo

presidente da Câmara após o Tribunal de Contas da União decidir rejeitar as contas públicas de 2014 e acusá-la de pedaladas fiscais¹ (CASTRO, 2015).

Diante deste contexto, com a atual crise econômica é importante que as pessoas encontrem outras formas de obter renda e para não ficar na dependência de empregador nada melhor do que empreender em um novo negócio, ou seja, colocar em prática, executar algo. Entretanto, é preciso orientações, cursos e conhecimentos. A questão desta pesquisa é: será que o governo, por meio das políticas públicas, fornece os recursos necessários para os jovens empreenderem? Este é o cenário do neoliberalismo que engloba um conjunto de iniciativas e medidas de políticas econômicas sustentadas.

Devido ao cenário atual econômico, deve-se estimular, informar e instruir os jovens desde cedo para capacitá-los e incluí-los no mercado de trabalho, auxiliando-os a abrir seu próprio negócio ou até inovar algo existente. Desta forma, é de suma importância pesquisar se este trabalho está sendo realizado nas escolas públicas, através da Pedagogia Empreendedora.

A Pedagogia Empreendedora é uma metodologia de ensino de empreendedorismo para a Educação Básica, vinculando as tecnologias de desenvolvimento local e estimulando a capacidade de escolha do aluno, mas sem influenciá-lo. Esta metodologia não tem como tema central o enriquecimento pessoal, mas a preparação do indivíduo para participar ativamente da construção do desenvolvimento social. A Pedagogia Empreendedora foi aplicada em diferentes cidades, contextos e escolas. Segundo Dolabela (2012) o teste piloto foi em 2002, no norte de Minas Gerais e Belo Horizonte e em 2003 já havia sido aplicada em 93 cidades, sendo 86 destas no estado do Paraná.

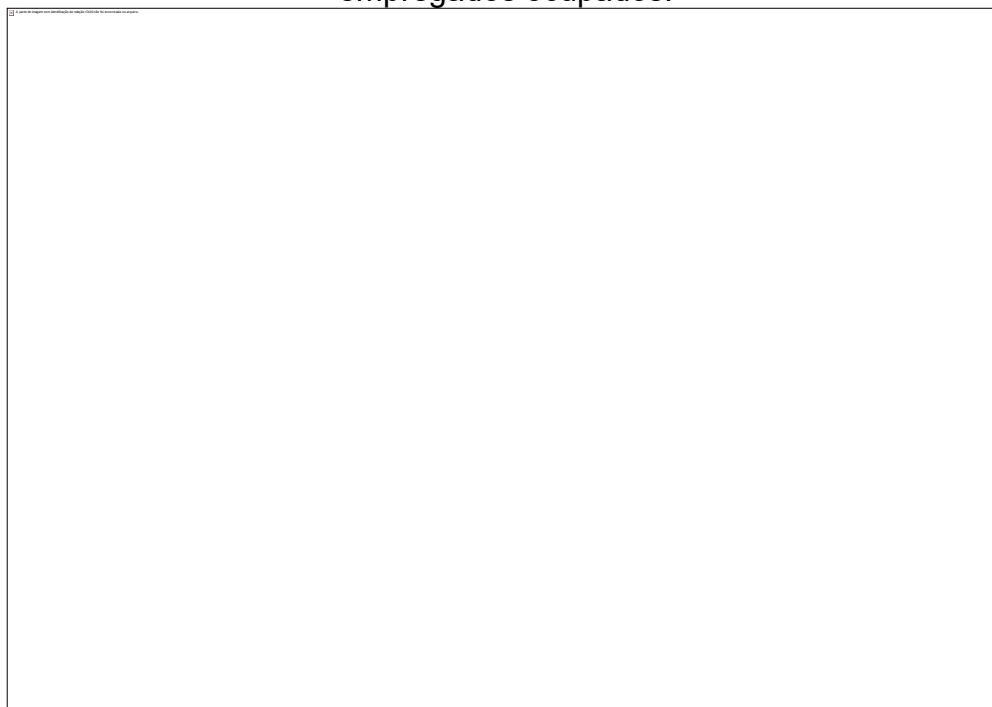
Desta forma, o presente estudo delimita-se em pesquisar, especificamente, as escolas estaduais de ensino médio da cidade de Ribeirão Preto-SP.

¹ Pedalada fiscal é um termo que se refere a operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional, não previstas na legislação, que consistem em atrasar o repasse de verba a bancos públicos e privados com a intenção de aliviar a situação fiscal do governo em um determinado mês ou ano, apresentando melhores indicadores econômicos ao mercado financeiro e aos especialistas em contas públicas.

1.1 JUSTIFICATIVA

Dentre as cidades mais distantes do entorno da capital, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto destacam-se pela organização da atividade produtiva e do mercado do trabalho (SEADE, 2005).

Gráfico 1 - Participação dos empregos ocupados em relação ao total de empregados ocupados.



Fonte: Fundação Seade (2015).

O Gráfico 1 demonstra que a economia gira em torno de Serviços de Apoios, Comércio e Indústria. Portanto, a importância deste estudo deve-se à necessidade de verificar qual a orientação que as escolas de ensino médio, na cidade de Ribeirão Preto estão oferecendo a seus alunos, por meio das Políticas Públicas Educacionais, com objetivo precípua de empregabilidade nos próximos anos, tendo como referência a disciplina Empreendedorismo. Desta forma, verificando de que maneira esta matéria está sendo aplicada, com utilização de mecanismos práticos ou somente teóricos.

Pesquisar Políticas Públicas da educação significa “enfocar uma estrutura de poder e de dominação entranhados nos mais diversos níveis sociais” (AZEVEDO, 1997, p.5). Questiona-se, portanto, em que medida isso implica que os recursos do

poder estatal têm operado em favor do encontro da justiça social através da educação orientando os jovens para um futuro melhor.

1.2 HIPÓTESE

As escolas de ensino médio estadual na cidade de Ribeirão Preto, possuem atividades/oficinas voltadas ao empreendedorismo que são aplicadas de forma correta, instigando o aluno a abrir seu próprio negócio.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Verificar se as escolas de ensino médio na cidade de Ribeirão Preto possuem atividades e oficinas que estimulem o empreendedorismo aos jovens (até 17 anos).

1.3.2 Objetivos Específicos

- Entender educação empreendedora e suas vantagens;
- Pesquisar as definições de políticas públicas;
- Conceituar os tipos de empreendedorismo;
- Verificar as escolas de ensino médio na cidade de Ribeirão Preto; e
- Verificar se os professores sentem-se preparados para conduzir tais atividades.

Para alcançar o objetivo almejado, foi realizado um estudo teórico com base no modelo proposto por Lundström e Stevenson (2005), no qual são abordadas seis categorias de políticas de empreendedorismo, a saber: promoção da cultura

empreendedora; educação para o empreendedorismo; redução de barreiras de entrada; financiamento; medidas de apoio e suporte aos novos negócios e políticas com enfoque em segmentos específicos da população. Para a criação das políticas públicas de empreendedorismo, Lundström e Stevenson (2005) destacam a importância da análise das condições e dos contextos específicos do país ou região.

2 CASUÍSTICA E MÉTODO

2.1 NATUREZA DO ESTUDO

A metodologia é a explicação detalhada de toda ação desenvolvida nos caminhos escolhidos para a realização da pesquisa. Segundo Fonseca (2002), o método de pesquisa é um conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para se coletar e analisar os dados. O método fornece os meios para se alcançar o objetivo proposto, ou seja, são as “ferramentas” das quais se faz uso na pesquisa a fim de alcançar o objetivo almejado.

Posto isto, o presente estudo se dividiu em quatro fases, sendo que as duas primeiras têm como característica a pesquisa qualitativa com base em dados secundários e as duas últimas fases caracterizam a pesquisa quantitativa com base em dados primários.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Diferentemente da pesquisa qualitativa, a pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, 2002, p. 20).

Dados primários são aqueles que não foram antes coletados, estando ainda em posse dos pesquisados, e que são coletados com o propósito de atender as necessidades específicas da pesquisa em andamento. Os dados secundários são aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e, muitas vezes, até analisados, com propósitos outros ao de atender as necessidades da pesquisa em andamento, e que estão catalogados à disposição dos interessados (FONSECA, 2002, p. 27).

A primeira fase da pesquisa é a apuração de bases com o objetivo de apurar referências teóricas sobre o assunto, através de pesquisa bibliográfica e assim obter os dados secundários do trabalho e que oriente para a coleta de dados e ir à busca de respostas, tais como: Existe atividade voltada ao Empreendedorismo nas escolas públicas de ensino médio na cidade de Ribeirão Preto?

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de websites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32).

Após definir o objetivo da pesquisa, se fez necessário escolher o procedimento técnico que iria conduzi-la, neste caso para obter as respostas acima foi necessário a realização de estudo de campo do tipo exploratório, conforme retrata a segunda fase da investigação científica. Classificando-se, assim, pois, segundo Markoni & Lakatos (2008), o estudo de campo pode ocorrer a partir de três métodos diferentes, dependendo do objetivo que se pretende alcançar, sendo: experimental em que a finalidade é o teste de hipóteses, causa-efeito; quantitativo-descritivo quando se analisa as características de fenômenos e avaliam suas variáveis; e tipo exploratório que tem tripla finalidade, ou seja, desenvolve hipótese, aumenta a familiaridade do pesquisador com o ambiente e realiza uma pesquisa futura com objetivo de modificar ou esclarecer tais conceitos.

Sendo assim, as três finalidades propostas por uma pesquisa do tipo exploratória estão presentes no estudo, pois, a hipótese foi levantada e pesquisada na primeira fase, o tema abordado já é conhecido e a contribuição é tão somente proporcionar uma nova visão sobre esta realidade já existente. Desta forma, trata-se de uma pesquisa descritiva, que segundo Barros e Lehfeld (2007) tem como objetivo realizar um estudo, apurando-se e analisando seus dados, sem a interferência do pesquisador. Portanto, é na segunda fase que se aprimoram os objetos de pesquisa, ou seja, são as escolas onde ocorrerão as entrevistas para coleta de dados, classificando, assim, esta etapa da pesquisa também como uma pesquisa qualitativa.

A terceira fase foi a coleta de dados junto às escolas escolhidas, abordando as pessoas responsáveis pela atividade. Esta fase forneceu os dados primários para pesquisa e com a quarta fase, que é a análise de dados, se obteve o alcance dos objetivos propostos. Os dados primários subsidiaram o alcance do objetivo proposto, através da tabulação das respostas obtidas, caracterizando-se estas fases como uma pesquisa quantitativa.

Portanto, pode-se auferir, de acordo com os conceitos de métodos de pesquisa, que o presente estudo se trata de um estudo de campo, de caráter exploratório.

2.2 LOCAL DO ESTUDO

O local do estudo escolhido foi a cidade de Ribeirão Preto. A Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) foi institucionalizada em 2016, reunindo 34 municípios, sendo: Altinópolis, Barrinha, Batatais, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guatapar, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Mococa, Monte Alto, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Taiva, Tambaú e Taquaral.

Segundo a Fipase (2015), a cidade de Ribeirão Preto  conhecida por seu comércio e serviços em todas as áreas, principalmente na saúde. E o IBGE (2014) apontou que a prestao de serviços rendeu 14.963.559 milhões de reais ao PIB municipal, sendo a maior fonte geradora do PIB ribeirão-pretano. Segundo IBGE (2011), a cidade possuía em 2010, 34.125 unidades locais e 33.015 empresas e estabelecimentos comerciais atuantes. Sua populao estimada pelo IBGE para 2015 foi de 666.323 habitantes, sendo o município que mais cresceu entre as maiores cidades do estado de São Paulo. Na cidade de Ribeirão Preto existem 30 escolas estaduais de ensino médio, como pode ser observado no quadro 1, do tpico populao e amostra, logo abaixo.

2.3 POPULAO E AMOSTRA

Segundo Marconi & Lakatos (1996) a populao a ser pesquisada ou universo da pesquisa,  definida como conjunto de indivíduos que partilham de, pelo menos, uma característica em comum. Neste caso foram as escolas públicas de segundo grau ou ensino médio na cidade de Ribeirão Preto, a saber:

Quadro 1 - População a ser pesquisada

NOME	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO
Alberto Santos Dumont	Rua Flávio Uchoa, 916	Campos Elíseos
Alcides Correa Professor	Rua Moreira de Oliveira, 242	Alto Boa Vista
Alpheu Dominiguetti Professor	Rua Feliciano Alves Faria, 273	Vila Abranches
Amélia dos Santos Musa Professora	Rua Espírito Santo, 887	Ipiranga
Barros Conego	Av. Doutor Francisco Junqueira, 726	Centro
Centro Atend Socioeduc Adolescente Ribeirão Preto Ui	Rodovia Mário Donega, 2	
Cid de Oliveira Leite Professor	Rua Itararé, 608	Jardim Paulista
Djanira Velho Professora	Rua Borba Gato, 60	Vila Amélia
Domingos Joao Baptista Spinelli Professor Doutor	Rua Deputado Orlando Jurca, 92	Quintino Facci II
Eugênia Vilhena de Moraes Professora	Rua Abílio Sampaio, 900	Vila Virgínia
Expedicionários Brasileiros	Rua Orivaldo Braga	Jardim São José
Francisco da Cunha Junqueira Doutor	Rua Jair Costa	Centro
Geraldo Correia de Carvalho Doutor	Rua Itaguaçu, 869	Ipiranga
Guimarães Júnior Doutor	Rua Lafaiete, 584	Centro
Irene Dias Ribeiro Professora	Rua Doutor Antônio Sylvio Cunha Bueno, 205	Geraldo Correia de Carvalho
Jardim Diva Tarla de Carvalho	Rua João Toniolli, 3475	Jardim Diva Tarla de Carvalho
Jardim Orestes Lopes de Camargo	Rua Gregório Pereira	Jardim Orestes Lopes de Camargo
Jardim Paiva II	Rua Senador Teotônio Vilella, 1950	Jardim Paiva II
Jenny de Toledo Piza Schroeder Professora	Rua Carolina Maria de Jesus, 625	Jardim Presidente Dutra
João Augusto de Mello Professor	Rua Lasar Segall, 228	Jardim Independência,
João Palma Guião Doutor	Rua Atilio Pedro Cherubim, 275	Dom Bernardo Jose Mielle
Miguel Jorge	Rua Domingos Padovan	Jardim Novo Mundo
Orlando Vitaliano Vereador	Rua César Montagnana, 110	Quintino Facci I
Rafael Leme Franco Professor	Rua Padre Anchieta, 1730	Jardim Antártica
Romeu Alberti Dom	Rua Florinda Bordizan Sampaio, 250	Jardim José Sampaio Junior
Romualdo M. de Barros Prof.	Rua Bolívia, 300	Vila Mariana
Sebastião Fernandes Palma Professor	Rua Casemiro de Abreu, 595	Vila Seixas
Tomás Alberto Whatelly Doutor	Rua Marquês de Pombal, 349	Campos Elíseos

Wálter Ferreira Professor	Rua Machado de Assis, 761	Vila Tibério
Wálter Paiva Professor	Rua Tupinambá	Vila Augusta

Fonte: Ribeirão Preto *online* (2015)

Em síntese, foram levantadas 30 escolas estaduais que disponibilizam o segundo grau à população de Ribeirão Preto. A amostra de quais escolas possuem atividades empreendedoras, foi apurada através do contato individual ou telefônico de toda a população levantada (30 escolas acima relatadas). Trata-se de uma amostra não probabilística por conveniência, que segundo Malhotra (2006) é aquela que se escolhe dia, hora e local para a realização da pesquisa, e esta escolha se dá pelo momento mais conveniente para o pesquisador e pesquisados.

2.4 COLETA DOS DADOS

2.4.1 Instrumento de Coleta de Dados

O principal instrumento de coleta de dados é a pesquisa por meio de entrevista do tipo semiestruturada. Para Ribeiro (2008) a entrevista é uma técnica pertinente quando o pesquisador quer obter informações sobre atitudes, conhecimentos, valores, ou seja, de ações que podem ir além de descrições das ações.

Segundo Rosa & Arnoldi (2006) a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como uma forma racional de conduta do pesquisador para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimento de forma previamente estabelecida.

Na entrevista semiestruturada tem-se uma lista de questões ou tópicos para serem respondidos ou preenchidos, como se fosse um guia para o pesquisador, um roteiro de entrevista. Para Triviños (1987, p. 146) “a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal

seria colocado pelo investigador-entrevistador. Para Manzini (1991, p.154) “a entrevista semiestruturada está focada e realizada em um assunto sobre o qual é confeccionado um roteiro com perguntas principais, complementadas por questões inerentes às circunstâncias momentâneas a entrevistas”. Mattos (2005) cita que as questões não precisam seguir a ordem prevista no guia e poderão ser formuladas novas questões no decorrer da entrevista.

Tomar (2009) relaciona as principais vantagens das entrevistas semiestruturadas, sendo elas: probabilidade de se obter acesso à informação além do que se listou; elucidar aspectos da entrevista; gerar pontos de vista, obter orientação e hipóteses de aprofundamento da investigação, permitindo definir novas estratégias e outros instrumentos.

Desta forma, as questões podem fazer surgir informações, uma vez que as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Portanto, o instrumento de coleta de dados utilizado foi uma entrevista semiestruturada, através de formulários, conforme descritos no procedimento de coletas de dados.

2.4.2 Procedimento de Coleta de Dados

Foram constituídos formulários com questões que permitem a avaliação do pesquisador, sendo um formulário voltado para os responsáveis pela atividade e/ou dirigentes, conforme Apêndice IV.

Foi realizado um pré-teste, inicialmente na cidade de Sertãozinho, por ser próxima a Ribeirão Preto para a validação do mesmo, após os ajustes necessários foi aplicado em Ribeirão Preto.

Quadro 2 - Quadro de etapa da coleta de dados junto a amostra

Etapa da Coleta	Com quem? (amostra)	De que forma? (instrumentos)
1ª etapa	Responsáveis pela atividade empreendedora	Entrevistas semiestruturadas

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos objetivos propostos, foram analisadas as seguintes variáveis:

- Descobrir as instituições de ensino médio que promovem o ensino do empreendedorismo através de atividades e oficinas, visando conhecer de que forma estas instituições buscam despertar o interesse dos alunos de empreender no próprio aprendizado;
- Investigar as estratégias de ensino utilizadas pelos professores nestas atividades e oficinas, e avaliar a percepção dos docentes em relação as respostas dos alunos aos estímulos oferecidos.

Roteiro de entrevista aplicado aos responsáveis pelas atividades ou oficinas voltadas ao empreendedorismo (Apêndice IV).

Esta entrevista tem por objetivo apurar se a escola possui oficina ou atividade empreendedora e seu impacto em relação a isso.

Identificação: Nesta parte da entrevista objetiva-se avaliar o perfil da escola e do gestor.

Se a resposta for SIM: Objetiva-se apurar de que forma a pedagogia empreendedora é implantada e seu impacto nos discentes e docentes,

Se a resposta for NÃO: Objetiva-se compreender o porquê da não atuação e se a escola tem pretensões de inclusão desta metodologia.

Para a coleta de dados desta fase foi usado um gravador, para assim preservar o máximo possível a fala dos entrevistados.

2.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados em seis categorias. Abaixo encontra-se o quadro que demonstra quais são e as justificativas para sua pesquisa.

Quadro 3 - Categorias a serem analisadas

1	Oferecimento das oficinas e atividades	Procurar conhecer quais as escolas de Ensino Médio Estadual que oferecem atividades e oficinas voltadas ao empreendedorismo
2	Importância da Educação Empreendedora para o curso	Os elementos correspondentes ao que os entrevistados pensam sobre a importância do ensino do empreendedorismo para os jovens do ensino médio (até 17 anos)
3	Importância da Educação Empreendedora para os alunos	A classificação desta dimensão baseou-se na opinião dos entrevistados em relação a importância do ensino do empreendedorismo, como uma possibilidade de os alunos empreenderem
4	Metodologias de ensino utilizadas	Nesta dimensão foram categorizados elementos que dizem respeito às estratégias de ensino e conteúdos trabalhados nas atividades e oficinas voltados ao empreendedorismo das escolas pesquisadas
5	Resultados da Educação Empreendedora fornecida	Elementos que indicam os resultados obtidos após a educação empreendedora recebida e se possuem interesse em empreender.
6	Pretensões de mudança para o curso	Os elementos que apontavam para a vontade ou necessidade de inclusão de atividades ou oficinas para os próximos anos, caso a escola não tenha.

Fonte: Elaborada pela autora.

As análises ocorreram através das seguintes fases:

Fase 1: Os dados qualitativos foram obtidos após a separação das entrevistas dos responsáveis pelas atividades e/ou oficinas.

Fase 2: Nesta fase os dados obtidos foram transformados em quantitativos, por meio da tabulação e análise das respostas obtidas. Desta forma, apurou-se a frequência e porcentagem de cada resposta.

Fase 3: Nesta fase conclui-se aqui a pesquisa realizada através da comparação entre as respostas obtidas com o referencial teórico pesquisado.

2.6 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Os dados obtidos pela pesquisa trarão as informações suficientes para permitir o entendimento, avaliação e análise por parte do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Ribeirão Preto. O mesmo não envolve pesquisa em animais, como

informado, trata-se de uma pesquisa cultural de seres humanos na forma de entrevista semiestruturada atendendo a Resolução 466/2012. O referido trabalho foi aprovado pelo Comitê sob o número CAAE 56511016.6.0000.5498, submetido em 28/11/2016 .

Por se tratar de uma pesquisa que objetiva avaliar a educação empreendedora no ensino médio das escolas, se fez necessário a participação dos docentes ou dirigentes das escolas, através de uma ficha de autorização e com o preenchimento do TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

2.7 CRITÉRIOS DE SUSPENSÃO OU ENCERRAMENTO DA PESQUISA

Os critérios para suspender ou encerrar as pesquisas poderão ser de ordem operacional, inclusive pela possibilidade de não obter autorização para as escolas em participarem das entrevistas.

Foi dispensada a autorização da Secretaria da Educação do Município de Ribeirão Preto, representada pelo Sr. Angelo Invernizzi Lopes devido ao fato do município não ser responsável pela educação no Ensino Médio. No entanto, foi solicitada a autorização da Diretoria de Ensino da Região de Ribeirão Preto, atualmente Simone Maria Locca, conforme Apêndice VI.

2.8 ORÇAMENTO FINANCEIRO E CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DA PESQUISA

Todos os gastos efetuados nesta pesquisa foram de responsabilidade do pesquisador.

O cronograma encontra-se no Apêndice I.

Os gastos efetuados encontram-se no Apêndice II.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1. PEDAGOGIA EMPREENDEDORA

A pedagogia empreendedora é um método de ensinar empreendedorismo para as crianças de 4 a 17 anos, ou seja, aquelas que frequentam a Educação Básica (educação infantil ao ensino médio). Dolabela (2006) aponta em seus textos que a aprendizagem empreendedora pode começar cedo.

Esta metodologia não é destinada exclusivamente para preparar os alunos a criarem uma empresa, ela também desenvolve o potencial destes para serem empreendedores em qualquer atividade que possam atuar como empregados do governo, de grandes empresas, de empresas do terceiro setor, artista, pesquisador ou até mesmo sendo donos de suas próprias empresas (DOLABELA, 2006).

Sendo aplicada em diferentes escolas de várias cidades, seu teste piloto foi em 2002 e no ano seguinte a aplicação foi em 93 cidades, sendo 86 do Paraná. Para que isso fosse concretizado, a Pedagogia Empreendedora contou com o apoio da ONG VISÃO MUNDIAL e do SEBRAE e seguiu os seguintes elementos:

- Utiliza o professor da própria instituição, que conhece a cultura da casa, dos alunos e do meio ambiente onde cada unidade está inserida;
- Dinamiza conhecimentos já dominados pelo professor;
- É voltada para a prática, sendo de fácil implementação;
- Não se trata de uma receita, um passo a passo: a metodologia é recriada pelo professor na sua aplicação, respeitando a cultura da comunidade, dos alunos, da instituição, do próprio professor;
- Possui material didático específico e inédito, construído inteiramente para a realidade brasileira;
- Agente de mudança cultural;
- Permite a rápida disseminação da cultura empreendedora, sendo concebida para ser aplicada em larga escala, com alta dispersão geográfica;
- Não cria a necessidade de formação de “especialistas”;
- Não gera dependência da escola a consultores externos;
- Integra professores de áreas diferentes;
- Baixíssimo custo: não duplica meios e esforços;
- A comunidade participa intensamente, como educadora e educanda;
- Considera a escola como uma das referências de comunidade;
- É geradora de capital humano e social;

- Apoia-se na geração do sonho coletivo, na construção do futuro pela comunidade;
- Tem como alvo a construção de um empreendedorismo capaz de gerar e (principalmente) distribuir, renda, conhecimento e poder. (DOLABELLA, 2006, p.2)

Um exemplo de Pedagogia Empreendedora é o programa “Sonhar um sonho e buscar a realização do sonho”. Este programa se baseia em duas perguntas: “Qual é o seu sonho?” e “O que você irá fazer para transformá-lo em realidade?”. Sua aplicação pode começar aos quatro anos de idade e ser reaplicado a cada ano até o último ano no Ensino Médio. Com isto, o estudante é estimulado a gerar conhecimento de si mesmo, tornando perceptíveis suas limitações, e sobre o que deseja para o futuro.

Portanto, a pedagogia empreendedora pode ser aplicada tanto em escolas públicas quanto particulares e estimula a capacidade de escolha do aluno, mas sem influenciá-lo nas decisões utilizando meios de ensino que não visam o enriquecimento pessoal, mas sim a preparação do indivíduo para participar ativamente do desenvolvimento social e coletivo.

3.1.1 Metodologias de Ensino: Tradicionais, Ativas para Aprendizagem e ABP

Uma metodologia de ensino, segundo Libânio (1999) é um roteiro de ações utilizado pelos professores para desenvolver suas aulas, seguindo conteúdos para atingir os objetivos propostos.

A metodologia de ensino tradicional é a abordagem predominante do país, sendo assim é também a mais conhecida. Nesta modalidade o foco é o professor, pois é aquele que detém o conhecimento e repassa ao aluno. Este por sua vez, deve cumprir metas e dentro de determinados prazos dos quais são verificados através de avaliações periódicas. Aquele que não tiver a nota mínima alcançada é reprovado no ano, tendo que refazê-lo. Para isto, é comum o uso de apostilas e cartilhas que determinam o que o aluno irá aprender em cada idade escolar, fundamentado em disciplinas, matérias e teorias (DANTAS e MARINHO, 2013).

Assim, subentende-se que quando o professor aplica o mesmo conteúdo e plano de aula por várias vezes repetitivas, a exposição do conteúdo se torna rotineira, automática e conseqüentemente possui um caráter passivo. Ao contrário deste, a

metodologia de ensino ativa faz com que o professor repasse o conteúdo de uma forma que sempre ative o aluno, fazendo com que ele estimule suas funções mentais, como: entender, combinar, estimular, pensar, raciocinar, observar, entre outras (BARBOSA; MOURA, 2013).

Segundo Silberman (1996 *apud* BARBOSA; MOURA, 2013, p.54) é possível facilitar o entendimento de métodos ativos de aprendizagem com as seguintes frases:

- O que eu ouço, eu esqueço;
- O que eu ouço e vejo, eu me lembro;
- O que eu ouço, vejo e pergunto ou discuto, eu começo a compreender;
- O que eu ouço, vejo, discuto e faço, eu aprendo desenvolvendo conhecimento e habilidade;
- O que eu ensino para alguém, eu domino com maestria.

Desta forma, a aprendizagem ativa ocorre quando o aluno interage com o assunto. O professor por sua vez tem o papel que vai além de ser uma fonte única de conhecimento e informação, este atua como um facilitador no processo de aprendizagem, orientando e supervisionando seus alunos. Como estratégias para se obter um ambiente de aprendizado ativo, destacam-se as estratégias citadas por Bonswell; Elson (1991 *apud* BARBOSA; MOURA, 2013, p.57):

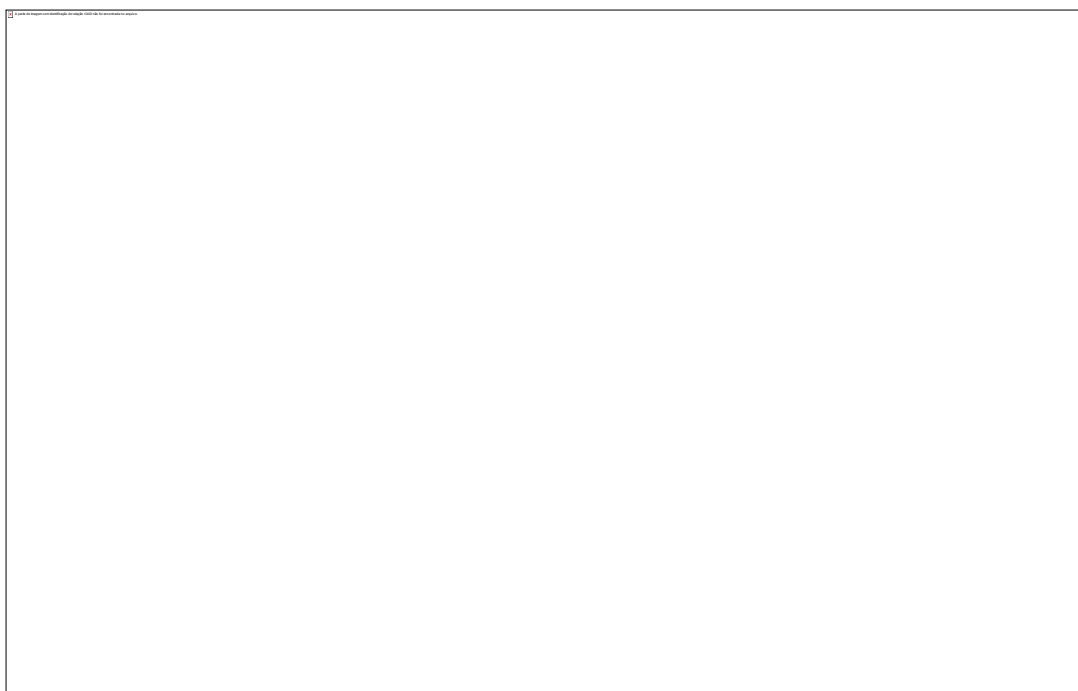
- Discussão de temas e tópicos de interesse para a formação profissional.
- Trabalho em equipe com tarefas que exigem colaboração de todos.
- Estudo de casos relacionados com áreas de formação profissional específica.
- Debates sobre temas da atualidade.
- Geração de ideias (brainstorming) para buscar a solução de um problema.
- Produção de mapas conceituais para esclarecer e aprofundar conceitos e ideias.
- Modelagem e simulação de processos e sistemas típicos da área de formação.
- Criação de sites ou redes sociais visando aprendizagem cooperativa.
- Elaboração de questões de pesquisa na área científica e tecnológica.

Dentre as metodologias que promovem a aprendizagem ativa tem-se a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) (BARBOSA; MOURA, 2013).

A Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) pode ser definida como a aprendizagem originada de problemas ou situações com o objetivo de gerar dúvidas, desequilíbrios ou perturbações intelectuais. Sua aplicação inicial foi em escolas de medicina, no entanto, já tem sido utilizada em outras áreas do conhecimento, tais como em administração, arquitetura, ciência social, comunicação, economia,

matemática e engenharia. Esse método contém forte motivação prática e estímulo cognitivo para gerar soluções criativas e pode ser aplicado tanto na forma de ensino tradicional quanto no EAD, pois permite um seguimento de trabalho que varia de acordo com o nível, área de conhecimento e objetivo (ARAÚJO, 2011). Ao se analisar, o ensino do Empreendedorismo nas escolas seria bem aplicado com esta metodologia.

Figura 1 - Etapas de Aplicação da ABProb



Fonte: ARAÚJO (2011, p.58).

Em cada fase de aplicação da Aprendizagem Baseada em Problema o aluno tem a oportunidade de se envolver com as tarefas que beneficiam a assimilação e fixação do conhecimento, assim, um problema torna-se uma base de motivação que não visa só à solução na etapa final, mas também enfatiza todo o processo seguido pelo indivíduo ou grupo na busca de sua solução (BARBOSA; MOURA, 2013).

São a partir dos problemas, que nascem as necessidades, oportunidades e interesses de uma pessoa ou mais em desenvolver projetos. Posto isto, a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) pode ser do tipo intervenção, desenvolvimento, pesquisa, ensino e aprendizagem (BARBOSA; MOURA, 2013).

Esta metodologia faz com que os alunos se envolvam em tarefas para resolver um problema ou desenvolver um projeto que considere situações reais relativas ao contexto escolar e à vida. Desta forma, ao adotar este pressuposto de metodologia há uma colaboração de superação do modelo tradicional (BARBOSA; MOURA, 2013; GOMES, 2013).

As situações que nos parecem mais favoráveis ao processo de construção são aquelas em que o aluno participa efetivamente do planejamento das atividades, com objetivos claramente estabelecidos, mesmo que as tarefas e seu significado venham a se modificar ao longo da execução do projeto negociado com a turma. Quanto maior o envolvimento do aprendiz com o seu processo de aprendizagem, com os objetivos de seu conhecimento, maiores serão as possibilidades de uma aprendizagem significativa, de uma mudança conceitual efetiva e duradoura. Além disso, o processo favorece não apenas a aprendizagem de conceitos, mas ainda de procedimentos e atitudes em relação ao conhecimento e ao trabalho cooperativo (AGUIAR, 1995 *apud* BARBOSA; MOURA, 2013, p.62).

Os projetos a serem desenvolvidos pela metodologia de ABProjetos podem ser classificados em três categorias:

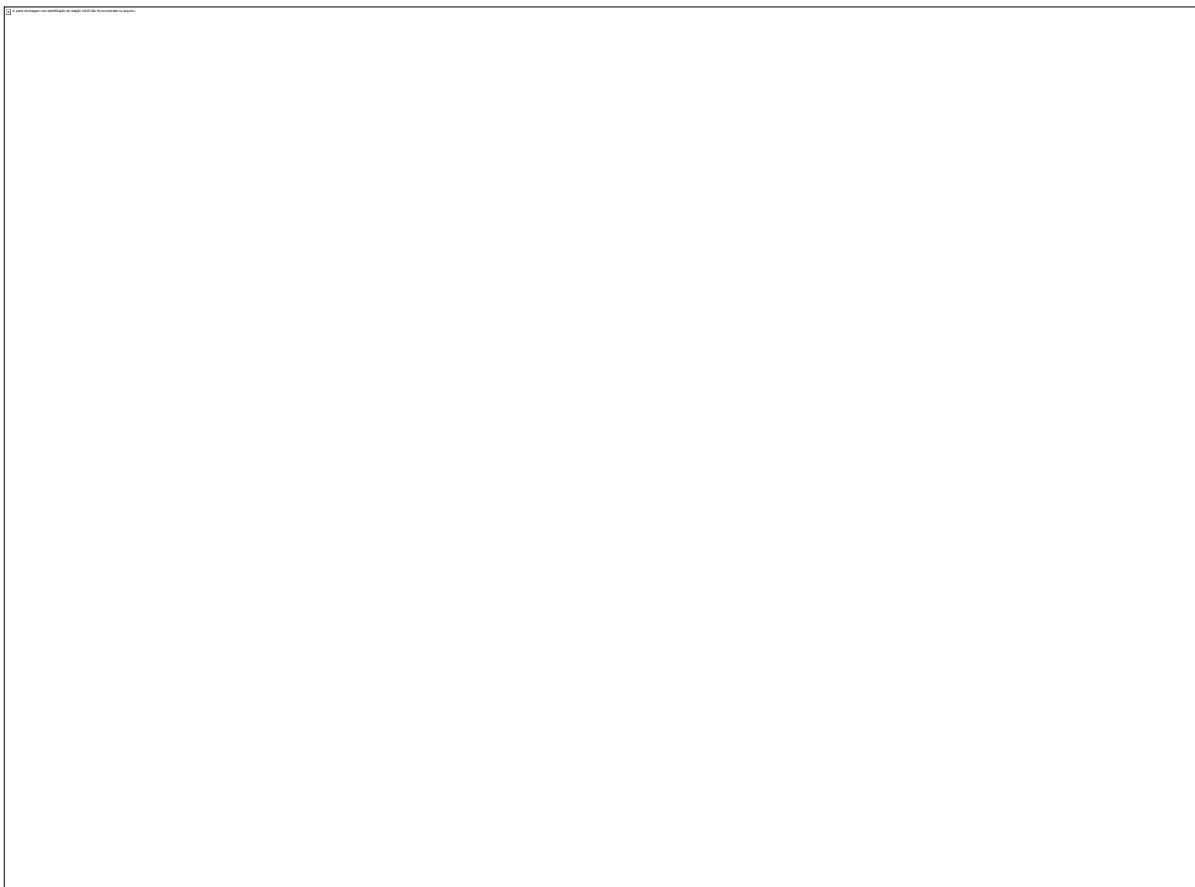
1. Projeto construtivo: tem em vista construir algo novo, introduzindo alguma inovação, propor uma solução nova para um problema ou situação. Possui a dimensão da inventividade, seja na função, na forma ou no processo.
2. Projeto investigativo: destina-se ao desenvolvimento de pesquisa sobre uma questão ou situação, mediante o emprego do método científico.
3. Projeto didático (ou explicativo): procura responder questões do tipo: "Como funciona? Para que serve? Como foi construído?" Busca explicar, ilustrar, revelar os princípios científicos de funcionamento de objetos, mecanismos, sistemas etc. (WANDERLEY, 1999; HIGINO, 2002 *apud* BARBOSA; MOURA, 2013, p.63)

As metodologias ABP, tanto de problemas quanto a de projeto, contribuem na construção do conhecimento com a aquisição de habilidades para a formação de um profissional compatível com as necessidades do mercado de trabalho atual, que exige profissionais cada vez mais ágeis na resolução de desafios e de novos empreendedores sempre.

Desta forma, esta metodologia seria uma boa alternativa para a disciplina de Empreendedorismo que segundo Senge (2005) não só uma disciplina, mas as escolas como um todo podem ser renovadas, recriadas e vitalizadas de uma forma sustentável. E isto não ocorre por fiscalização, decreto ou ordem, mas pela adoção de uma orientação aprendente, ou seja, envolve todos do sistema para traçar um

objetivo, planejar e desenvolver as capacidades juntos, conforme demonstrado na figura 2:

FIGURA 2 - Inter-relação



Fonte: SENGUE& COL. 2005, p. 22.

Este envolvimento de todos do sistema relata que toda sociedade deve participar aprendendo a retratar a questão da interdisciplinaridade. Na sala de aula a participação é do professor e estudante. Fora da sala de aula são os outros professores, estudantes, diretor e demais pessoas da organização escolar. Fora da escola, tem-se a participação dos pais, comunidade como um todo, o governo e empresas privadas. Por meio da inter-relação, é possível entender o sistema e como cada indivíduo contribui para ele.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

A política social surgiu no final do Século XIX e início do Século XX com o objetivo de atender as necessidades da época e estas eram de responsabilidade do Estado, ou seja, o Estado era responsável por fornecer os serviços básicos necessários para atender as necessidades da sociedade, assim como garantir uma melhora na qualidade de vida. Esta política social foi denominada de “Estado de Bem-Estar Social”.

A partir de 1950 nos Estados Unidos e em 1980 no Reino Unido, surgiu outra teoria de estado, denominada “Estado Neoliberal”. Esta abordava o pressuposto de que o Estado tinha somente a função de regular as funções básicas e não as fornecer, incumbindo as empresas privadas da responsabilidade de realizar esses serviços. Dentre as regras básicas, destacam-se: atração, desregulação da economia, das aplicações de capital estrangeiro, privatização de empresas estatais, fiscal, liberalização comercial, liberalização do setor financeiro, manutenção de taxas de câmbio competitivas, redefinição das prioridades dos gastos públicos, reforma tributária, proteção de direitos autorais.

Desta forma, esta época foi marcada por uma nova divisão do trabalho e uma nova economia, com enfoque nas empresas multinacionais, responsáveis pela globalização da produção e com as seguintes características: baixo custo de transporte, revolução nas tecnologias, processos de produção flexíveis, entre outros. Para Santos (2005, p.29):

Estas transformações têm vindo a atravessar todo o sistema mundial, ainda que com intensidade desigual consoante a posição dos países no sistema mundial. Estas transformações trouxeram inúmeras implicações para as políticas económicas nacionais, sendo o principal alvo da proposta neoliberal, passando então a guiar-se por certas exigências e orientações.

Portanto, o Estado Neoliberal tem a missão de criar condições favoráveis à unificação lucrativa de capital pelos capitalistas. Opondo às concepções neoliberais, a política de “Estado de Bem-Estar Social” ou teoria Keynesiana teve enorme influência ao conceder um padrão mínimo de vida com a criação de seguro desemprego, assistência médica gratuita e salário mínimo.

Em decorrência do aparecimento destas políticas, os estados foram forçados a reformular sua estrutura de ação, no Brasil, esta reforma se baseou na hipótese de que a crise se encontrava no Estado e não no sistema capitalista, assim de acordo com Peroni (2006, p.14) a solução seria “racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que as instituições democráticas são permeáveis às pressões e demandas da população”.

Diante deste contexto, é possível apurar o enfraquecimento do Estado, reduzindo sua capacidade de organização e de controle de suas ações, uma vez que sua atuação não se encontra apenas sob a atuação dos governos nacionais, mas também está inserida dentro de um processo mais amplo, interferindo, assim, diretamente nas políticas públicas.

3.2.1. Políticas Públicas: Conceito

O estudo das ações do Estado acontece desde a antiguidade, refletindo o que o Estado “faz ou deixa de fazer” e esta perspectiva vem mudando em decorrência do desenvolvimento político das sociedades. Nos Séculos XVIII e XIX, a função do Estado era a manutenção da segurança interna e promover a defesa das fronteiras. No Século seguinte, surgiu uma nova função do estado que era o bem-estar social e é neste contexto que surgiu as Políticas Públicas.

A Política Pública se tornou um significativo campo da Ciência Política entre os anos de 1950 e 1970, conforme afirma Sabatier (1995, *apud* SOUZA, 2003) e tornou-se mais ampla ao decorrer dos anos.

De acordo com Souza (2003 *apud* Oliveira, 2010) em 1958 Laswell fez o questionamento para responder os seguintes pontos: quem ganha o que, por que e que diferença faz. Lynn, em 1980, definiu a política pública como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Para Dye (1984), em 1984, esta definição limita-se em classificar o que o governo escolhe fazer ou não fazer. Peters amplia esta definição em 1986 com a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Já em 1995, Mead definiu como campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.

Essa evolução só foi possível devido aos seguintes fatores: com o início da adoção de políticas restritivas aos gastos, aplicaram-se as políticas públicas tanto no setor econômico, como social; após sua aplicação substituíram as políticas keynesiana do pós-guerra por políticas restritivas de gasto e por fim, alguns países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, não conseguiram formar acordos políticos capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico, e assim promover a inclusão social de boa parte da população (SOUZA, 2003).

Para Oliveira (2010, p.13) a Política Pública é:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Destaca-se que o conceito de Políticas Públicas vem evoluindo e De Faria (2003) fez uma análise interessante desta evolução, evidenciando a complexidade do processo:

Nas duas últimas décadas, porém, os estudos acerca de interação entre os atores estatais e privados no processo de produção das Políticas Públicas têm sofrido significativas formulações. Uma grande variedade de pesquisas empíricas e de ensaios de natureza teórico-conceitual têm demonstrado a incapacidade dos modelos tradicionais de interpretação dos mecanismos de intermediação de interesses, como o pluralismo, o corporativismo, o marxismo, em suas várias derivações, de dar conta da diversificação e da complexificação desses processos, muitas vezes marcados por interações não hierárquicas e por um baixo grau de formalização no intercâmbio de recursos e informações, bem como pela participação de novos atores, como, por exemplo, organizações não governamentais de atuação transnacional e redes de especialidades (DE FARIA, 2003, p.21).

Os estudos das Políticas Públicas são difundidos em diferentes países e por diferentes motivos que impulsionam as políticas públicas, assim como: as razões científicas, profissionais e políticas (OZGA, 2000).

As razões científicas do estudo da Política Pública originam-se principalmente das democracias ocidentais modernas, através da possibilidade de prever os impactos da ação do Estado sobre a sociedade, por isso esta razão compete ao campo das ciências humanas: administradores, antropólogos, economistas, cientistas políticos, etc. (OZGA, 2000).

Usualmente relacionam-se as razões profissionais para o estudo das Políticas Públicas com a utilização dos conhecimentos adquiridos para resolver problemas práticos, prevendo os impactos das ações do Estado sobre a sociedade e conseqüentemente planejando suas ações em questões como: segurança pública, planejamento urbano, saúde pública, educação e outros (OZGA, 2000).

Já a principal razão política para estudar as Políticas Públicas é para aumentar sua qualidade e elevar o grau de conscientização da sociedade em relação às interferências do Estado na vida social, além de aproximar a sociedade das ações do Estado (OZGA, 2000).

3.2.2 Modelos de Políticas Públicas

As políticas públicas podem ter vários objetivos, dependendo do que se quer fazer e o que deixou de ser feito, posto isto se criou várias tipologias, sendo estas, instrumentos de classificação a partir das características observáveis de um dado objeto. As classificações foram desenvolvidas inicialmente por Lowi (1964-1972), denominadas como *policy*, quatro modelos foram criados, sendo: políticas distributivas, políticas regulatórias, políticas redistributivas e as políticas constitutivas (SOUZA, 2003).

As políticas distributivas possuem objetivos pontuais quando se refere a oferecimento de serviços do estado e equipamento, desta forma, pequenos grupos ou indivíduos são beneficiados por essa política. Apesar de atender pequenos grupos, esse tipo de política possui pouca oposição, uma vez que na maioria das vezes tem sua característica assistencialista. Os benefícios ocorrem por meio do orçamento público, sendo comum no Brasil o uso desse tipo de política pelo poder Legislativo e em época eleitoral. Citam-se como exemplo de políticas distributivas de caráter assistencialista ofertas em pavimentação de ruas e doação de cadeiras de rodas (SOUZA, 2003).

Já as políticas redistributivas possuem chances de discordância maiores, pois esse tipo de política propende-se redistribuir a renda, seja em forma de financiamento, serviço, equipamentos e/ou serviços e segundo Sabatier (1999, *apud* LIMA, 2012) esta política impõe perdas concretas e em curto prazo para certos grupos sociais e

ganhos incertos e futuros para outros, tal como o sistema previdenciário e o sistema tributário.

Visando normatizar as políticas distributivas e redistributivas, as políticas regulatórias são criadas para estabelecer obrigatoriedades, interdições e condições que devem ser aplicadas em alguns setores, tornando-se uma ferramenta para que a autoridade reguladora faça cumprir as políticas estabelecidas pelo governante. Para Marques (2003, p.39) “envolve a escolha dos meios e instrumentos que, no âmbito das competências regulatórias, melhor se incorporam para, de forma eficiente, ensejar o atingimento das políticas públicas setoriais”. Como exemplo cita-se o Código de Trânsito, Legislação Trabalhista, etc.

As políticas constitutivas ou estruturadoras consolidam as regras de jogos políticos, uma vez que são normas e procedimentos que formulam e implementam as demais políticas públicas, como as regras constitucionais diversas, regimentos das Casas Legislativas e outros.

No entanto, Salisbury (1968 *apud* REIS, 2010) avançou as tipologias de Lowi, analisando as variáveis do contexto institucional e relacionando-se com as modalidades políticas e inclui a tipologia de políticas autorregulatórias, que “são caracterizadas por demandas concentradas diante de um sistema decisório fragmentado” (REIS, 2010, p.4).

Contestando Lowi de forma veemente, Wilson (1973, *apud* SOUZA, 2003) construiu tipologias que têm como critério o padrão de distribuição dos benefícios e dos custos da *policy*. Desta forma, resultou-se as modalidades: políticas clientelistas, políticas majoritárias, políticas empreendedoras e políticas de grupo de interesse.

As políticas clientelistas são quando se têm benefícios concentrados e custos diversos, assim toda a sociedade arca para que alguns grupos sejam beneficiados. As políticas majoritárias são quando os custos e benefícios são distribuídos pela coletividade, tal como serviço público de saúde, educação e outros. Para as políticas empreendedoras, os benefícios são coletivos, no entanto, os custos ficam concentrados para algumas categorias, como uma reforma administrativa, política ambiental, etc. E, por fim, as políticas de Grupos de Interesse possuem tanto os benefícios, como os custos concentrados em certas categorias, entretanto, alguns grupos arcam com todo o custo e outros grupos recebem todo o benefício, como na política tributária e reforma agrária.

No entanto, é possível traçar uma conjugação entre as classificações de Lowi e Salisbury (1964,1971,1972) com as de Wilson (1973), por possuir descrições de modalidades equivalentes. As Modalidades de Políticas por Lowi e Salisbury são classificadas por políticas distributivas, redistributivas e regulatórias. Estas modalidades têm a mesma descrição na Modalidade de Wilson, no entanto, com denominações diferentes, sendo: políticas clientelistas para as distributivas; políticas de grupo de interesse para a política redistributiva; políticas empreendedoras para as regulatórias.

As demais políticas apresentadas, não apresentam analogia alguma. No entanto, os ciclos das políticas públicas são constituídos das mesmas etapas ou fases, que segundo Laswell (1962, *apud* VIANA, 1996) são elas: construção da agenda (seleção de prioridades), formulação de políticas (apresentação de soluções ou alternativas), processo de tomada de decisão (escolha das ações), implementação de políticas (execução das ações) e avaliação de políticas.

No Brasil, a grande influência é a modalidade política de Lowi com as políticas distributivas e redistributivas. Estas serviram de apoio para a elaboração de alguns artigos por anos, sendo que Cintra (1978) foi o primeiro a tratar sobre o assunto ao falar da política urbana como coerção deliberada. O trabalho de Salisbury e Heinz (1970) sintetiza e aplica a política urbana no Brasil com um caráter estrutural. Santos (1979) refere-se a Lowi ao lembrar-se da crítica que Hayes (1978) fez ao explicar que o padrão de demandas não seria suficiente para explicar a decisão política. Carvalho (1986) apontou trabalhos publicados no Brasil que empregaram Lowi e destaca itens pertinentes à política urbana, tal como as arenas distributivas, regulatórias e redistributivas.

Draibe (1998) comentou as inovações da Constituição de 1988 quanto ao seu caráter redistributivista das políticas sociais e apontou o fracasso destas políticas na ditadura. Já Lamounier (1994) aplicou Lowi de uma forma mais sistemática, ao analisar sua tipologia voltada para a área agrícola e rural. Para o autor, após o governo Collor transitou-se um padrão distributivo e após a segunda metade dos anos 80, a política agrícola passou a ser uma forma de conflito e negociação, assim o Congresso passou a ser o *locus* principal de decisão, o que resultou na política de preços mínimos.

Nos anos de 1990, Costa (1998) destacou que para Lowi as políticas reuniriam as relações de conflito, barganha e cooperação e que poderiam ser compreendidas

pela forma que se segrega os benefícios e balanços de ganhos e perdas vinculados à decisão pública.

A modalidade pública analisada nos anos 2000 foi a de Sousa et. al (2002) ao estudar as políticas da prefeitura de São Paulo. Este estudo destaca que alguns programas sociais são considerados como redistributivos, como, por exemplo, a Renda Mínima. Sabe-se que ações desta categoria, não modificam profundamente a cidade, mas sim pequenos interessados. Diferentemente da modalidade redistributiva tem a modalidade regulatória. Esta se configura como uma arena mais conexa e com interesses compartilhados, assim como ocorre nas políticas públicas em educação.

3.2.3 Políticas Públicas em Educação

3.2.3.1 Contextualização histórico-social

Os períodos de reforma ocorridos no final do século XIX, tal como a abolição da escravatura, queda da monarquia, surgimento de novas classes, Proclamação da República, e outros, foram decisivos nas transformações culturais, econômicas, educacionais, políticas e sociais no Brasil. (SAVIANI, 2006)

Gatti Junior e Pessanha (2005, *apud* PEREIRA, 2009) afirmam que o início se deu com a Primeira República, inspirados pelo Positivismo acreditavam na disciplina, mais que na instrução, através da tentativa de se construir um país ordeiro, tecendo a ideia que educar era mais importante que instruir. A Primeira República (1889 a 1930) marcou a educação pelo caráter salvador e pela capacidade de solucionar de todas as mazelas da desigualdade social. Assim, surgiu-se a preocupação com a formação do professor e a reformulação dos processos de ensino, tendo São Paulo como pioneiro. Segundo Saviani (2006) foi a partir de 1890 que se iniciou a história da educação pública com surgimento de grupos escolares na cidade de São Paulo, tornando-se “um fenômeno urbano, um espetáculo de civismo, disciplina, seriedade e competência [...]” (FARIA FILHO, 2000, p. 27). Existiu a necessidade de transformar antigos súditos do exército em cidadãos para o trabalho disciplinado da república. Vale ressaltar que no Brasil, por muitos séculos, o ensino esteve na mão da Igreja.

Através destes grupos foi proposta uma nova modalidade escolar, por meio de criações de Escolas Modelos associadas com as escolas de países desenvolvidos, como EUA e países Europeus, com a inclusão de uso de novos materiais didáticos, com racionalidade pedagógica, ou seja, classificação por conhecimento, formação de classes, conteúdos programados e outros itens que contribuíssem para um formato educacional eficiente. No entanto, Paiva (1987, *apud* PEREIRA, 2009) cita que este formato era eficiente somente para a elite, uma vez que valorizavam a educação como um modo de ascensão social, não se atentando para a realidade em que se encontravam esses modelos escolares, originando-se assim os movimentos de entusiasmo, assinado por Nagel (1976).

O movimento entusiasmo pela educação é preocupado com a difusão do ensino, com a erradicação do analfabetismo, com preconceitos em relação aos analfabetos e com a crença em uma educação salvadora. Mas a realidade educacional era de precariedade, evasão, repetência, más condições de trabalho e baixos salários. A partir de 1920 os profissionais da educação movimentam-se em torno de um otimismo pedagógico, movimento renovador preocupado com a qualidade do ensino e com a organização interna nas escolas. (NAGEL, 1976, p.116)

Este novo movimento otimista foi denominado por Paiva (1987, *apud* PEREIRA, 2009), como movimento da realidade. Estes movimentos educacionais se fortaleceram e assumiram de maneira clara um caráter político ideológico e foi a partir do movimento renovador, em 1932, que surgiram as características e ideias pedagógicas da educação pública brasileira, lançando-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Como uma espécie de coroamento de um processo que se vinha desenvolvendo desde a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, foi lançado em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Dirigido “ao povo e ao governo”, esse manifesto propunha-se a realizar a reconstrução social pela construção educacional (SAVIANI, 2004, p.33).

Logo após o manifesto de 1932, criou-se a Universidade de São Paulo – USP, em 1934, com enfoque para uma educação propedêutica para a formação da elite. Desta forma, o governo assumiu a propagação do ensino através da escola pré-vocacional, ou seja, para os mais pobres, o governo proporcionava a preparação ao trabalho, criando-se, assim, o SENAC, SENAI, Fundo Nacional e o Conselho Nacional de Educação Primária (PEREIRA, 2009).

Logo, a educação assumiu a concepção produtiva, sendo reestruturada na década de 1960, com a intervenção militar. Germano (2005) cita que o regime militar visou transformar o Brasil em uma potência com a acumulação de capital, tendo ideias subliminares ligadas a intenções políticas e de poder, desta forma a política educacional definiu-se por uma política compensatória, com uma concepção produtiva, impulsionada pela Teoria do Capital Humano. Nesse período o sistema educacional adequou-se às exigências dos organismos internacionais, deixando como legado a institucionalização da pós-graduação. Nesta mesma época, no Canadá e Holanda surgia um modelo inovador de ensino-aprendizagem, intitulado como Aprendizagem Baseada em Problema – ABP.

Posto isto, na década de 1980 os estudos voltados para políticas públicas ganharam mais atenção, pois possibilitou um campo investigativo ligado à Sociologia e Ciência Política. Para Azevedo (1997, p.1-2) “no campo educacional passou-se a produzir estudos que privilegiam a abordagem da educação na sua dimensão de política pública”, tais como os Programas do Governo Federal

A partir desta década entrou a Era da Inovação. A educação deixou de ser referência através de um diploma e passou a ser substituída pela educação, profissionalismo e competência, tendo o indivíduo como o principal responsável pela sua formação. Freire (1996, p. 24-25) afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Para isso acoplou-se as metodologias tradicionais várias propostas de modelos inovadores de ensino-aprendizagem, entre elas a metodologia que surgiu nos anos 1960-1970 nos países anteriores, como Canadá (*Mcmaster*), Dinamarca (*Aalborg*), Holanda (*Maastricht*) e Suécia (*Linköping*), a ABP e metodologias ativas para aprendizagem.

Foi nesta época que surgiu o acordo MEC/USAID, mais precisamente em 23 de Junho de 1965. Trata-se de um convênio entre o Brasil e Estados Unidos, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC) representado pelo ministro Flávio Suplicy de Lacerda e a *United States Agency for International Development* (USAID) **representada** por seu diretor Stuart Van Dyke.

Este acordo tinha por objetivo implantar o modelo norte-americano nas universidades brasileiras. Era através deste que o ensino superior exerceria um papel estratégico e com a vinda de assessores americanos haveria o auxílio na educação

pública em todos os níveis de ensino, para isso foi criada a Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES) e depois a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES) e estas equipes deveriam:

- a) fazer uma análise em profundidade da situação desse nível de ensino no país e determinar o que constituiria um sistema de ensino superior ideal para o Brasil;
- b) estabelecer confrontos entre as características ideais e as necessidades constatadas;
- c) apresentar, de modo a chegar a um plano de longo alcance para o desenvolvimento, medidas necessárias à execução do plano, mediante reformas consideradas necessárias ao sistema;
- d) finalmente, desenvolver todo um esforço de planejamento, a fim de garantir um equilíbrio essencial entre análise e ação. (CUNHA, 2009).

A revelação do acordo MEC/USAID só ocorreu após pouco mais de um ano (Novembro de 1966) e ao lê-lo houve uma discordância muito grande por parte do movimento estudantil e alguns outros setores. Estes acreditavam que o convênio com os Estados Unidos induziria a privatização do ensino no Brasil e diante da grande oposição, em 1968, o governo criou um Grupo de Trabalho designado para estudar a reforma e propor outro modelo.

Neste contexto, a educação passou a ser concebida com o intuito de proporcionar um novo modelo de gestão e estas características foram acolhidas na Constituição Federal de 1988, que prevê a educação como um direito de todos e responsabiliza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios conforme Art. 211 da CF/88. Este mesmo artigo define a esfera de atuação de cada ente, sendo a União responsável por garantir a equalização de oportunidades educacionais, com padrão de qualidade no ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios. Aos Municípios cabe a atuação no ensino fundamental e na educação infantil, conforme § 2º. Já o § 3º descreve que os Estados e Distrito Federal devem atuar no Ensino fundamental e médio.

Castro (1988, p.84) avalia este sistema de ensino:

Os princípios de colaboração entre os sistemas de ensino e da ação supletiva do Poder Público Federal, reafirmados em 1988, não foram suficientes para reverter o quadro de pouca racionalidade nas iniciativas dos três níveis de governos em nível educacional. Mesmo após 1988, prevaleceu a prática de cada nível fazer, geralmente mal, um pouco de tudo, com frequência ignorando as iniciativas alheias. Apesar da evidência de ser necessário prestar maior apoio a quem dele mais precisa, a ausência de critérios técnicos e universais nas redistribuições tornou-se uma das características marcantes das ações governamentais.

Portanto, o governo federal ficou incumbido em redistribuir recursos para atender aos Municípios e Estados, no entanto, para que isto ocorra são necessárias ações governamentais, que se configuram como políticas de Estado para a área educacional.

3.2.3.2 Ações governamentais

Garantir os direitos de cidadania a todos, principalmente aos mais necessitados, é o objetivo principal da política pública e está previsto na CF/88. Para atender a Constituição Federal no Plano Decenal de Educação para Todos criou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9.394/96 e foi promulgada a Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, um resumo desta encontra-se no Anexo I. Nesta foi instituído o Plano Nacional de Educação e com base nesta Lei o presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou o Decreto nº 6.094, em 24 de abril de 2007.

Este Decreto dispõe o Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação. Ao todo foram fixadas 28 diretrizes:

Ao todo são fixadas 28 diretrizes no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação que abordam questões pontuais que envolvem: alfabetização; acompanhamento da frequência escolar; combate à repetência e a evasão; ampliação da jornada escolar; acesso, permanência e inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na escola regular; promoção da educação infantil; oferta de educação de jovens e adultos; programa de regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação; implantação de plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação; envolvimento dos professores nas discussões das propostas pedagógicas das escolas; divulgação na escola e na comunidade dos dados relativos à área da educação, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB; gestão participativa na rede de ensino; elaboração de plano de educação e instalação de Conselho de Educação, quando inexistentes; integração entre os programas da área da educação com os de outras áreas como saúde, esporte, assistência social, cultura, dentre outras; transformar a escola num espaço comunitário e manter ou recuperar aqueles espaços e equipamentos públicos da cidade que possam ser utilizados pela comunidade escolar; entre outros (CF, 1988, Art. 23, inciso V).

Desta forma, o governo federal proporciona suporte na gestão educacional para desenvolver os projetos educacionais voltados à população com foco em incentivar o

ensino de qualidade e oportunidades para todos. Destacam-se os seguintes Programas:

- **Programa Caminho da Escola:** foi criado com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais.
- **Projovem Campo – Saberes da Terra:** oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores e familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.
- **Programa Brasil Alfabetizado:** voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo.
- **Programa Mais Educação:** Induz a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. O programa financia projetos das escolas para oferecer atividades ligadas ao empreendedorismo, meio ambiente, esporte, lazer, direitos humanos, cultura, artes, inclusão digital, saúde, alimentação e prevenção no turno oposto ao das aulas regulares.
- **TOPA – Todos Pela Alfabetização:** criado pelo Governo da Bahia, traz parceria com prefeituras municipais e entidades dos movimentos sociais e sindicais, universidades públicas e privadas para promover a redução do analfabetismo e da pobreza.
- **PROUNI – Programa Universidade Para Todos:** é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015, p.1).

Os projetos educacionais são marcados pela sistematização, e objetiva estabelecer a ordem das ações a serem tomadas na realização das propostas.

Os projetos propostos são:

- **Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE:** tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.
- **Ações Educativas Complementares:** tem como objetivo proporcionar atividades de caráter pedagógico e socioeducativo, a fim de que os alunos possam desenvolver habilidades, potencializando-se como indivíduos capazes e atuantes na sociedade. As ações abrangem aproximadamente 51 escolas, atendendo em torno de 1.560 alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal. As atividades ocorrem semanalmente, no turno contrário, proporcionando aos alunos atividades extracurriculares onde os mesmos têm acesso a diversas linguagens artísticas e culturais.

EJA – Educação Para Jovens e Adultos: é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não

concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015, p.1).

No entanto, ao iniciar o projeto de educação empreendedora, foi questionado se é possível ensinar a ser um empreendedor. Para elucidar a questão foi invertida a pergunta com outra: “É possível ensinar alguém a ser empregado?” (MEC, 2011, p.12). A resposta obtida através do estudo apresentado pelo MEC é “sim” para ambas as perguntas.

Este programa iniciou em 2007 através da Portaria 17/2007 e foi regulamentado pelo Decreto 7.083/10, como estratégia do Ministério da Saúde para induzir a ampliação da jornada escolar em escolas públicas por meio de atividades em outras áreas, mas com acompanhamento pedagógico. No entanto, este programa foi substituído em 2016 pelo Programa Novo Mais Educação.

O Programa Novo Mais Educação foi criado pela Portaria do MEC nº 1.144/2016. Este programa manteve a estratégia anterior, mas agora tem o enfoque de melhorar o aprendizado da língua portuguesa e da matemática. Assim, teve o aumento de quinze horas semanais no contra turno escolar com desenvolvimento de atividades no campo de artes, cultura, economia, esporte e lazer.

Além de impulsionar a melhoria do desempenho educacional, o programa tem por finalidade contribuir para:

- I - Alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;
- II - Redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar;
- III - Melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental e médio, nos anos iniciais e finais;
- IV - Ampliação do período de permanência dos alunos na escola (MEC, 2016, p.1).

Para aderir ao programa a escola deve contatar por meio do módulo PAR, o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle e se aceita, esta receberá da Unidade Executora, um Plano de Atendimento para a Escola e recursos financeiros para sua execução.

O Programa Novo Mais Educação através do portal do MEC disponibiliza para todas as escolas públicas “um caderno que oferece uma tecnologia metodológica para dar vazão a uma Educação Econômica pelo Empreendedorismo na Escola Pública” (MEC, 2011, p.3).

Segundo Oliveira ET. AL (2009 *apud* MEC, 2011, p.13):

A relação entre o sonhar e o realizar sonhos terá uma oportunidade de ser testada e apreciada pelos estudantes, estimulando-os a, desde cedo, discutirem suas metas, suas escolhas e seus objetivos futuros. Sem abandonar os valores do sistema educacional, deve ser possível encorajar estudantes a lidarem com novas formas do mundo real.

Assim, é necessário adotar alguns princípios da educação empreendedora na escola, tal como:

- Aprender fazendo;
- Encorajar participantes a encontrar e explorar conceitos amplos, a partir de suas realidades, contextualizando-as com uma visão multi e interdisciplinar;
- Prover oportunidades para a construção de redes educativas em prol de uma economia local e solidária;
- Ajudar os participantes a desenvolverem respostas emocionais, ao lidarem com conflitos, encorajando-os a fazer escolhas e assumir compromissos em condições de estresse e incerteza (MEC, 2011, p.13).

Portanto, um processo educativo que estimule novas habilidades, conhecimentos e aptidões promovem o estímulo do desenvolvimento do potencial empreendedor que existe dentro de cada indivíduo.

3.3 EMPREENDEDORISMO

Sabe-se que o empreendedorismo é essencial na origem de riquezas de um país por promover o crescimento econômico e melhorar as condições de vida da população, além de ser uma fonte importante de geração de empregos e renda.

Mas definir o que é empreendedorismo é algo mais complexo. Existe uma variedade de obras literárias sobre o assunto empreendedorismo e conseqüentemente diferenças nas definições sobre o tema, entretanto, a maioria das definições concordam à inovação como ponto principal (DINIZ, 2009).

Segundo Gomes et. AL (2001, p. 313) “Schumpeter em 1928 foi quem realmente associou o conceito do empreendedor à inovação”.

[...] a essência do empreendedorismo está na percepção e no aproveitamento das novas oportunidades no âmbito dos negócios [...] sempre tem haver em criar novas formas de uso dos recursos nacionais em que eles sejam deslocados de seu emprego tradicional e sujeitos a novas combinações. (SCHUMPETER apud FILION, 1999, p. 7).

O economista Joseph Schumpeter, em 1950, define empreender como resolver um problema ou uma situação complicada, mas é um termo muito utilizado no setor empresarial relacionado com a criação de empresas e/ou lançamento de produtos/serviços. Para o economista, empreender também é agregar valor e identificar oportunidades, transformando-as em negócios lucrativos.

Para Barreto (1998, *apud* Diniz, 2009, p.3) “empreendedorismo é a habilidade de se conceber e estabelecer algo partindo de muito pouco ou quase nada”, a partir deste conceito, destaca-se a importância de maximizar recursos. Outros dois conceitos de empreendedorismo por pesquisadores são:

Empreendedorismo é a criação de valor por pessoas e organizações trabalhando juntas para implementar uma ideia por meio da aplicação de criatividade, capacidade de transformar e o desejo de tomar aquilo que comumente se chamaria de risco (BOM ANGELO, 2003, p. 83);

Empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades”, enfatiza assim de forma mais geral o real objetivo do empreendedorismo, que é gerar oportunidades (DORNELAS, 2008, p.39).

Já a Endeavor Brasil (2012, p.1) apresentou 15 conceitos relatados por empreendedores de sucesso:

Abilio Diniz, Grupo Pão de Açúcar: “Empreendedor não deve ter sonho, tem que ter meta. Ele não é um cara que briga, faz negócios. Brigar é coisa de namorados.”

Eike Batista, Grupo EBX: “Empreender é enxergar uma oportunidade, ou uma boa ideia, e assumir o risco de botá-la em prática, executá-la. E o Brasil precisa disso, pois a vontade do brasileiro de tomar riscos ficou reprimida nos últimos 20 anos.”

Wellington Nogueira, Doutores da Alegria: “Empreender é gostar de encrenca. Sair na chuva e se molhar, ajoelhar e rezar.”

Romero Rodrigues, BuscaPé : “Empreender é acreditar no impossível. Se você quer empreender e está perseguindo uma ideia, não conheço nenhuma palavra que possa provocar e trazer mais sucesso, realização e felicidade do que a palavra impossível.”

Pedro Passos, Natura: “O empreendedor é apaixonado por uma ideia e corre atrás dela. Ele tem que ter brilho nos olhos e vontade de fazer, mesmo que seja a segunda, terceira, quarta iniciativa.”

Ricardo Buckup, B2 Agência: “Empreender é correr risco, é liberdade, é autonomia, é desafio e é demais. É saber que, seja no negócio, na família ou em uma empresa, você não fica na zona de conforto. É buscar outro desafio não só nos negócios, mas na vida.”

Salim Mattar, Localiza: “Empreendedores de verdade são aqueles que vencem em um ambiente hostil.”

Arnold Correia, Subway Link: “Empreender é acreditar no seu sonho, fazer com que mais pessoas acreditem nele e transformar tudo isso num sonho de um monte de gente. Sozinho fica pequeno. Tem que ser em time.”

Diego Martins, Acesso Digital: “Empreender é justamente acreditar que não existe limitador algum para você fazer aquilo que sonha. E, para ter força, você precisa se inspirar em coisas que superou no passado.”

Wagner Furtado, Cash Monitor: “Empreender é fácil. Continuar empreendendo é que é difícil. É simples ter uma iniciativa inovadora. Agora, quebrou? Vai de novo. Quebrou novamente? Tenta de novo. É aí que sobra só quem aguentar mais paulada. Empreender é aguentar paulada.”

Valério Dornelles, Tecno Logys: “Empreender é ter vontade de realizar. É você não ficar contente em apenas ter ideias, e sim de colocá-las em prática.”

Rodrigo Azevedo, Comunique-se: “Empreender é insistir. É ter muita gana, muita vontade de fazer acontecer, não se cansar e acreditar nesse sonho. Deveria ser a primeira opção de emprego para todas as pessoas.”

Bento Koike, Tecsis: “Empreender é curtir muito encontrar uma solução para algo que está te importunando. Se essa for uma solução que você bolou, não copiou, ela é o grande incentivador do espírito empreendedor.”

Wilson Poit, Poit Energia: “O empreendedor não tem vergonha de tentar e ter atrevimento para querer coisas maiores. Ele sabe que o ‘não’ ele já tem garantido.”

Rodrigo Teles, ex-diretor-geral da Endeavor Brasil e diretor da Fundação Estudar: “Empreendedor é quem tem um sonho apaixonante, uma fé inabalável, e se joga de cabeça!”

Por se tratar de inovação, o empreendedorismo aparenta ser algo novo, no entanto é algo secular e segundo Dolabela (2006, p.25) “empreendedorismo não é um tema novo ou modismo: existe desde sempre, desde a primeira ação humana inovadora, com o objetivo de melhorar as relações do homem com os outros e com a natureza”.

Na Idade Média o empreendedorismo era utilizado para definir aquele que gerenciava grandes projetos de produção e com isso o indivíduo não assumia grandes riscos, apenas gerenciava projetos utilizando recursos disponíveis. Os primeiros indícios de relação entre assumir riscos e empreendedorismo apareceram no século XVII através dos acordos contratuais geralmente estabeleciam preços prefixados e

qualquer lucro ou prejuízo, surgindo algumas diferenciações: (do) empreendedor aquele que assumia riscos – (do) capitalista aquele que fornecia o capital.

No Século XVIII, iniciou a industrialização, a definição do papel dos investidores no processo de manufatura, assim o capitalista e o empreendedor foram finalmente diferenciados. A pessoa que criava e conduzia empreendimentos. Este conceito de empreendedor passou a ser confundido nos Séculos XIX, XX e XXI com os gerentes e administradores, uma vez que o entendimento passou a ser uma análise sob o ponto de vista econômico, a organização da empresa a serviço do capitalista.

Diferentemente de gerentes e administradores, o empreendedor segundo Chiavenato (2004 *apud* DINIZ, 2009) é aquele que inicia uma ideia e/ou projeto, assumindo riscos, responsabilidades e mantendo a inovação de forma contínua. Já para Dornelas (2008 *apud* DINIZ, 2009) é aquele que faz as coisas acontecerem, antecipando-se aos fatos e com uma visão futura de organização.

O empreendedor é um insatisfeito que transforma seu inconformismo em descobertas e propostas positivas para si mesmo e para os outros. É alguém que prefere seguir caminhos não percorridos, que define a partir do indefinido, acredita que seus atos podem gerar consequências. Em suma, alguém que acredita que pode alterar o mundo. É protagonista e autor de si mesmo e, principalmente, da comunidade em que vive (DOLABELA, 2006, p.26).

Portanto, Diniz (2009) relata que o ato de empreender é advindo de pessoas que possuem características semelhantes, conceituando-se assim o perfil empreendedor. Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE (2015) o empreendedor de sucesso necessita reunir: imaginação, determinação, habilidade de organizar, habilidade de liderar pessoas e habilidade de conhecer tecnicamente etapas e processos.

Além das características pessoais, o ambiente em que se encontra o empreendedor também é muito importante para o seu desenvolvimento. Segundo Dolabela (2006, p.29) “O empreendedor é um ser social, produto do meio em que vive (época e lugar). Se uma pessoa vive em um ambiente em que ser empreendedor é visto como algo positivo, terá motivação para criar seu próprio negócio”.

Desta forma, se faz necessário analisar o ambiente empreendedor do país conforme descrito a seguir.

3.3.1 Empreendedorismo no Brasil

O cenário empreendedor do Brasil se destaca devido a sua alta taxa comparando-se com o cenário mundial, e isso é bom para os 31% da população que deseja ser seu próprio chefe, quase o dobro para os que desejam fazer carreira na empresa cujo percentual é de 16% (DORNELAS, *apud* REVISTA EXAME, 2014).

Segundo Dornelas (2015), apesar do país se encontrar em um ano de crise econômica severa, este pode ser o ano para empreender um sonho e colocar em prática as ideias, pois o Sebrae divulgou uma pesquisa mundial do GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*) do qual apontou que o Brasil se mantém na primeira posição como um país empreendedor, desde 2009, ano em que se iniciou as pesquisas.

De acordo com Diniz (2009), em 2009, o Brasil estava a 8 pontos à frente da China, que possui a segunda colocação com 26,7%. Em relação aos números de empreendedores, também superou países como: Estados Unidos (20%), Reino Unido (17%), Japão (10,5%) e França (8,1%) (DINIZ, 2009).

No entanto, o perfil do empreendedor alterou no decorrer dos anos. Nos primeiros anos, predominavam os empreendedores por necessidade, ou seja, empreender para sobreviver (DORNELAS, 2015). Mas com o decorrer dos anos o perfil do empreendedor foi de oportunidade. De acordo com Barretto (*apud* REVISTA EXAME, 2015, p.1), "O empresário atual abre uma empresa porque vê uma oportunidade e investe naquela ideia. Ter uma empresa porque não se tem uma ocupação não é mais o principal fator".

Justificando-se, assim, o resultado da pesquisa de Moreira (2015) sobre a ocupação anterior do empreendedor, cujo resultado foi: 45% eram empregados com carteira, 22% eram empreendedores informais, 16% possuíam um emprego informal, 8% eram as donas de casa e 10% encontravam-se entre os demais casos. Desta forma, Dornellas (2015) classifica o empreendedorismo em dois grandes grupos: Sobreviventes e Oportunistas. Já a economia classifica esses grupos em Economia Criativa e Economia Colaborativa.

A Economia Criativa abrange as atividades que têm vínculo com a criatividade em elementos essenciais para produção de bens e serviços voltados ao âmbito

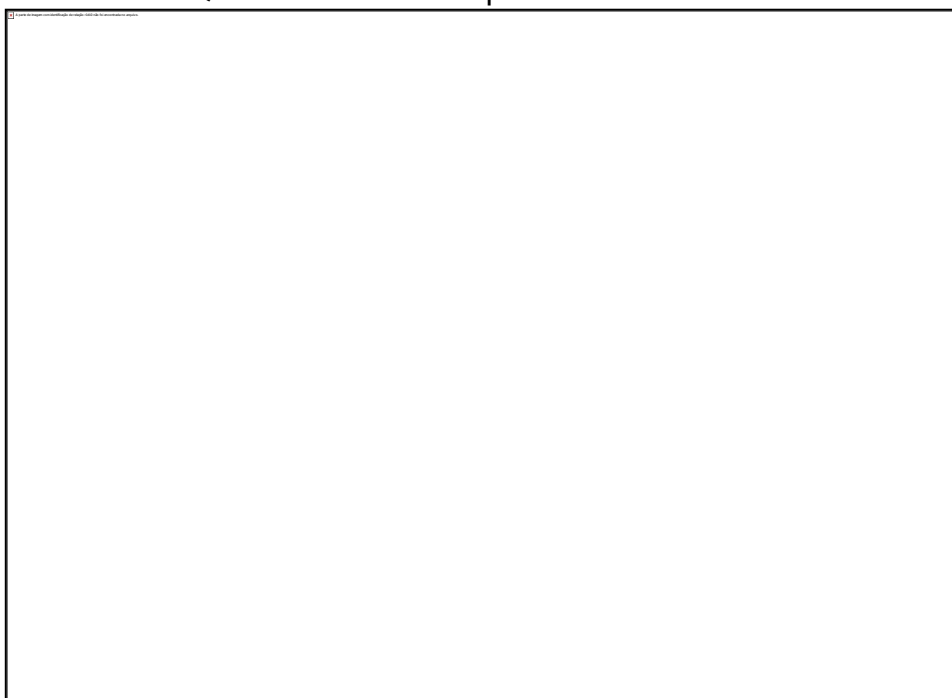
cultural e tem como matéria-prima coisas intangíveis, como, por exemplo, a criatividade e inovação. Este é um setor que se encontra em evolução, principalmente por estar bem próximo das tecnologias e das novas mídias de algumas áreas.

A Economia Colaborativa também está em desenvolvimento baseada em uma reinvenção de antigos comportamentos mercantis relacionados ao social, como, por exemplo, o Uber, que reinventou o serviço de táxi através de uma concorrência e até os táxis irão precisar para se manter competitivo no mercado.

De acordo com estudos realizados por Moreira (2015), consultor do Sebrae, o perfil escolar do empreendedor é de que 42% possuem ensino médio ou técnico completo, 38% tem até o ensino médio ou técnico incompleto e 20% possuem superior incompleto ou mais. As demais características empreendedoras foram divididas em três grandes conjuntos: realização, planejamento e poder.

O conjunto de realizações possui as seguintes características: a busca de oportunidades e iniciativa, a persistência, correr riscos calculados, exigência de qualidade e eficiência e comprometimento. No conjunto de planejamento encontra-se os comportamentos de busca de informação, estabelecimento de metas, planejamento e monitoramento sistemático. Já o conjunto de poder agrega a persuasão e rede de contatos, independência e autoconfiança.

Quadro 4 - Perfil Empreendedor no Brasil



Fonte: Moreira (2015, p.8).

O quadro acima demonstra o perfil empreendedor brasileiro e por ele é possível visualizar a distribuição setorial que é a seguinte: 38% dos empreendedores se voltam para o comércio, 37% para o setor de serviço, 15% para a indústria e 10% para a construção civil.

Dentro do setor de comércio, a atividade predominante é a de vendas no comércio varejista de vestuário e acessórios e na área de serviço predomina os cabeleireiros, sendo o Estado de São Paulo aquele que mais tem MEI (Micro Empreendedor Individual).

Apesar da concentração da concorrência no mesmo seguimento, Dornelas (REVISTA EXAME, 2014) afirma que mais de 70% conseguem sobreviver até completar dois anos. Entre os fatores contribuintes estão: regime de contribuição de tributos simplificados para esta categoria e os diferentes perfis de empreendedor, tanto no método empresarial, quanto nas características humanas (DORNELAS, 2015).

Sobre as características humanas desta pesquisa, a faixa etária predominante de empreendedores é entre 31 e 40 anos, com 33%. As idades entre 21-30 e 41-50 corresponderam cada um a 24% da população pesquisada. Os jovens até 20 anos correspondem somente a 2%. Acredita-se que este baixo percentual não significa que jovens nesta idade não tenham perfil empreendedor, mas que estejam de preparando para entrar no mercado de trabalho.

3.3.2 Perfil Empreendedor

Independente do perfil metodológico do empreendedor, algumas características são fundamentais e estão presentes em quase todas as modalidades, conforme cita Brito (2003, p.22) são elas:

- Criatividade e inovação: empreendedores conseguem identificar oportunidades, grandes ou pequenas, onde ninguém mais consegue notar;
- Habilidade ao aplicar esta criatividade: eles conseguem direcionar esforços num único objetivo;
- Força de vontade e fé: eles acreditam fervorosamente em sua habilidade de mudar o modo como as coisas são feitas e têm força de vontade e paixão para alcançar o sucesso;
- Foco na geração de valor: eles desejam fazer as coisas da melhor maneira possível, do modo mais rápido e mais barato;

- Correr riscos: quebrando regras, encurtando distâncias e indo contra o status quo.

Entre os métodos de empreender, destacam-se os seguintes: informal, cooperado, individual, franqueado e franqueador, social, corporativo, público, do conhecimento, do negócio próprio.

Cooperado é o empreendedorismo ligado a uma cooperativa. Assim, a disposição de recursos e o risco do negócio são baixos, pois, um grupo de pessoas trabalha unido almejando pelo mesmo objetivo, desta forma o trabalho em equipe é primordial até alcançar a meta: crescer até ser independente. Um exemplo de cooperado são os artesões (DORNELAS, *apud* REVISTA EXAME, 2014).

O empreendedor informal é aquele que ganha dinheiro para sobreviver, trabalha para garantir o suficiente para viver, sem visão em longo prazo do negócio, planejamento de expansão e legalização. (DORNELAS, *apud* REVISTA EXAME, 2014).

Quando se inicia um processo de expansão, o empreendedor informal procura se formalizar através do MEI (Micro Empreendedor Individual), por isso a denominação deste perfil como individual. Apesar da formalização, a característica de sobrevivência ainda é predominante, uma vez que esta opção limita seu faturamento e quantidade de funcionários. No entanto, segundo Barreto (*apud* REVISTA EXAME, 2014) o aumento de número de formalização junto com a melhoria de ambiente legal foi proveniente somente devido à simplificação na arrecadação de impostos. Esta modalidade de tributação permite a unificação de oito impostos federais, impostos estaduais e municipais em um único boleto, sendo que o pagamento único mensal varia entre R\$ 40,00 e R\$ 45,00 (MOREIRA, 2015).

Apesar de muitos não considerarem o franqueador e o franqueado como um empreendedor, Dornelas (*apud* REVISTA EXAME, 2014) classifica-os sim, pois ambos possuem a iniciativa de comandar um negócio. O objetivo do franqueado é obter uma renda média mensal junto com o retorno do investimento. O franqueador é o responsável por construir uma rede, marca e um modelo de trabalho, classificando-se como um exemplo de empreendedorismo (DORNELAS, *APUD* REVISTA EXAME, 2014).

Mas nem sempre o dinheiro é o objetivo principal do negócio, o empreendedor social busca aliar o ganho do dinheiro com a vontade de fazer algo pelo mundo, ou

seja, abre um negócio para resolver um problema social, muitas vezes porque a área pública não consegue. Geralmente o perfil deste empreendedor são os jovens, geralmente ainda na faculdade (DORNELAS, *apud* REVISTA EXAME, 2014).

O perfil do empreendedor corporativo é aquele denominado como intraempreendedor, pois ele empreende dentro da empresa que está inserido, tendo como principal objetivo ter um plano de carreira e/ou conquistar uma bonificação/premiação (DORNELAS, *apud* REVISTA EXAME, 2014).

Quando esta mesma situação ocorre, mas no setor governamental, tem-se o empreendedor público. Este, por sua vez, tem o objetivo de melhorar os recursos públicos e inovar em serviços básicos e em contrapartida tem sua motivação ligada ao reconhecimento de seu trabalho e do bem que é feito para a sociedade (DORNELAS, *apud* REVISTA EXAME, 2014).

Outro perfil empreendedor que também tem o reconhecimento como principal objetivo, são os empreendedores do conhecimento. Estes buscam um retorno financeiro para arcar com as despesas de pesquisa e investimento em seu principal objeto, que é o profundo conhecimento em uma determinada área (DORNELAS, *apud* REVISTA EXAME, 2014).

Diferentemente dos perfis apresentados, o empreendedor do próprio negócio é aquele que abre um negócio próprio pensando grande. Dentro desta modalidade de perfil, pode-se subdividir em empreendedor nato, normal e serial. O nato é aquele que possui uma trajetória genial, como, por exemplo, Bill Gates. O normal, procura expandir o negócio seguindo um planejamento e minimizando riscos. Já o serial, cria negócios em sequência, ou seja, abre uma empresa após outra, sem se fixar em uma, mas se satisfaz pelo fato de empreender (DORNELAS, *apud* REVISTA EXAME, 2014).

Para Stevenson e Lundström (2001 *apud* ROBELLO, 2013) o empreendedor necessita somente de 3 fatores: motivação do indivíduo, recursos disponíveis e oportunidades de empreendedorismo. Posto isto, é conclusivo que ter o perfil correto não é o suficiente, são necessárias algumas políticas de empreendedorismo e segundo Mugione (2013) elas poderiam ajudar a melhorar o clima de negócios para empreendedores, tendo o governo como papel principal nesta ação, no entanto, seria necessário adotar uma estratégia nacional. Enquanto este fator não advém, as

aplicações de categorias políticas se baseiam em autores de outros países, o presente trabalho tem por base as teorias de Lundström e Stevenson.

3.3.3 Categorias Políticas de Empreendedorismo por Lundström e Stevenson

Lundström e Stevenson (2001) apresentam modelos de políticas públicas de empreendedorismo categorizadas de acordo com cada foco/objetivo, sendo seis categorias de políticas: políticas que visam promover a cultura empreendedora; políticas de desenvolvimento da educação empreendedora; políticas de redução das barreiras de entrada e saída; políticas de financiamento; políticas de suporte ao empreendedor; e políticas de suporte a grupos específicos (BEZERRA et. al, 2014).

As políticas que visam promover a cultura empreendedora são quando se criam ações que visam valorizar o empreendedorismo, transferindo confiança e coragem para as pessoas optarem pela prática empreendedora. Para Lundström e Stevenson (2005 *apud* BEZERRA et. Al., 2014) dentre os objetivos que permitem classificar as políticas públicas de empreendedorismo estão:

Melhorar a visibilidade do empreendedorismo perante a sociedade; aumentar a consciência sobre o empreendedorismo, fazendo com que suas ações sejam conhecidas; apresentar casos de sucesso que permitam demonstrar situações claras de êxito na ação empreendedora; estimular atitudes favoráveis em relação ao empreendedorismo e seu papel na sociedade; gerar interesse em explorar o empreendedorismo como uma opção de carreira a ser seguida; e aumentar o suporte da sociedade para o empreendedorismo (BEZERRA et. al, 2014, P.11).

Para Vieira, Oliveira e Pereira (2012) a promoção do empreendedorismo estimula melhor a exploração de oportunidades de negócio, permitindo assim que as empresas se estabeleçam melhor no mercado e à região maior nível de desenvolvimento.

O desenvolvimento da educação empreendedora objetiva aumentar o número de acessos de conhecimento sobre empreendedorismo, ou seja, é a educação empreendedora que integra conteúdos sobre assuntos em diferentes níveis do sistema educacional (LUNDSTRÖN e STEVENSON, 2005 *apud* BEZERRA et. al, 2014). Destacam-se as seguintes ações:

Ajudar os estudantes a formarem competências e habilidades empreendedoras; introduzir o conceito de empreendedorismo no currículo de todos os níveis escolares, a fim de fazer com que o empreendedorismo seja considerado como carreira desde o ensino básico; e engajar professores como parceiros no empreendedorismo, estimulando-os a atuarem junto aos alunos na formação de competências e habilidades empreendedoras (LUNDSTRÖN; STEVENSON, 2005 *apud* BEZERRA et. al, 2014, P.14).

Ao aplicar essas ações, as práticas empreendedoras se tornam mais comuns à sociedade, assim como as demais profissões. Pereira e Machado (2013 *apud* BEZERRA ET. AL, 2014) demonstraram através de seus estudos que disseminar a cultura empreendedora desde cedo auxilia na formação de competências e habilidades que serão úteis quando se aplicar a prática empreendedora. Para os autores, este auxílio pode vir por meio de exemplos empreendedores e/ou visitas técnicas a empresas bem-sucedidas.

A categoria de redução de barreiras de entradas e saídas trata-se de diminuir os obstáculos legais e fiscais criados para abertura e manutenção de uma empresa, desta forma objetiva a diminuição dos desincentivos da escolha de uma carreira empreendedora (BORGES JR., et. al, 2013). Os objetivos desta categoria por Lundströn e Stevenson são:

Facilitar os critérios e requisitos de entrada de empresas, visando aumentar o número de novos entrantes no mercado; aumentar as oportunidades de mercado para novas empresas; diminuir o peso da saída e o estigma de fracasso, a fim de incentivar o empreendedor a apostar em seu negócio; reduzir a carga regulatória para iniciantes e novas empresas; diminuir os custos de mão de obra e aumentar a flexibilidade; reduzir a carga administrativa decorrente de novas regras para pequenas empresas existentes; reduzir a carga tributária; facilitar a transferência de posse de empresas familiares; estimular investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D); estimular investimentos informais e de capital de risco; e simplificar a declaração de impostos (LUNDSTRÖN; STEVENSON, 2005 *apud* BEZERRA et. al, 2014, P.15).

Segundo Caron e Nascimento (2013 *apud* BEZERRA et. al, 2014) toda essa dificuldade serve como fatores impeditivos ao crescimento e desenvolvimento do país, principalmente quando se trata de comércio exterior.

As políticas de financiamento são medidas de apoio e suporte às novas empresas, através de recursos financeiros. Trata-se de suporte de capital, seja para financiamento de novas empresas, quanto para auxílio de recuperação daquelas que se encontram na fase final (BORGES JR., et. al, 2013).

De acordo com Van de Vrande et al. (2009 *apud* BEZERRA et. al., 2014), os pequenos empreendimentos detêm poucos recursos se comparados às grandes empresas, afetando-os na competitividade e assim, em seu desempenho ou até em sua permanência. Para esta categoria os objetivos de Lundsdröm e Stevenson são:

Melhorar o acesso a financiamentos para todos os grupos de empreendedores, em todos os estágios de desenvolvimento do negócio, especialmente nos estágios iniciais; reduzir riscos e custos de empréstimos às pequenas empresas; alavancar investimentos do setor privado; aumentar a oferta de capital de risco e investidores anjos (LUNDSTRÖN; STEVENSON, 2005 *apud* BEZERRA et. al, 2014, P.17).

Lopes et al. (2011) investigaram através de seus estudos a importância do financiamento concedido por bancos que disponibilizam linhas de financiamento específicos para pequenos empreendimentos e para os micro- empreendimentos, e obtiveram como resultado que essas linhas são eficazes no desenvolvimento destes negócios, uma vez que proporcionam melhorias nos empreendimentos e suporte na introdução de novos processos e oportunidades de negócios.

Já a política de suporte ao empreendedor ocorre através de acessos às informações com consultorias, assessorias ou outras formas de transferências denominadas por Lundsdröm e Stevenson (2005 *apud* BEZERRA et.al, 2014) como *know-how*. Os objetivos dispostos nessa categoria são:

Reduzir assimetrias de informações; melhorar o alcance de serviços de informações e aconselhamento para cada estágio de desenvolvimento da empresa; melhorar a qualidade dos serviços para iniciantes; e atender às necessidades das pessoas em diferentes estágios de desenvolvimento (LUNDSTRÖN; STEVENSON, 2005 *apud* BEZERRA et. al, 2014, P.18).

De acordo com Moreira (2015) a maior causa da mortalidade das pequenas empresas está relacionada aos problemas gerenciais, ou seja, na capacidade do empreendedor de conduzir o seu negócio, destacando-se assim a importância desta categoria.

Quando o auxílio é voltado para promover o empreendedorismo facilitando a entrada de um determinado grupo, se tem a política de suporte a grupos específicos (BORGES JR., et. al, 2013). Este fator ocorre com os objetivos de:

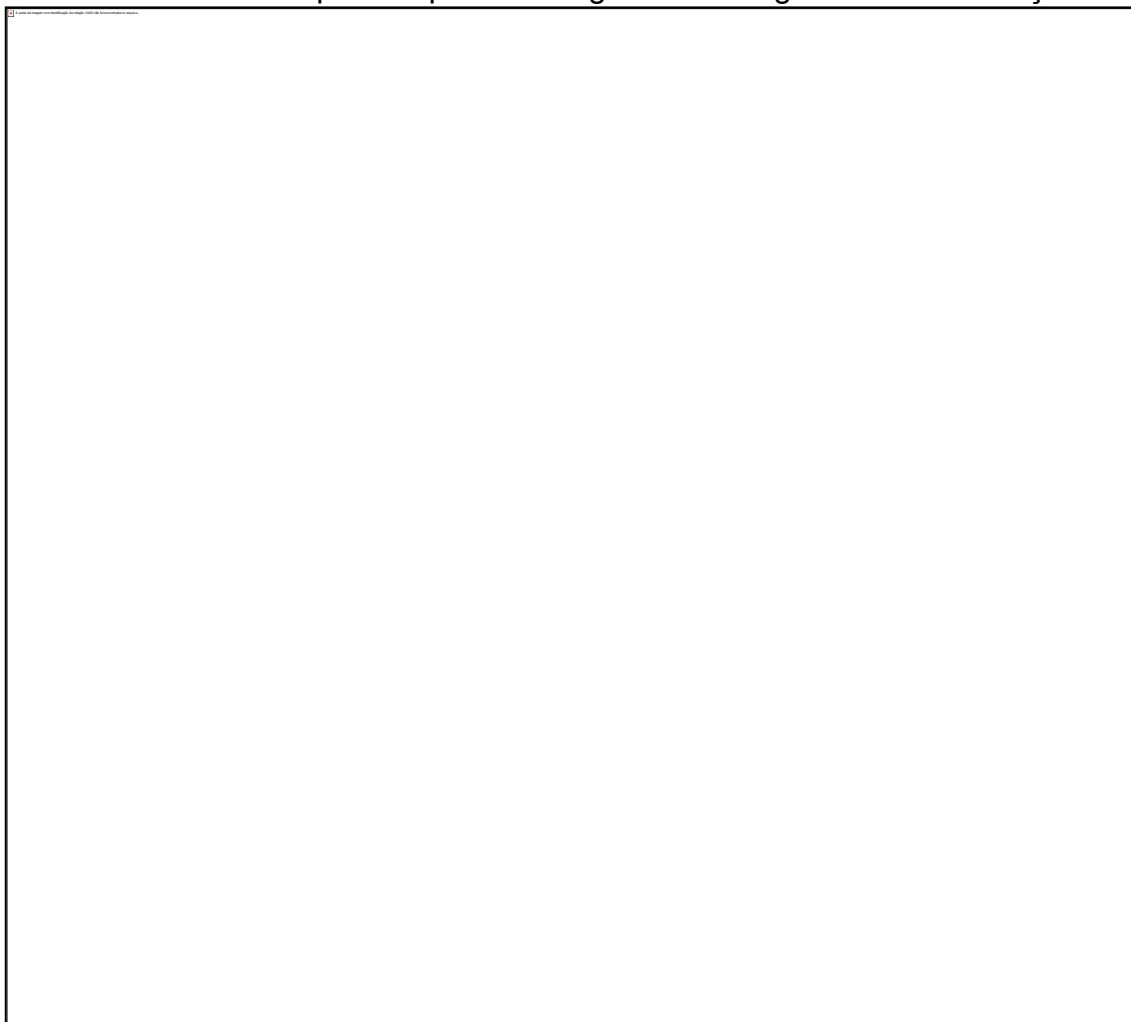
Elevar a quantidade de negócios de grupos ainda sub-representados e que, portanto, necessitam de apoio; refletir os diferentes grupos sociais no emprego autônomo; introduzir novas pessoas no mercado de trabalho, conferindo-lhes oportunidade de inserção; contribuir para a redução da taxa de desemprego; possibilitar que determinados grupos tenham acesso no

início do empreendimento a financiamentos e capacitação; ampliar o alcance das ações do governo de suporte a empreendimentos; e fazer com que o empreendedorismo possa ser uma atividade acessível a todos(LUNDSTRÖN; STEVENSON, 2005 *apud* BEZERRA et. al, 2014, P.19).

Os resultados do estudo de Silva et. al (2013 *apud* BEZERRA et. al, 2014) enfatizam que quando bem articuladas tais políticas permitem uma melhoria na qualidade de vida e maior possibilidade de desenvolvimento para estes grupos.

Desta forma, resumiram as categorias de políticas públicas com seus devidos exemplos:

Quadro 5 - Exemplos de políticas segunda a categoria de classificação



Fonte: Lundström e Stevenson, 2007 *apud* Borges Jr. et. al, 2013, p.8.

Destaca-se no quadro acima, para o presente trabalho, os modelos de exemplo de política de empreendedorismo na categoria de educação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

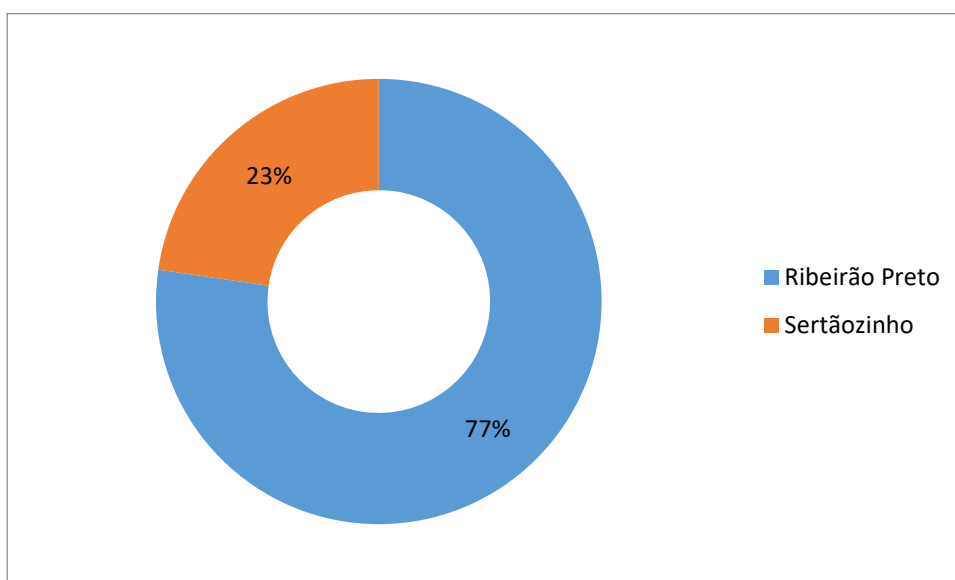
Para atender ao objetivo principal deste trabalho que é analisar se as escolas estaduais possuem programas educacionais que estimulem jovens a empreender, iniciou-se a pesquisa com uma característica de “filtro”, ou seja, buscou-se identificar quais escolas possuem estes programas.

Desta forma, através de contato telefônico, foi apurada a informação principal através do questionamento “Possui pedagogia empreendedora?”, em alguns contatos explicando se possuía a disciplina Empreendedorismo ou alguma disciplina que abordasse ou trabalhasse o empreendedorismo.

A pesquisa principal do presente estudo é voltada para as escolas que possuem a pedagogia empreendedora, apurando-se a metodologia aplicada e resultados obtidos. Entretanto, para as escolas que não possuem, apurou-se o motivo.

São apresentados nos Apêndices VII e VIII, dois quadros com a população/amostra, período da pesquisa e resultado individual. Estes foram divididos pela cidade de Sertãozinho-SP e outra de Ribeirão Preto-SP. Em resumo, a pesquisa por cidade foi:

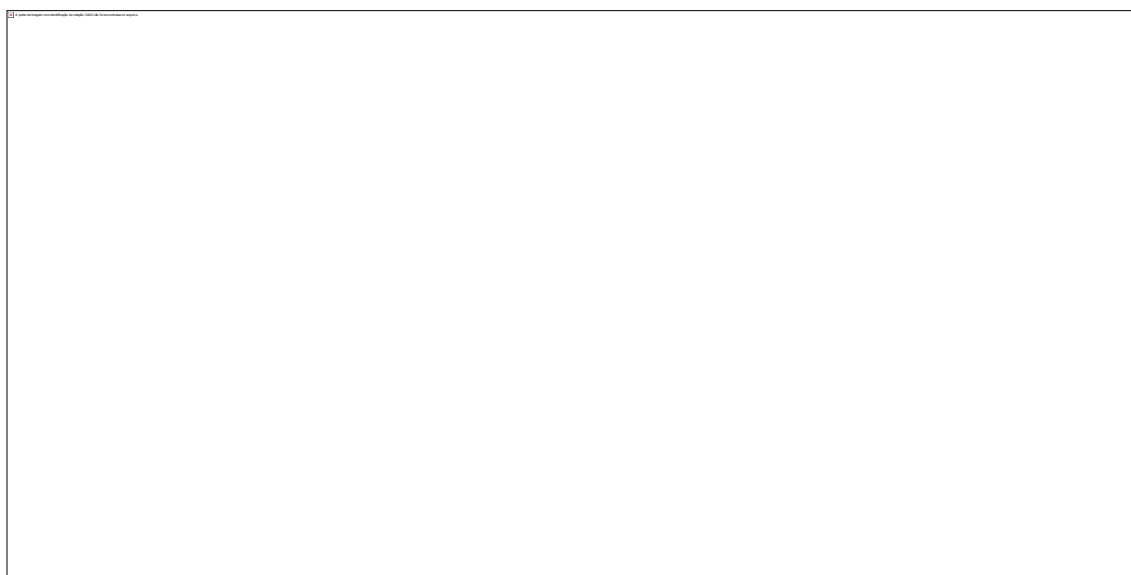
Gráfico 1- População/Amostra por cidade.



Fonte: Elaborado pela autora.

Tentou-se contato ao todo com 40 instituições da rede pública. Sendo 10 na cidade de Sertãozinho e 30 na cidade de Ribeirão Preto. A maioria dos contatos das instituições foi com coordenadores e a pergunta inicial tinha por objetivo apurar se a instituição possuía pedagogia empreendedora.

Gráfico 2 - Possui pedagogia empreendedora?



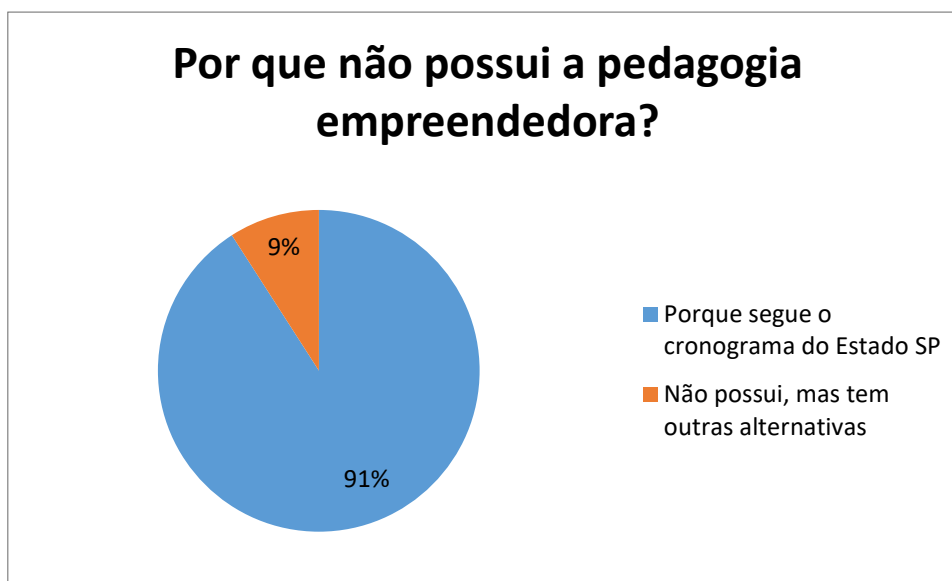
Fonte: Elaborado pela autora.

Do universo pesquisado (40 escolas), em 10 escolas a tentativa de contato foi sem sucesso, impedindo a aplicação da pesquisa, ou seja, 24% da população de amostra. Isto ocorreu devido à dificuldade de contato com a instituição, por não haver atendimento, apesar de mais de uma tentativa no período de 26/08/2016 a 13/09/2016.

A amostra demonstra que 71%, o que representa 30 escolas, não possuem a pedagogia empreendedora, enquanto 2 escolas possuem, uma na cidade de Sertãozinho e outra em Ribeirão Preto, o que equivale a 5% da amostra.

Para as instituições que responderam que não possui a pedagogia empreendedora inclusa no planejamento escolar, buscou-se a justificativa, sendo:

Gráfico 3 - Por que não possui a pedagogia empreendedora?



Fonte: Elaborado pela autora.

Da população pesquisada 91% responderam que adotam o currículo fornecido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo cujas matérias já são definidas e este assunto não é abordado no currículo. Ao questionar se pretendiam incluir atividades empreendedoras as respostas predominantes entre os entrevistados foram: “não” e “somente se a Secretaria da Educação solicitar”.

Tentou-se contatar a Secretaria Estadual da Educação-Delegacia Regional de Ensino, no dia 06/09/2016, às 16h30, mas não foi apurada nenhuma justificativa.

Durante a entrevista por telefone na Escola Romualdo Monteiro de Barros Professor – Estadual, indicou o site <http://www.educacao.sp.gov.br/> para ter acesso ao conteúdo retratado nas escolas.

Com o objetivo de constituir uma orientação básica para o trabalho do professor em sala de aula, orientando o trabalho do professor no ensino dos conteúdos disciplinares e aprendizagem dos alunos, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo disponibiliza cartilhas e materiais de apoio divididos em 6 programas: Ler e Escrever; Educação Matemática nos Anos Iniciais; Ciência da Natureza; Ciências Humanas; Linguagem e Códigos; Matemática. Estes programas são currículos base para direcionar o ensino realizado nas 5 mil escolas estaduais.

Algumas cidades recebem projetos especiais, inclusive cursos gratuitos de empreendedorismo. Estes foram disponibilizados, inicialmente, somente na cidade de São Paulo, sendo oferecidas 315 vagas para ensino médio, técnico integrado ao médio e tecnológico com o objetivo de promover a disseminação da cultura empreendedora através de uma parceria firmada com o Sebrae-SP.

O Sebrae-SP por sua vez, disponibiliza as informações deste projeto que é um projeto nacional, subdividido pelos níveis de ensino, sendo disponíveis a todos os interessados. Pela pesquisa apresentada, nenhuma escola possui parceria com o Sebrae-SP.

No entanto, 9% das escolas que não possuem o empreendedorismo abordadas de forma direta, tem alternativas para tal. A escola Rafael Leme Franco Professor, tem parceria com a USP, que ministra palestras sobre profissão. A escola Walter Paiva Professor, tem convênio com empresas. As escolas Cid de Oliveira Leite Professor e Tomas Alberto Whatelly Doutor informaram que trabalham como protagonistas, onde segundo a escola Irene Dias Ribeiro, o aluno é o personagem principal do processo de aprendizagem. E o Centro de Atendimento Socioeducacional Adolescente de Sertãozinho tem o assunto abordado na disciplina de Sociologia.

A maioria dos entrevistados informaram que esta disciplina teria somente nas ETECs e em escolas de período integral. Em busca realizada verificou-se que na região de Ribeirão Preto existem somente duas nas cidades de Cravinhos e Batatais.

A entrevista semiestruturada foi aplicada na escola que possui a pedagogia empreendedora por meio de oficinas, apurando as seguintes respostas:

Identificação

Nome do entrevistado : **Maria Inês de Souza Vitorino Justino**

Tempo de carreira: Como diretor/gestor? E como docente? **25 anos como docente.**

Escola em que atua : **Escola Estadual de Ensino Médio Irene Dias Ribeiro Professora.**

Ano de fundação da escola : **1983.**

Possui pedagogia empreendedora? (Seja por: disciplina de empreendedorismo, empreendedorismo trabalho em alguma disciplina ou desenvolve atividades que visem promover o empreendedorismo, como feiras de ciências, etc.)

(**X**) SIM

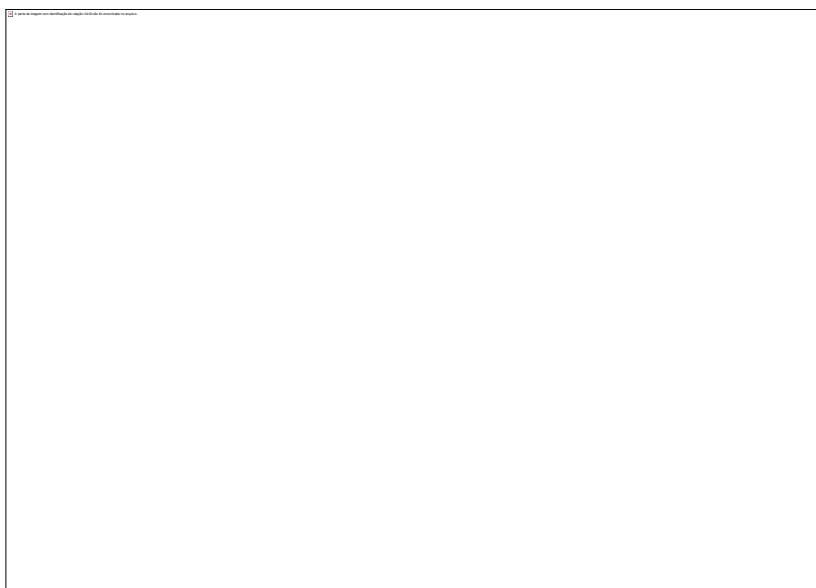
() NÃO

Realiza tarefas dentro da sala de aula para os alunos resolverem sobre temas cujo contexto é compatível com a vida escolar e fora da sala de aula?

Nas disciplinas de inglês e língua portuguesa (que a referida professora ministra), fornece textos e outros materiais, em que os alunos traduzem e interpretam os mesmos, sempre buscando temas atuais. A escola trabalha com o protagonismo.

Os alunos aprendem como fazer um currículo, escrever uma carta comercial, como se comportar em uma entrevista, inclusive com palestrantes dando orientações.

Palestra sobre como se comportar em uma entrevista.



Fonte: blog da escola.

Proporciona debates sobre temas atuais?

Justamente com os textos fornecidos aos alunos, realizamos debates ou seminários, com o objetivo de aumentar o conhecimento dos mesmos, pois sem conhecimento os alunos não conseguem uma boa colocação no mercado. Conhecimento é a base de tudo.

Proporciona trabalhos em equipe que exijam a colaboração de todos?

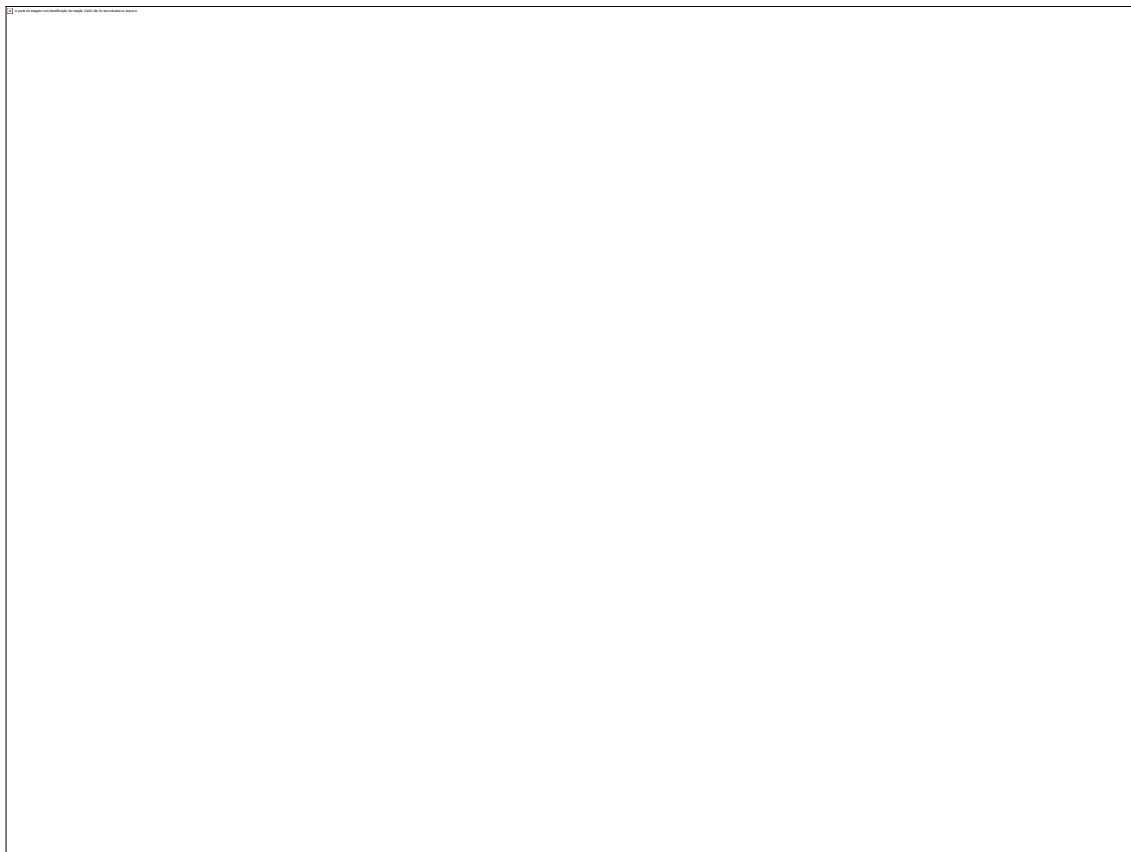
A maioria dos trabalhos são realizados em equipe, realizamos muitos seminários onde exigimos a participação de toda equipe, já preparamos os alunos a trabalharem em equipe, até mesmo por meio de participações em concursos literários.

Existe alguma feira de empreendedorismo na escola?

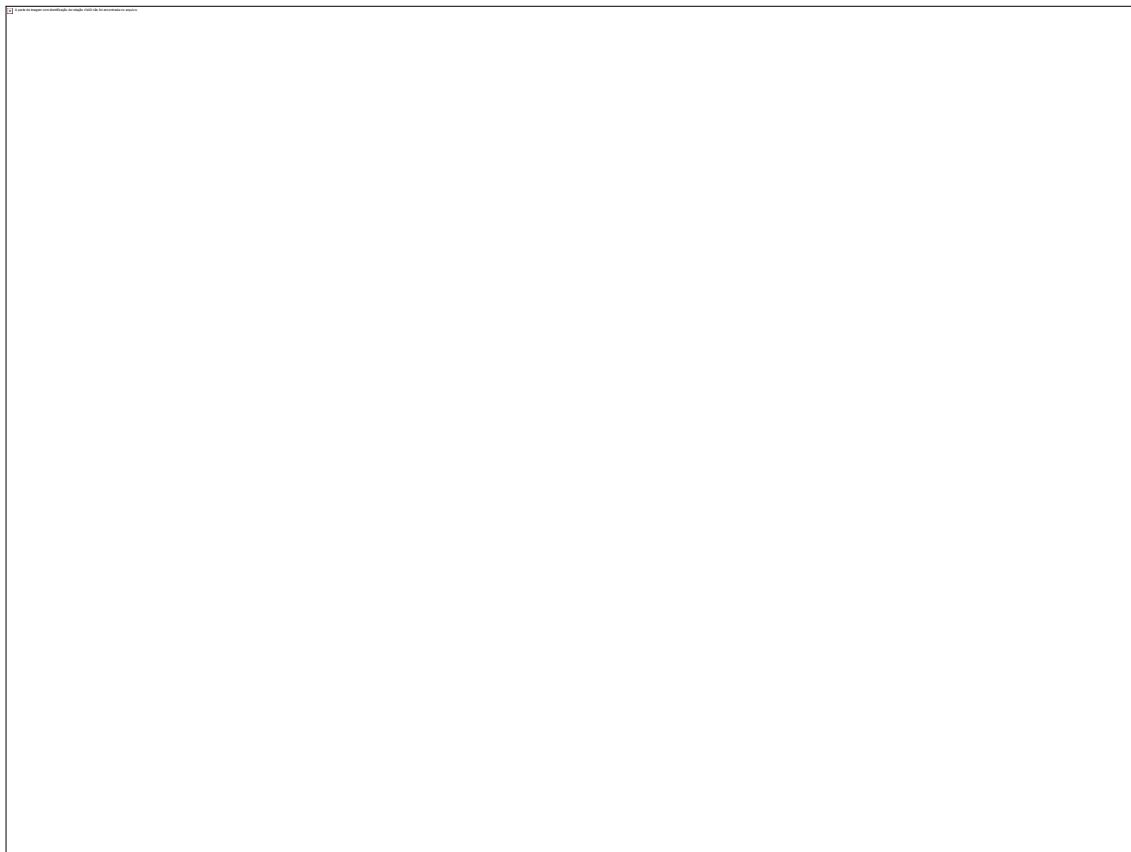
Na escola foram realizadas duas feiras voltadas ao empreendedorismo, as duas em parceria com outros professores da casa.

A primeira feira os alunos tiveram que fazer sabão, detergentes e sabonetes e depois venderam aos visitantes da feira, familiares, amigos e moradores próximos a escola.

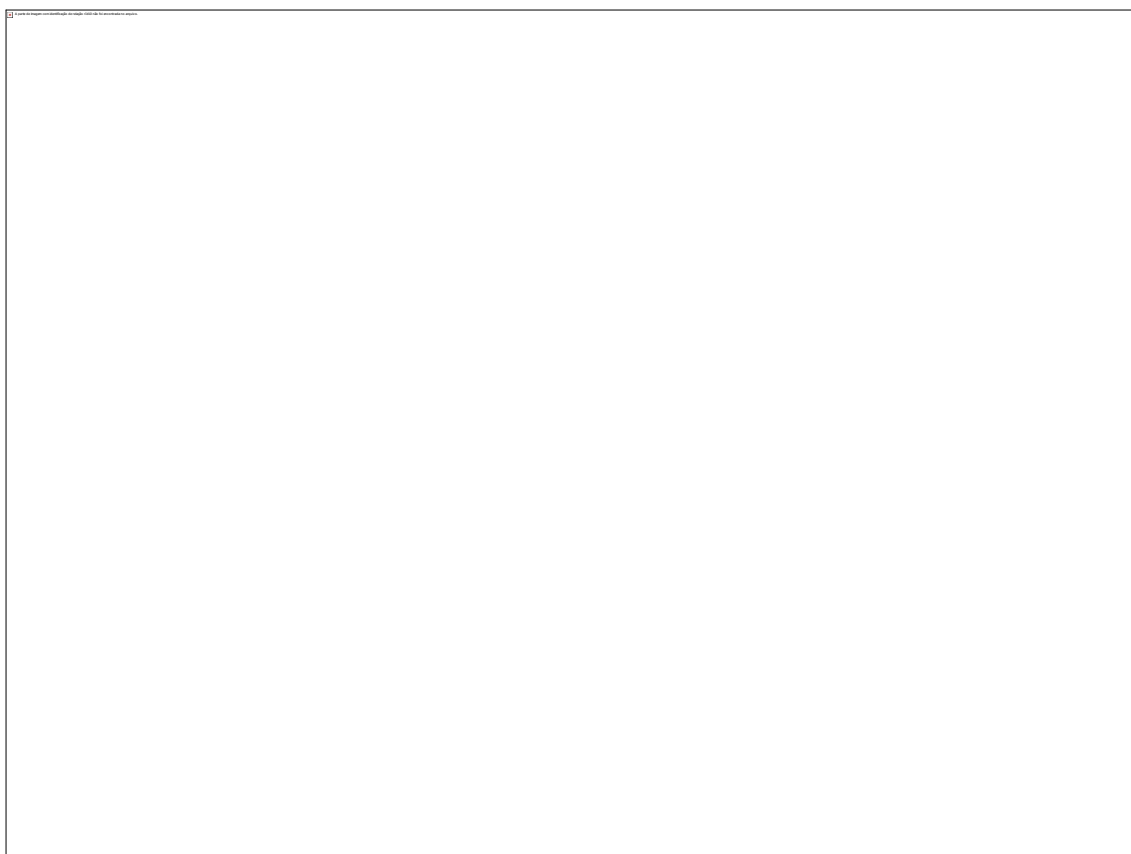
A segunda foi mais voltada à conscientização de reciclagem de alimentos e combater o desperdício, os alunos fizeram bolos com casca de banana, salada de talos etc.

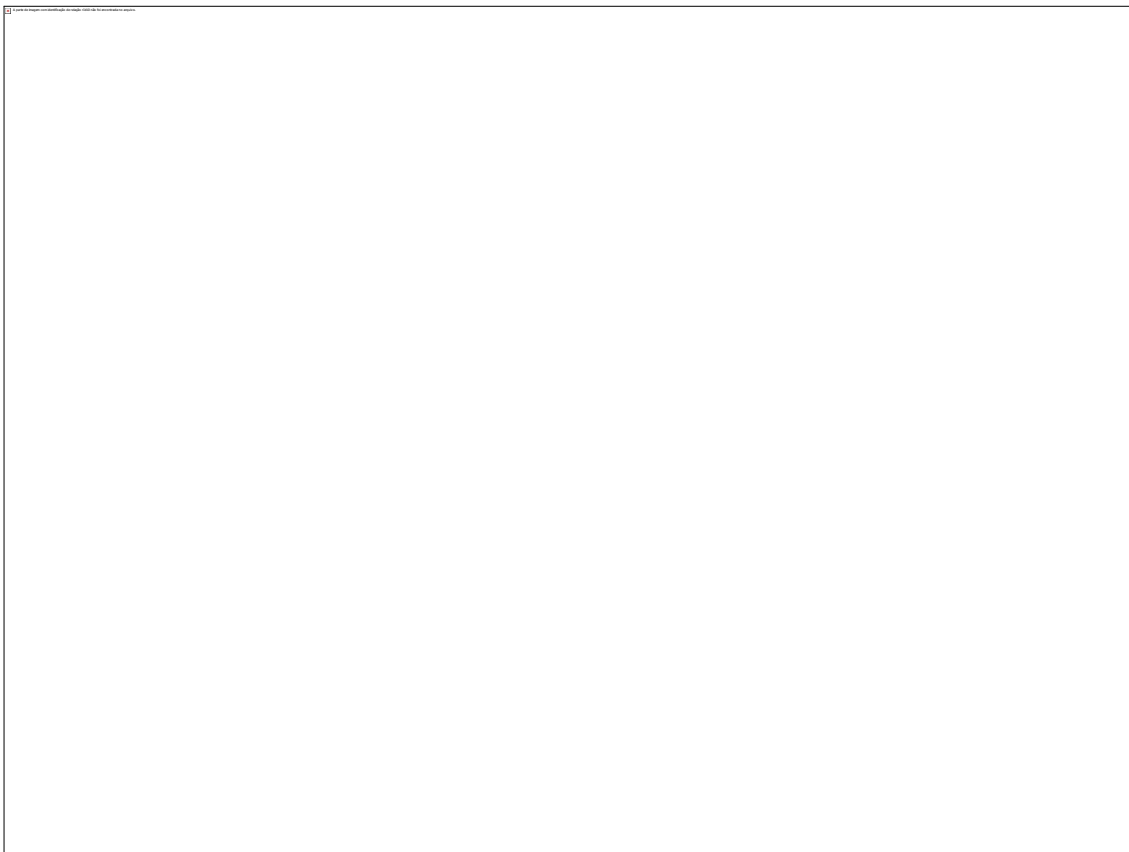


Fonte: blog da escola.



Fonte: blog da escola.



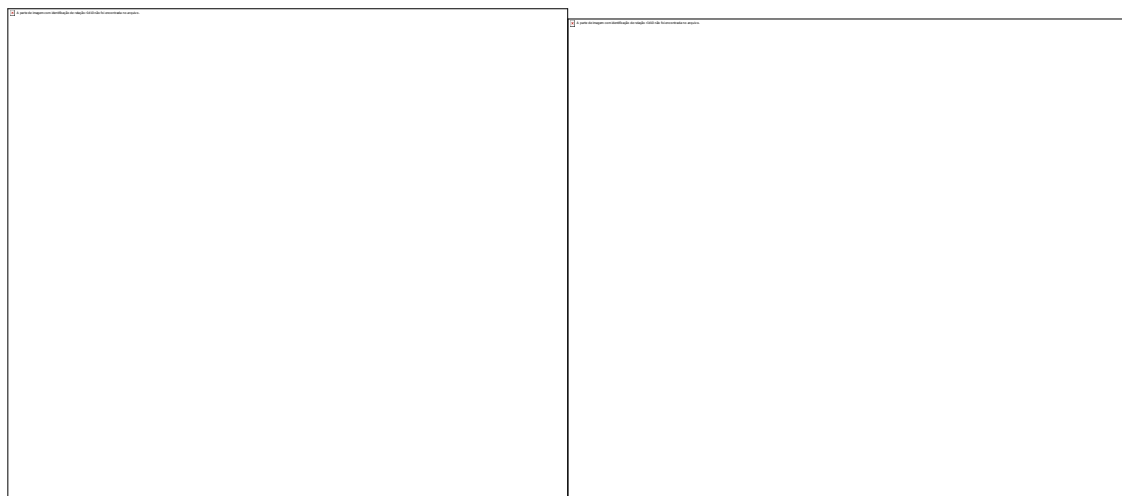


Fonte: blog da escola.

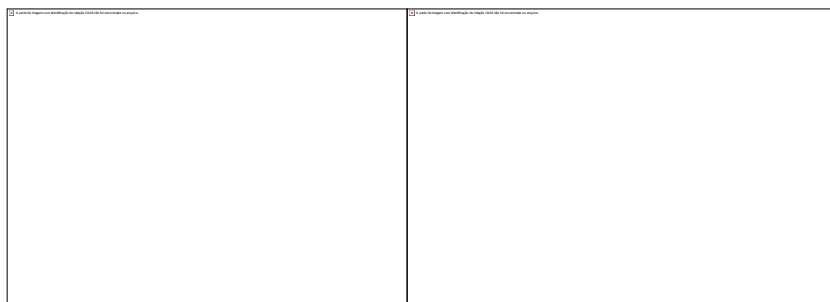
De qual outra forma aplica-se a pedagogia empreendedora na escola?

Na escola já realizamos a feira de profissões, onde os alunos recebem a visita de alguns professores e profissionais de Escolas Superiores explicando como é o dia a dia daquele profissional, já tivemos a visita de advogados, nutricionistas, entre outros.

Realizamos visitas às universidades onde os alunos assistem palestras explicativas sobre os cursos oferecidos pelas instituições.



Visita ao Centro Universitário Moura Lacerda com a Profa Maria Inês.



Os alunos participando da dinâmica sobre bolsa de valores e ouvindo as explicações da professora da USP no anfiteatro.



Fonte: blog da escola.

MÓDULO III

Como treina e orienta os professores para esta metodologia?

Não existe treinamento por parte da Secretaria ou Delegacia Estadual de Educação. Eu que fui lendo e aprendendo a respeito, porque acho que o conhecimento é tudo e, como educadora, tenho que passar isso aos alunos: o conhecimento, o aprendizado, a preparação para a vida.

Os professores envolvidos nos projetos que procuraram saber mais a respeito para passar aos alunos.

Na sua percepção, como os alunos se sentem em relação à aula, disciplina, atividades?

Eles gostam, alguns perguntam bastante, outros nem tanto.

Você percebe interesse dos discentes em empreender? De que forma eles expressam isso?

O que percebo é que alguns pretendem seguir a mesma profissão que os pais: mecânico, sapateiro, pedreiro. Este é um bairro muito pobre, então por meio do conhecimento, dos textos que dou a eles procuro mostrar que eles podem cursar uma USP, UNESP; que podem ter uma profissão diferente dos pais. Que podem ter uma vida melhor, um diploma de graduação, ser o que desejarem ser. Desde que estudem!

Conhece algum ex-aluno que empreendeu? Se sim, em quê?

No momento nenhum, pois quando eles terminam o ensino não costumam manter contato com a gente, exceto se entraram em alguma faculdade pública e vêm na escola para contar e comemorar.

Em sua opinião, qual a importância desta atividade para a formação do aluno?

É muito importante, na vida trabalhamos em equipe e temos que aprender a fazer isso

Quais são os livros utilizados na disciplina?

Os livros que utilizo são os de português e inglês que são as minhas disciplinas, pego alguns textos na internet. Mas livro específico de empreendedorismo nenhum.

Diante das respostas obtidas percebe-se uma carência de conhecimentos a respeito da pedagogia empreendedora, o que é empreendedorismo e sua importância para os estudantes.

Foi questionado se a feira de reaproveitamento de alimentos e de sabão é realizada todos os anos e a resposta foi negativa, pois dos professores envolvidos no projeto somente ela continuava na escola e os novos docentes das disciplinas participantes do projeto não mostraram interesse em dar continuidade.

A entrevistada procura fazer com que os alunos participem de concursos literários realizados pela Secretaria da Educação, pois, segundo ela, é uma forma de mostrar que são capazes. Existe uma preocupação, perceptível, por parte dela em poder passar seu conhecimento aos alunos, em orientá-los para quando saírem da

escola trilharem um caminho de sucesso, mas para isso é importante trabalhar outros conteúdos.

Houve uma tentativa de inclusão do empreendedorismo no ensino em Junho de 2011, quando o deputado Angelo Agnolin apresentou à Câmara Federal o Projeto de Lei nº 1673/11. Ementa que adiciona ao § 7º ao art. 26 da Lei nº 9.394/1996 a inclusão do tema empreendedorismo nos currículos do Ensino Fundamental e Médio o que alteraria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No entanto, em 30 de Novembro de 2016, o projeto foi arquivado nos termos do artigo 133 do RICD, ou seja, foi rejeitado nas Comissões de Mérito (CÂMARA, 2016).

Ao ensinar empreendedorismo na escola, os professores estariam repassando também uma determinada concepção de mundo, sociedade, consciência e até de comportamento humano. Fonseca (2016) lista o que a sociedade ganharia se ensinasse empreendedorismo desde cedo na escola.

O primeiro fator é que através da pedagogia empreendedora haveria formação de pessoas com atitudes, capazes de pensar em solução e capacitados para tirar grandes ideias do papel, o que traria um grande desenvolvimento para a sociedade. De acordo com Sato (2016 apud Fonseca, 2016, p.1) “essa capacitação, no final, beneficia não apenas os alunos, mas também a sociedade. Afinal, os negócios impactam e transformam diretamente”.

O segundo fator é a criação de uma cultura de inovação que aprende com os erros. Parte do desenvolvimento humano, de produtos e/ou serviços é influenciada pelos erros e a escola seria um ambiente ideal para isto. Por se tratar de um ambiente simulado, os alunos conseguiriam fazer suas escolhas em um ambiente seguro para errar. “É fundamental para criança/adolescente entenderem o que é risco e aprenderem a conviver com ele” (QUINTELA, 2016 APUD FONSECA, 2016, P.1).

Como já foi exposto no trabalho, nem todos que teriam acesso à pedagogia empreendedora seria dono do próprio negócio, mas os conceitos poderiam proporcionar competências e torná-lo um bom empregado. “Esse empregado pode nem saber o que é empreendedor, mas aplicaria os fundamentos aprendidos de forma interna” (QUINTELA, 2016 APUD FONSECA, 2016, P.1).

De acordo com Fonseca (2016, p.1):

Por meio de pessoas que inovam você pode transformar áreas como educação e saúde, por exemplo. Além de beneficiar o próprio empreendedor, o empreendedorismo pode trazer poder de escolha a um usuário de baixa renda. São os chamados negócios de impacto social.

Segundo Fonseca (2016) esta concepção só seria permitida, pois o empreendedorismo na escola ensinaria a ter comprometimento, responsabilidade, desenvolveria o senso de coletividade, uma vez que os alunos trabalhariam em grupo, e acima de tudo, os empreendimentos brasileiros iriam sobreviver mais.

Em virtude dos fatos apresentados, a continuação da pesquisa poderá, futuramente, ocorrer nas escolas que possuem a pedagogia empreendedora e nas escolas que não possuem de forma direta, mas apresentam projetos semelhantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apurado e compreendido durante a entrevista, nota-se que a escola não pratica e não possui a Pedagogia Empreendedora, pois ter pedagogia empreendedora na escola significa uma mudança através de um novo modelo de construção social. Esta estimula, por meio das atividades desenvolvidas em sala de aula, a capacidade de escolha do aluno sem influenciar as suas decisões, preparando-o para as suas próprias opções, procurando, desta forma, mostrar o empreendedorismo como uma forma de ser e não somente de fazer.

A escola visitada fez ações pontuais, tais como a fabricação de sabonetes e bolos. Entretanto, não houve continuidade nos projetos instigando os alunos a aprenderem novas formas de produção, seja no ramo alimentício ou outro qualquer. Por meio destes projetos estimular-se-ia o interesse em empreender.

Outro item apurado foi o fato dos docentes envolvidos não apresentarem conhecimento sobre pedagogia empreendedora e estava à maneira deles a realização das ações. São momentos como este que se percebe a falta de políticas públicas voltadas ao empreendedorismo nas escolas de ensino médio, visto que se os professores fossem capacitados para tal disciplina com certeza muitos projetos apresentados em sala de aula poderiam sair da escola e irem para o mercado.

Mesmo que a disciplina não fosse separada de outras poderia ser incorporada nas atividades do dia a dia dos professores e da sala de aula. No entanto, esta aplicabilidade também requer uma mudança de postura dos professores, que não se limitariam a ensinar apenas técnicas de gestão de negócios, mas também expandiria para o ensino de habilidades empreendedoras, tais como a busca por oportunidades, cálculos, negociação e construção de rede de relacionamento.

As tradições didáticas proporcionam o saber e isto torna-se um pouco defasado quando se é possível aplicar um modelo de ensino como a pedagogia empreendedora. Esta por sua vez torna-se uma quebra de paradigmas ao implementar na sala de aula elementos como: sonho, individualidade, comportamentos, ações e emoções.

Os valores atuais que compõem as bases curriculares da educação brasileira não objetivam o empreendedorismo, mas direcionam o ensino do conteúdo para vestibular e a busca de emprego, ou seja, não se ensina para a geração do mesmo.

Portanto, faz-se necessário desenvolver uma nova metodologia de ensino que prepare os jovens brasileiros desde o ensino fundamental até o ensino médio, para desempenhar papéis mais criativos, inovadores, autônomos e empreendedores.

Para o ensino médio, durante o desenvolvimento da presente pesquisa, em 1º de Setembro de 2016, o Ministério da Educação através do Ministro Mendonça Filho, apresentou uma medida provisória (MP 746) com novas diretrizes e bases, que objetiva tornar flexível a grade curricular do ensino médio permitindo aos estudantes escolher algumas disciplinas que irão cursar. As regras valerão para o ensino público e privado e o seu cronograma inicial deverá ser elaborado no primeiro ano letivo seguinte à data da publicação da Base Nacional Comum Curricular. Até o término desta tese, esta medida provisória estava em tramitação do Senado, uma vez que foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 13 de Dezembro de 2016.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. **A Educação como Política Pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

ARAÚJO, U.F. **A Quarta Revolução Educacional**: a mudança de tempos, espaços e relações na escola a partir do uso de tecnologias e da inclusão social. ETD: educação temática digital, Campinas - SP, v. 12, 2011. Número especial. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/index.php/etd/article/view/2279>>. Acesso em: 10 out. 2015.

BARBOSA, E.F; MOURA, D.G. **Metodologias Ativas de Aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica**. Tese publicada Revista B. Tec. Senac, Rio de Janeiro - RJ, v. 39, n.2, p.48-67, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://www.senac.br/media/42471/os_boletim_web_4.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2015.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BEZERRA, E. et. al. **Políticas Públicas de Empreendedorismo no Brasil**: Levantamento e Análise. Artigo publicado no VIII Encontro em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Goiânia - GO, 24 a 26 março de 2014. Disponível em: <<http://www.egepe.org.br/anais/tema12/324.pdf>> Acesso em: 06 dez. 2015.

BOM ÂNGELO, E. **Empreendedor Corporativo**: a nova postura de quem faz a diferença. Rio de Janeiro-RJ: Campus, 2003.

BORGES JR., et.al. **Políticas Públicas de Apoio ao Empreendedorismo**: Análise de sua Presença (ou Ausência) em duas Regiões Turísticas do Estado de Goiás. Artigo apresentado ao VI Encontro de Estudos em Estratégia. Bento Gonçalves-RS, 19 a 21 de Maio de 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/3Es/3es_2013/2013_3Es456.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2015.

BRITTO, F. **Empreendedores Brasileiros**: Vivendo e aprendendo com grandes nomes. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARVALHO, Sonia Nahas de. **Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas**. BIB, Rio de Janeiro, n. 21, 1. sem. 1986.

CASTRO, M. L. O. de. **A Educação na Constituição de 1988 e a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: André Quicé, 1988.

CASTRO, Grasielle. 2015: um ano difícil para Dilma Rousseff. Reportagem publicada em 30/12/2015 na **Revista “Exame”** versão on-line disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/2015-um-ano-dificil-para-dilma-rousseff/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

CAVALLINI, M. **Crise Leva Geração Y a Enfrentar Desemprego pela Primeira Vez**. Reportagem publicada no G1, São Paulo-SP em 19/07/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2015/07/crise-leva-geracao-y-enfrentar-desemprego-pela-primeira-vez.html>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

CINTRA, Antônio Octávio. Planejando as cidades: política ou não política. *In* CINTRA, Antônio Octávio; HADDAD, Paulo Roberto (Org.). **Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

COSTA, A.M., CERICATO, D., MELO, P.A. Empreendedorismo Corporativo: uma nova estratégia para a inovação em organizações contemporâneas. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 12, n. 4, p. 32 - 43, outubro/dezembro 2007.

CRUZ, D. País fechou 111 mil vagas em junho, pior resultado para o mês desde 1992. Reportagem publicada no G1, Brasília-DF em 17/07/2015. Disponível: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/07/pais-fechou-111-mil-vagas-de-trabalho-em-junho.html>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. **Acordo MEC-USAID**. 2009. Artigo disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-mec-usaid>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

DANTAS, B.R.F; MARINHO, L.C.C.A. **Comparação Entre as Metodologias de Ensino Ativa e Tradicional**. TCC apresentado à Universidade Potiguar em 2013. Disponível em: < <https://prezi.com/k-hk7gs2f3ap/comparacao-entre-as-metodologias-de-ensino-ativa-e-tradicional/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

DATAFOLHA. Aprovação do Governo Dilma Rousseff cai, e reprovação à petista dispara. Pesquisa publicada em 09/02/2015. Disponível em: <[http:// datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/02/1587329-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-e-reprovacao-a-petista-dispara.shtml](http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/02/1587329-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-e-reprovacao-a-petista-dispara.shtml)>. Acesso: 22 jan. 2017.

DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, nº 59, Outubro/2003.

Definições de Empreendedorismo. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/15-de-finicoes-de-empendedorismo/>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

DINIZ, M. P. **Empreendedorismo, uma Nova Visão**: enfoque no perfil empreendedor. Artigo publicado em 20 de novembro de 2009, Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/empreendedorismo-uma-nova-visao-enfoque-no-perfil-empendedor/35960/>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

DOLABELA, F. **Pedagogia Empreendedora**. São Paulo-SP: Editora de Cultura, 2006.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

_____. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Elsevier, 2008.

_____. Brasil é o país mais empreendedor do mundo, mas falta inovação. Artigo apresentado para **UOL Economia** no dia 06 de Abril de 2015. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/colunistas/jose-dornelas/2015/04/06/brasil-e-o-pais-mais-empreendedor-do-mundo-mas-falta-inovacao.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

DOURADO, L.F. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil**: limites e perspectivas. Artigo publicado na Educ.Soc. vol 28, n.100, Campinas-SP, Outubro 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000300014&script=sci_arttext>. Acessado em: NOV.2015.

DRAIBE, Sônia M., (1998b), A nova institucionalidade do sistema brasileiro de políticas sociais: os conselhos nacionais de políticas setoriais. **Cadernos de Pesquisa**, 35, NEPP/Unicamp, Campinas. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200004>. Acesso em: 17 jan. 2017.

FARIA FILHO, L. M. de. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **RAUSP – Revista de Administração da Universidade de São Paulo**. SP, abril/jun.1999.

FIPASE. Informações de Ribeirão Preto. Disponível em: <http://fipase.org.br/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=34&Itemid=28>. Acesso em: 17 fev. 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, M. **O que o Brasil Perde ao não Ensinar a Empreender na Escola**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/pme/o-que-o-brasil-perde-ao-nao-ensinar-a-empreender-na-escola/>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO SEADE. **Atlas Seade da Economia Paulista**. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/atlasecon/intro/cap8_intro.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2016.

G1. Lava Jato pode ter impactado de R\$ 87 bilhões na economia, diz estudo. Reportagem publicada no **G1**, São Paulo em 02/04/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/04/lava-jato-pode-ter-impacto-de-r-87-bilhoes-na-economia-diz-estudo.html>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

GERMANO, J.W. **Estado Militar e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, G.C. Como o empreendedorismo tem se associado à criatividade e liderança: algumas proposições sobre como ocorrem estas relações. Artigo publicado **ANAIS do II Egepe**, p.312-323. Londrina-PR. Novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.anegepe.org.br/edicoesanteriores/londrina/EMP2001-42.pdf>>. Acesso: 18 nov. 2015.

GOMES, P. **Metodologia de Aprendizado que usa da Construção Coletiva e Individual de Projetos para Ensinar**. Artigo publicado em 26 abril de 2013. Disponível em: <<http://porvir.org/wiki/educacao-baseada-em-projetos/>> Acessado em: AGO.2015.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. Currículo do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/curriculo>>. Acesso em: 17 set. 2016.

_____. Inscrições abertas para cursos gratuitos de empreendedorismo do Sebrae-SP. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/sebrae-sp-abre-processo-seletivo-para-cursos-gratuitos-de-empreendedorismo-da-fate-e-etec>>. Acessado em: 17 set. 2016.

IBGE. Pesquisa por cidade: Ribeirão-Preto. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=354340>>. Acesso: 05 dez. 2015.

_____. Desemprego entre jovens até 17 anos é recorde e vai a 25,7%, diz IBGE. Disponível em: <<http://www.poder360.com.br/economia/desemprego-entre-jovens-ate-24-anos-e-recorde-e-vai-a-257-diz-ibge/>>. Acesso em: jan. 2017.

LAMOUNIER, Bolívar. **Determinantes Políticos da Política Agrícola**: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão. Estudos de Política Agrícola, Brasília, n. 9, jan. 1994. Disponível em : <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/download/1695/1167>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

LIBÂNIO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez: 1999.

LIMA, W. G. Políticas Públicas: discussão de conceitos. **Interface** (Porto Nacional), Edição número 05, Outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.revista.uft.edu.br/index.php/interface/article/viewFile/370/260>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

LOPES, A. C. V.; SCHULTER, C. B.; BINOTTO, E.; ANDRADE, S. A.; BUSANELO, E. C. **Microcrédito e os Microempreendimentos**: um estudo no Banco da Gente do Mato Grosso do Sul. Revista FACEF Pesquisa, Desenvolvimento e Gestão, v. 14, n. 03, 2011.

MALHOTRA, Naresch K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARQUES NETO, F. P. A. Agências Reguladoras: Instrumentos do Fortalecimento do Estado. **III Congresso Brasileiro de Regulação de Serviços Públicos Concedidos**, 2003, Gramado. Anais., São Paulo: ABAR, 2003, p. 39. Disponível em: http://www.direitodoestado.com.br/buscarevistas.asp?txt_busca=Floriano%20de%20Azevedo%20Marques%20Neto Acessado em: 06 nov. 2015.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MANZINI, E. J. A Entrevista na Pesquisa Social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MATTOS, P.; LINCOLN, C. L. **A Entrevista não Estruturada como Forma de Conversação**: razões e sugestões para sua análise. 823-847, jul.-ago. 2005. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/conceitos-em-pesquisa-cientifica/10409/#ixzz3n5EBeuCd>>. Acessado em: 13 dez. 2015.

MEC. Educação econômica e empreendedorismo na educação pública: promovendo o protagonismo infanto-juvenil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8214-educacao-economica-final-versao-preliminar-pdf&Itemid=30192>. Acessado em: 05 fev. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programas e Ações**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/programas-e-acoes>> Acesso em: 05 fev. 2016.

MIOZZO, J. Os 9 países mais empreendedores do mundo. Reportagem publicada no Startse em 25 Junho de 2015. Disponível em: <<http://startse.infomoney.com.br/portal/2015/06/25/12554/a-surpreendente-lista-dos-9-pases-mais-empreendedores-do-mundo/>>. Acessado em: 05 de fev. 2016.

MOREIRA, R.F.C. **Perfil do Microempreendedor Individual**. Pesquisa apresentada ao Fórum de Cidadania Financeira do Sebrae em Novembro 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/a1300d60cd4fe1b48de3fe73e3899c04/\\$File/5796.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/a1300d60cd4fe1b48de3fe73e3899c04/$File/5796.pdf)>. Acessado em: 05 fev. 2016.

MUGIONE, F. Falta ao Brasil uma política pública de empreendedorismo. Reportagem publicada na Revista "Veja" no dia 30 de Março de 2013. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/falta-ao-brasil-uma-politica-publica-o-empreendedorismo> Acessado em: FEV.2016.

NAGEL, J. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU 1976. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200012>. Acesso em: 21 nov. 2015.

OLIVEIRA, A. F. **Políticas Públicas Educacionais**: conceito e contextualização numa perspectiva didática. Texto publicado no livro "Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas", organizado por Adão F. de Oliveira, Alex Pizzio e George França, Editora da PUC Goiás, 2010, p. 93-99.

OZGA, J. **Investigação em Políticas Educacionais**: terreno de contestação. Porto: Porto, 2000. Disponível em : <<https://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/57053/desafios-politicos-para-educacao>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

PEREIRA, W. L.

Políticas Públicas e Educacionais no Contexto Histórico Brasileiro. Tese apresentada ao Mestrado em Educação pela UFU em 2009. Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AC15.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

PERONI, V.M.V., **Políticas Públicas e Gestão da Educação em Tempos de Redefinição do Papel do Estado.** Disponível em : <http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_gestao/modulo1/pol%EDticas_publicas_e%20gestao_da_educacao_veraperoni.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2015.

QUEIROGA, Louise. **Entenda as Principais Crises Econômicas Mundiais.** Publicado em 17/09/2013. Disponível em: <<http://portaldejornalismo-rj.espm.br/entenda-as-principais-criSES-economicas-mundiais>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

REIS, B. **Tipologias e Tipos de Políticas Públicas.** 2010. Disponível em: <http://igep.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_04.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2015.

REVISTA “EXAME”. Brasil é o primeiro em ranking de empreendedorismo. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/pme/noticias/brasil-e-o-primeiro-em-ranking-de-empreendedorismo>>. Acessado em: 13 fev. 2016.

_____. **Os 9 Tipos de Empreendedores mais Comuns no Brasil.** Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/pme/noticias/os-9-tipos-de-empreendedores-mais-comuns-no-brasil>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

RIBEIRÃO PRETO. **Escolas que Oferecem Ensino Médio.** Disponível em: <<http://www.ribeiraopretonline.com.br/educacao-busca-instituicao-ensino-medio.php>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

RIBEIRO, E. A. A Perspectiva da Entrevista na Investigação Qualitativa. **Evidência:** olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A Entrevista na Pesquisa Qualitativa:** mecanismos para a validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

ROBELLO, I. Empreender e Inovar: desafios e oportunidades. **III ENI Abril**, 2013. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/283320/>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

SALISBURY, Robert H.. The Analysis of Public Policy: A Search for Theories and Roles. In: THEODOULOU, Stella Z; CAHN, Matthew A. (Org.). **Public Policy:** The Essential Readings. New Jersey:Prentice Hall, 1995. cap. 5, p. 34-37. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT26022013171120.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça:** a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

_____. A trágica condição da política social. In ABRANCHES, Sérgio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antônio. **Política Social e Combate à Pobreza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SAVIANI, D., et al. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. **Reflexões sobre o Ensino e a Pesquisa em História da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SEBRAE. Disponível: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/O-que-%C3%A9-ser-empresendedor>>. Acesso em: 23 set. 2015.

_____. **Educação Empreendedora no Ensino Médio**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/educacao-empresendedora-no-ensino-medio,358aa15d81d36410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 23 set. 2016.

SENGE, PETER. **Escolas que Aprendem**: Um guia da Quinta disciplina para educadores, pais e todos os que se interessam pela educação. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SETTI, R. Longe do Colapso. Artigo publicado na revista “**Veja**”, em 11/04/2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tag/crise-economica/>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Texto publicado no **Caderno do Centro de Recursos Humanos**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2003, p. 20-45.

TOMAR, M. S. **A Entrevista Semiestruturada**. Tese do Mestrado em Supervisão Pedagógica da Universidade Aberta em 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/conceitos-em-pesquisa-cientifica/10409/#ixzz3n5EKfJ9o>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANA, A. L. **Abordagens Metodológicas em Políticas Públicas**. Artigo publicado em Cadernos de Pesquisa Nepp. RIO DE JANEIRO 30 (2): 543. MAR.IABR. 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/8095/6917>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

VIEIRA, D. M.; OLIVEIRA, D. A. F. B.; PEREIRA, B. A. O Programa de Incubadoras da Universidade Estadual de Goiás – PROIN/UEG: a capilaridade da UEG e sua importância na promoção do empreendedorismo em Goiás. **Revista de Administração da UEG**, v. 3, n.1, jan./jun., 2012.

WELLE, D. **Brasil Vive Crise, mas não Institucional**. Entrevista realizada para a revista “Carta Capital” em 07/03/2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-vive-crise-mas-nao-institucional-4256.html>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

WILSON, Woodrow. **Congressional Government**. New York: Houghton Mifflin, 1885. Disponível em: <http://felipeansaloni.com.br/wp-content/uploads/downloads/2014/02/Introdu%C3%A7%C3%A3o_Pol%C3%ADticas_P%C3%BAblicas.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.

FOTOS

<<http://eeprofaiirenediasribeiro.blogspot.com.br/search?updated-max=2011-07-25T12:59:00-03:00&max-results=7&start=475&by-date=false>>.

<<http://eeprofaiirenediasribeiro.blogspot.com.br/search?updated-max=2011-07-25T12:59:00-03:00&max-results=7&start=475&by-date=false>>.

<<http://eeprofaiirenediasribeiro.blogspot.com.br/search?updated-max=2015-06-18T15:46:00-03:00&max-results=7&start=98&by-date=false>>.

<<http://eeprofaiirenediasribeiro.blogspot.com.br/search?updated-max=2015-06-18T15:46:00-03:00&max-results=7&start=98&by-date=false>>.

<<http://eeprofaiirenediasribeiro.blogspot.com.br/search?updated-max=2013-05-16T11:57:00-03:00&max-results=7&start=302&by-date=false>>.

<<http://eeprofaiirenediasribeiro.blogspot.com.br/search?updated-max=2010-05-25T17:24:00-03:00&max-results=7&start=567&by-date=false>>.

APÊNDICE II**PLANILHA DE ORÇAMENTO**

Combustível: R\$1.000,00

Pedágio Sertãozinho: R\$ 5,90 (aproximadamente R\$12,00)

Total: R\$1.012,00 (Um mil e doze reais)

APÊNDICE III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPREENDEDORISMO:

Um estudo de caso nas escolas de ensino médio na cidade de Ribeirão Preto

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: LENY FATIMA SALLES PASCHOAL

ORIENTADORA: Profa. Dra. DANIELA CARNIO MARASEA

Tese de Mestrado em Educação e Saúde, com o objetivo de apurar a política pública no Estado de São Paulo referente ao empreendedorismo no ensino médio, analisando se as escolas Municipais e Estaduais possuem programas educacionais que estimulem jovens (até 24 anos) a empreender

É garantida a liberdade da retirada do consentimento a qualquer momento, e deixar de participar do estudo sem qualquer prejuízo nesta instituição.

As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros profissionais, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante. Será garantido a(o) Sr(a) o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais da pesquisa.

Comprometemo-nos a utilizar os dados somente nesta pesquisa.

Não há despesas para a participação em qualquer fase do estudo, mas também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

Quaisquer dúvidas de sua parte poderão ser dirimidas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Ribeirão Preto, pelo telefone: 36036915.

Ribeirão Preto, 09/12/2016

Assinatura do participante

MARIA INÊS DE SOUSA
VITORINO JUSTINO

Assinatura da pesquisadora responsável

Profa. Dra. Daniela Carnio Marasea Tel: (16) 35128262
Av. Heráclito Fontoura Sobral Pinto, 400 Casa 71
COND. JD SUL - Ribeirão Preto-SP.
CEP: 14022-000

Assinatura da pesquisadora

Leny Fatima Salles Paschoal Tel: (16) 32343555
Rua Antônio Achê, 875 | Apto 12|
Jd Irajá | Ribeirão Preto-SP
CEP: 14020-600

Programa de Mestrado *Stricto sensu* Saúde e Educação
Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP)
Fone: (16) 3603-6774 e 36037010.

APÊNDICE IV

ENTREVISTA APLICADA AO RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE

Este roteiro tem por objetivo apurar se a escola que trabalha possui a pedagogia empreendedora e seu impacto em relação a isso.

MÓDULO I

Identificação

Nome entrevistado :

Tempo de carreira: Como diretor/gestor? E como docente?

Escola em que atua :

Ano de fundação da escola :

Possui pedagogia empreendedora? (Seja por: disciplina de empreendedorismo, empreendedorismo trabalho em alguma disciplina ou desenvolve atividades que visem promover o empreendedorismo, como feiras de ciências, etc.)

() SIM

() NÃO

MÓDULO II

Realiza tarefas dentro da sala de aula para os alunos resolverem sobre temas cujo contexto é compatível com a vida escolar e fora da sala de aula?

Proporciona debates sobre temas atuais?

Proporciona trabalhos em equipe que exijam a colaboração de todos?

Existe alguma feira de empreendedorismo na escola?

De qual outra forma aplica-se a pedagogia empreendedora na escola?

MÓDULO III

Como treina e orienta os professores para esta metodologia?

Na sua percepção, como os alunos se sentem em relação à aula, disciplina, atividades?

Você percebe interesse dos discentes em empreender? De que forma eles expressam isso?

Conhece algum ex-aluno que empreendeu? Se sim, em quê?

Em sua opinião, qual a importância desta atividade para a formação do aluno?

Quais são os livros utilizados na disciplina?

APÊNDICE V

SOLICITAÇÃO PARA ENTREVISTA

Campus Ribeirão Preto - Campus Guará

RUA LE. PACHECO, 3300
 [13] 3398-1000
 CEP 11440-005
 WWW.UNAERP.BR

Excelentíssimo(a) Sr (a) Diretor(a) da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – Delegacia de Ribeirão Preto.

Eu, LENY FATIMA SALLES PASCHAL, nacionalidade BRASILEIRA, portadora do RG 12.687.095-0 e CPF 075.479.458-05, residente à Rua Antônio Ache nr 875 apto 12 – Jardim Irajá , na cidade de Ribeirão Preto; aluna do curso de Mestrado Stricto Sensu Saúde e Educação da Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP, orientanda da PROFA DRA DANIELA CARNIO COSTA MARASEA, nacionalidade BRASILEIRA, portadora do RG 19.355.502-5 e CPF 156.204.108-89, residente Av. Heráclito Fontoura Sobral Pinto, 400 Casa 71 - COND. JD SUL - Ribeirão Preto-SP; vem respeitosamente solicitar autorização para realizar uma entrevista nas escolas citadas abaixo, como parte da tese de Mestrado.

A referida entrevista ocorrerá com um docente que ministra a disciplina ou que aborda sobre empreendedorismo e com alguns alunos, a depender do número de discentes na referida atividade, podendo ser 10% dos participantes. Informamos que não ocorrerão procedimentos invasivos ou potencialmente lesivos, direcionado aos participantes ou qualquer outro indivíduo. No entanto, por tratar-se de informações pessoais, o consentimento livre e esclarecido de cada um será necessário. Ao participante será garantida a liberdade de retirada do consentimento a qualquer momento, e deixar de participar do estudo sem qualquer prejuízo na instituição.

Informamos também que , o referido projeto já foi encaminhado e analisado pelo Comitê de Ética da UNAERP.

Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPREENDEDORISMO: Um estudo de caso nas escolas de ensino médio na cidade de Ribeirão Preto

Objetivo: Apurar a Política Pública no Estado de São Paulo referente ao empreendedorismo no ensino médio, analisando se as escolas Municipais e

Diretoria de Ensino RP,
 PROTOCOLO

31 OUT 2016

Funcionário: Toninho

Estaduais da cidade de Ribeirão Preto possuem programas educacionais (disciplina ou atividade) que estimulem jovens (até 24 anos) a empreender.

Metodologia: trata-se de uma pesquisa descritiva, por meio de um estudo de campo com a aplicação de entrevistas semiestruturadas, caracterizando-se assim uma pesquisa qualiquantitativa.

NOME	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO
Alberto Santos Dumont – Estadual	Rua Flavio Uchoa, 916	Campos Eliseos
Alcides Correa Professor – Estadual	Rua Moreira de Oliveira, 242	Alto Boa Vista
Alpheu Dominiguetti Professor – Estadual	Rua Feliciano Alves Faria, 273	Vila Abranches
Amélia dos Santos Musa Professora – Estadual	Rua Espirito Santo, 887	Ipiranga
Barros Conego – Estadual	Av. Doutor Francisco Junqueira, 726	Centro
Centro Atend Socioeduc Adolescente Ribeirão Preto UI – Estadual	Rodovia Mario Donega, 2	
Cid de Oliveira Leite Professor – Estadual	Rua Itararé, 608	Jardim Paulista
Djanira Velho Professora – Estadual	Rua Borba Gato, 60	Vila Amélia
Domingos Joao Baptista Spinelli Professor Doutor – Estadual	Rua Deputado Orlando Jurca, 92	Quintino Facci II
Eugenia Vilhena de Moraes Professora – Estadual	Rua Abílio Sampaio, 900	Vila Virginia
Expedicionários Brasileiros - Estadual	Rua Orivaldo Braga	Jardim São Jose
Francisco da Cunha Junqueira Doutor – Estadual	Rua Jair Costa	Centro
Geraldo Correia de Carvalho Doutor – Estadual	Rua Itaguaçu, 869	Ipiranga
Guimaraes Junior Doutor – Estadual	Rua Lafaiete, 584	Centro
Irene Dias Ribeiro Professora – Estadual	Rua Doutor Antônio Sylvio Cunha Bueno, 205	Geraldo Correia de Carvalho
Jardim Diva Tária de Carvalho – Estadual	Rua Joao Toniolli, 3475	Jardim Diva Tária de Carvalho

Estaduais da cidade de Ribeirão Preto possuem programas educacionais (disciplina ou atividade) que estimulem jovens (até 24 anos) a empreender.

Metodologia: trata-se de uma pesquisa descritiva, por meio de um estudo de campo com a aplicação de entrevistas semiestruturadas, caracterizando-se assim uma pesquisa qualiquantitativa.

NOME	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO
Alberto Santos Dumont – Estadual	Rua Flavio Uchoa, 916	Campos Eliseos
Alcides Correa Professor – Estadual	Rua Moreira de Oliveira, 242	Alto Boa Vista
Alpheu Dominiguetti Professor – Estadual	Rua Feliciano Alves Faria, 273	Vila Abranches
Amélia dos Santos Musa Professora – Estadual	Rua Espirito Santo, 887	Ipiranga
Barros Conego – Estadual	Av. Doutor Francisco Junqueira, 726	Centro
Centro Atend Socioeduc Adolescente Ribeirão Preto UI – Estadual	Rodovia Mario Donega, 2	
Cid de Oliveira Leite Professor – Estadual	Rua Itararé, 608	Jardim Paulista
Djanira Velho Professora – Estadual	Rua Borba Gato, 60	Vila Amélia
Domingos Joao Baptista Spinelli Professor Doutor – Estadual	Rua Deputado Orlando Jurca, 92	Quintino Faciol II
Eugenia Vilhena de Moraes Professora – Estadual	Rua Abílio Sampaio, 900	Vila Virginia
Expedicionários Brasileiros - Estadual	Rua Orivaldo Braga	Jardim São Jose
Francisco da Cunha Junqueira Doutor – Estadual	Rua Jair Costa	Centro
Geraldo Correia de Carvalho Doutor – Estadual	Rua Itaguaçu, 869	Ipiranga
Guimaraes Junior Doutor – Estadual	Rua Lafaiete, 584	Centro
Irene Dias Ribeiro Professora – Estadual	Rua Doutor Antônio Sylvio Cunha Bueno, 205	Geraldo Correia de Carvalho
Jardim Diva Taria de Carvalho – Estadual	Rua Joao Toniolli, 3475	Jardim Diva Taria de Carvalho

Jardim Orestes Lopes de Camargo – Estadual	Rua Gregório Pereira	Jardim Orestes Lopes de Camargo
Jardim Paiva II – Estadual	Rua Senador Teotônio Vilella, 1950	Jardim Paiva II
Jenny de Toledo Piza Schroeder Professora – Estadual	Rua Carolina Maria de Jesus, 625	Jardim Presidente Dutra
João Augusto de Mello Professor – Estadual	Rua Lasar Segall, 228	Jardim Independência,
João Palma Guião Doutor – Estadual	Rua Atilio Pedro Cherubim, 275	Dom Bernardo Jose Mielle
Miguel Jorge – Estadual	Rua Domingos Padovan	Jardim Novo Mundo
Oriundo Vitaliano Vereador – Estadual	Rua Cesar Montagnana, 110	Quintino Facci I
Rafael Leme Franco Professor – Estadual	Rua Padre Anchieta, 1730	Jardim Antártica
Romeu Alberti Dom – Estadual	Rua Florinda Bordizan Sampaio, 250	Jardim Jose Sampaio Junior
Romualdo Monteiro de Barros Professor – Estadual	Rua Bolívia, 300	Vila Mariana
Sebastião Fernandes Palma Professor – Estadual	Rua Casemiro de Abreu, 595	Vila Seixas
Tomas Alberto Whatelley Doutor – Estadual	Rua Marques de Pombal, 349	Campos Eliseos
Walter Ferreira Professor – Estadual	Rua Machado de Assis, 761	Vila Tibério
Walter Paiva Professor – Estadual	Rua Tupinambé	Vila Augusta

Fonte: Ribeirão Preto online(2015)

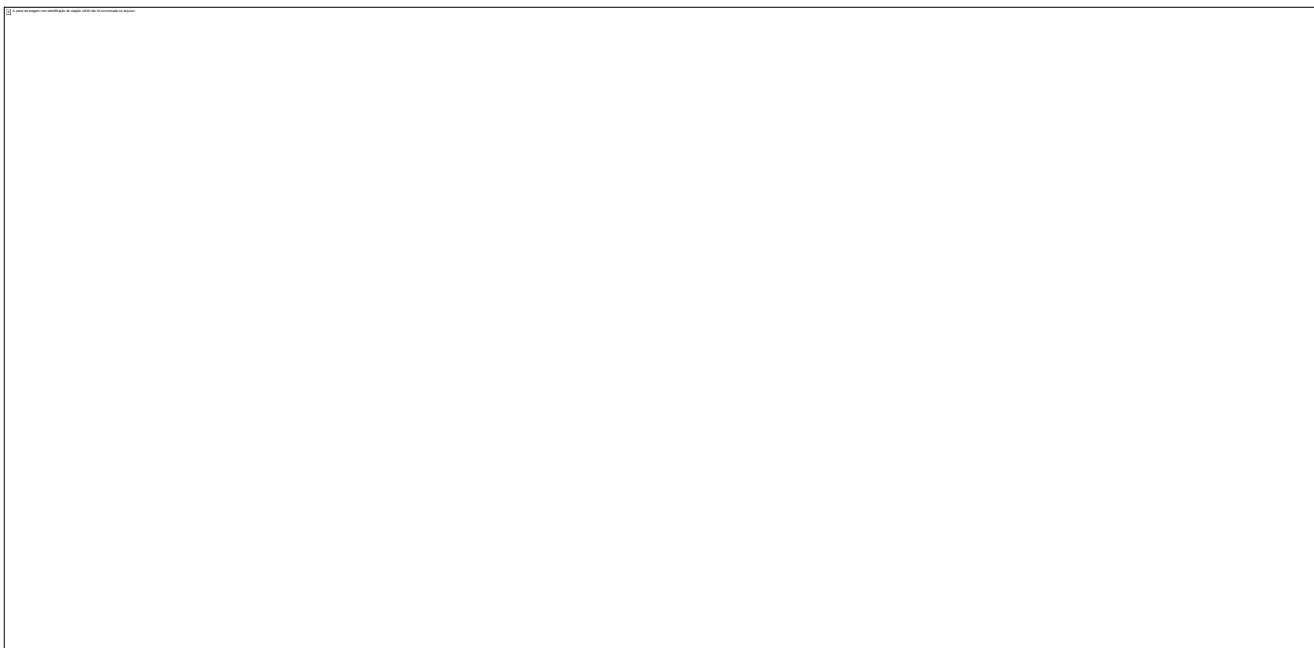
Diante da importância reservada às questões de pesquisa neste município, reiteramos tal solicitação nos comprometendo a cumprir todas as questões éticas envolvidas na ação e resultados.

Atenciosamente,


Profª Drª Daniela Costa Carnio Marasea
Pesquisadora responsável - orientadora

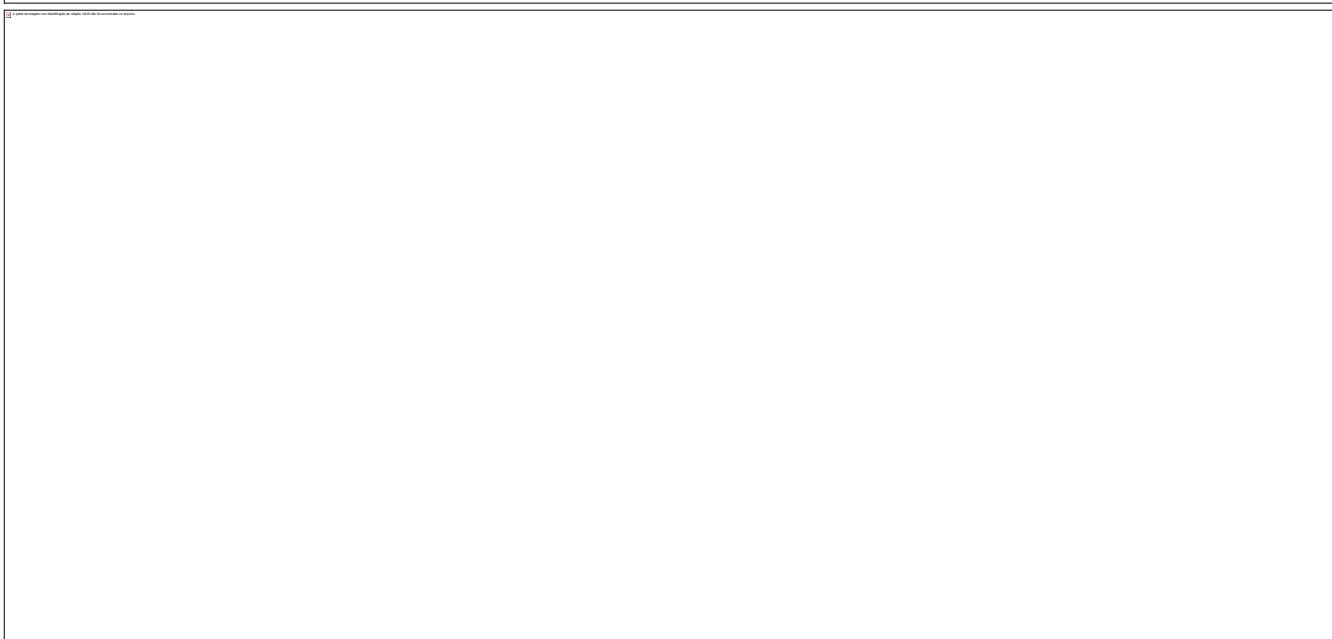
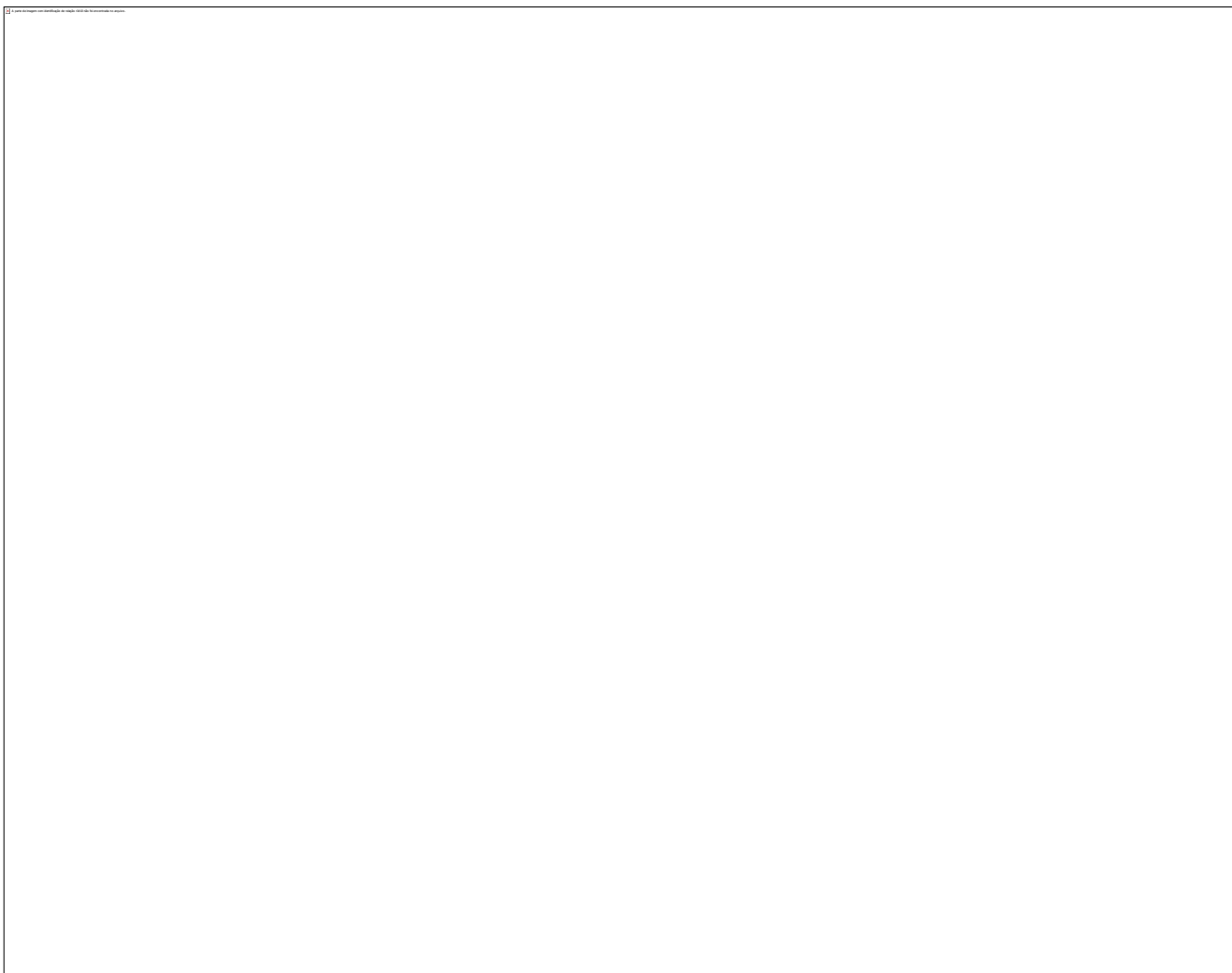

Leny Fatima Salles Paschoal - Pesquisadora

ANEXO I
AMOSTRA NA CIDADE DE SERTÃOZINHO



Fonte: Elaborado pela autora

ANEXO II
AMOSTRA NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO



Fonte: Elaborado pela autora

ANEXO IV

BREVE HISTÓRICO DA LEI 9.394/96

Em 1988 já corria no Congresso Nacional o processo de tramitação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Tratava-se, então, do projeto apresentado pelo Deputado Federal Otávio Elízio (PSDB/MG); o relator era Jorge Hage (PDT/BA).

O texto seria aprovado na Câmara dos Deputados em 13 de setembro de 1993, depois de receber 1.263 emendas. O projeto original, modificado em longas negociações na correlação das forças políticas e populares, ia para a avaliação do Senado reduzido, contendo 298 artigos.

O relator no Senado Federal, Cid Sabóia (PMDB/CE), dá seu parecer e a Comissão de Educação do Senado aprova o então Projeto de Lei 101/93 no dia 20 de novembro de 1994.

Um dado novo atropela o processo: o senador Darcy Ribeiro apresenta um substitutivo do projeto, alegando inconstitucionalidade de vários artigos[1]. Por requerimento do senador Beni Veras (PSDB/CE), o PL 101/93 - que já estava no Plenário do Senado - é retirado. O Presidente do Senado, José Sarney, decide retomar a tramitação dos três projetos: o antigo PL 101/93 da Câmara, o parecer de Cid Sabóia aprovado pela Comissão de Educação e o substitutivo Darcy Ribeiro. Este último é designado para atuar como relator. Ao apreciar as emendas do PL 101/93, Ribeiro notoriamente toma como referência seu próprio projeto e as suas concepções de Educação.

No dia 14 de fevereiro de 1996 é aprovado no plenário do Senado o Parecer nº 30/96, de Darcy Ribeiro. Esta decisão não só tira o projeto inicial da LDB de cena, como também, de certo modo, nega o processo democrático estabelecido anteriormente na Câmara e em diversos setores da população ligados à Educação[2].

A Lei 9.394/96 é promulgada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República com data de 20 de dezembro de 1996, e publicada no Diário Oficial em 23 de dezembro de 1996.

1a. parte: Diretrizes e Bases para a Educação Nacional - alguns destaques.

1. O currículo

Os currículos do ensino fundamental e médio passam a compreender uma base nacional comum que deve ser complementada por uma parte diversificada, de acordo com as características regionais (art. 26).

Fica sugerida uma flexibilização dos currículos, na medida em que se admite a incorporação de disciplinas que podem ser escolhidas levando em conta o contexto e a clientela. No ensino nas zonas rurais, é admitida inclusive a possibilidade de um currículo apropriado às reais necessidades e interesses [desses] alunos (art. 28, inciso I).

A LDB determina que a Educação Artística seja componente curricular obrigatório no Ensino Básico (pré-escolar, 1º e 2º graus; art. 26, § 2º). O objetivo é promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Continua a exigência de uma língua estrangeira moderna a partir da 5ª série, e pedem-se duas línguas (uma opcional, de acordo com as possibilidades da Instituição) no ensino médio.

Entre os saberes que o educando deverá dominar após o ensino médio estão os conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários ao exercício da cidadania (art.36, § 1º); contudo, a Lei não exige que tais disciplinas sejam incorporadas ao currículo.

O Ensino Religioso passa a ser disciplina de oferta obrigatória nas escolas públicas, com matrícula facultativa e sem ônus para os cofres públicos (Art. 3).

2. A avaliação

Termina a exclusividade do exame vestibular para ingresso no Ensino Superior (art. 4, inciso I). A LDB fala de uma classificação mediante processo seletivo, sem especificar. Podemos entender, por exemplo, as notas do 2º grau, ou uma prova aplicada pelo MEC[3].

Quanto à avaliação dos alunos do ensino básico por parte do governo, não há maiores especificações.

A classificação dos alunos nas séries iniciais passa a poder ocorrer por promoção. Este termo (diferente de aprovação) é identificado também no texto com a "progressão continuada" ou a "progressão parcial" e com a "progressão regular por

série". Consiste na aprovação automática de alunos da 1ª até a 5ª série, pressupondo um acompanhamento personalizado, com o fim de evitar a evasão escolar e a repetência nos primeiros anos de estudo. Esse sistema não é uma inovação da LDB, mas fica por ela legitimado (art.24; art.32, inciso 2º).

Isso abre a possibilidade de uma nova concepção de série. O artigo 23 rege que a educação básica poderá ser organizada tanto em séries anuais como em períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Nos termos da lei, a verificação do rendimento escolar deve ser contínua e cumulativa, e a recuperação deve dar-se, de preferência, paralelamente ao período letivo (art. 24). Continua a exigência do mínimo de 75% de frequência, exceto para os sistemas de ensino não presenciais (educação à distância).

3. Papel e formação dos professores

A nova LDB dá atenção específica à questão dos professores e procura valorizar o magistério, estabelecendo critérios de ingresso e falando da necessidade do plano de carreira nas instituições (art. 67). Na descrição das funções dos docentes, afirma que eles: "participam da elaboração da proposta pedagógica das escolas"; "elaboram e cumprem planos de trabalho"; "zelam pela aprendizagem dos alunos"; "estabelecem estratégias de recuperação"; "ministram os dias letivos estabelecidos e participam integralmente do planejamento/ avaliação"; "articulam escola/família/comunidade" (art.13).

O texto explicita que seja assegurado ao profissional da educação: "o aperfeiçoamento continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado"; um " piso salarial profissional"; a "progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho"; um "período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluído na carga [horária]"; e "condições adequadas de trabalho" (art. 67).

São criados os Institutos Superiores de Educação, para preparação de docentes em nível superior (curso de licenciatura, graduação plena) como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental (art. 62).

Outros destaques

- A denominação dada aos níveis escolares é: Educação Básica (compreende a educação infantil, o ensino fundamental (anteriormente 1o. grau) e o ensino médio, anterior 2o. grau); e Educação Superior.

- O Ensino Fundamental (8 anos) aparece sempre como prioridade. Sendo dever do Estado, qualquer cidadão ou entidade de classe pode acionar o Poder Público para exigí-lo (art. 4º/5º).

- A carga horária mínima anual da educação básica é de 800 horas em 200 dias letivos, sem contar os exames finais. A jornada escolar no ensino fundamental inclui pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, mas o artigo 34 prevê que o período de permanência na escola seja progressivamente ampliado.

- A educação profissionalizante passa a constituir um curso independente do Ensino Médio.

- A LDB chama a atenção para a necessidade de se alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, acenando para uma redução do número de alunos em cada sala de aula, porém sem especificar (art. 25).

- A rede pública de ensino deverá ampliar seu atendimento aos alunos com necessidades especiais de aprendizagem (art. 60 - parágrafo único).

- A LDB rege que os recursos financeiros destinados à Educação sejam do orçamento da União, nunca menos de 18%; dos Estados e Municípios, nunca menos de 25%. Abre-se a possibilidade, sem muita clareza de critérios, de que tais recursos possam ser dirigidos também a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas (art. 69 e art.7), inclusive para bolsas de estudo para a educação básica se não houver vagas na rede pública de domicílio do educando, comprovando-se a insuficiência de recursos.

As atribuições dos diferentes sistemas ficam assim determinadas: Sistema Federal de Ensino

Sistema Estadual de Ensino

Sistema Municipal de Ensino

- Escolas mantidas pela União · Ensino Superior privado

- Órgãos federais de Educação
- Escolas mantidas pelo Estado · Ensino Superior mantido pelo Município
- Ensino fundamental e médio privado
- Órgãos de educação estaduais
- Escolas municipais · Educação infantil privada
- Órgãos municipais de Educação

· Fica instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano depois da data de publicação da LDB. A União tem um ano para encaminhar ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação. O ano de 1997 é o período para adaptação das legislações educacionais e de ensino da União, dos Estados e dos Municípios às disposições da 9.394/96. As instituições escolares devem ainda receber destas instâncias os seus prazos de adaptação.

· Institui-se o Conselho Nacional de Educação (art. 9º, § 1º), herdeiro do antigo Conselho Federal de Educação (1962-1994). Terá funções de normatização e assessoramento, com uma inovação: seus membros podem ser indicados pela sociedade (Lei 9.131/95), o que pretende evitar a interferência da política partidária neste processo.

A LDB demonstra preocupação clara com as principais questões da educação brasileira, tais como:

O funcionamento e duração da educação básica, determinando claramente períodos a serem cumpridos e estabelecendo diretrizes básicas de organização do ensino (a Lei abre ainda a possibilidade de que cada escola elabore seus calendários escolares, o que pode representar um melhor atendimento às especificidades de cada clientela); e a necessidade de o aluno permanecer mais tempo de seu dia no espaço escolar, e menos tempo de sua vida na escola (principalmente pelo término da repetência nas primeiras séries). A previsão de ampliação do número de horas do aluno na escola prevista no artigo 34, não tem prazo definido, mas é uma proposta que está em sintonia com as tendências dos mais modernos métodos pedagógicos.

Conclusões

Uma lei não é uma diretriz infalível e abstrata a partir da qual todo o contexto real vai ser ordenado. Se, por um lado, ela reflete os usos e costumes da sociedade que a produziu, e ordena a prática social no sentido de possibilitar seu controle e sua regulação, por outro, ela se propõe assumir a condição de orientadora dessa prática, acenando para modos de agir e de conviver que se distanciam dessa mesma prática, procurando trazer o ideal para o real[1]. Além disso, toda legislação é também fruto das tensões de interesses, acordos e alianças envolvidos no seu processo de elaboração.

Por tudo isso, deve-se evitar um sentimento ingênuo de que, uma vez promulgada a nova LDB, todas as reformas propostas serão realizadas, assim como todas as práticas pedagógicas sugeridas serão cumpridas. Isso não ocorreu com a lei anterior (5.692/71), e provavelmente não ocorrerá com a 9.394/96.

A Lei distribui funções, atribuições e responsabilidades. Sendo sinalizadora dos caminhos a percorrer, ela não pode ser tomada como um fim em si mesma, ou como o remédio para curar as deficiências de nosso problemático sistema de ensino. As bases dessa responsabilidade social não estão no seu texto, e sim na ação de cada professor, de cada escola, de cada centro educativo.

São comuns comentários do tipo: A Lei já tem meses e até agora não saiu do papel!. Os professores, diretores, pais, alunos e demais cidadãos da sociedade que se espantarem com isso deverão perceber que não é por decreto que a educação vai mudar, como numa mágica em que, depois deste ano de implantação da LDB, o Brasil passasse a contar com um ensino democratizado, atualizado, adequado às necessidades de cada clientela, e assim por diante.

O primeiro passo já foi dado, mas o caminho a percorrer é, na verdade, ainda muito extenso.

Foram quase dez anos de tramitação, ao longo dos quais pouco pudemos inovar, desconhecendo as tendências da Lei que entraria em vigor. O texto não é ideal e faltam ajustes, mas a partir de agora é o nosso conjunto de diretrizes, as bases que vão fundamentar nossa ação pedagógica pelos próximos anos.

Nas entrelinhas dos 92 artigos escritos em linguagem jurídica podem estar as mudanças com que sonhamos em nosso cotidiano no espaço escolar.

¹ 1- Pedaladas fiscais é um termo que se refere a operações orçamentárias realizadas pelo [Tesouro Nacional](#), não previstas na legislação, que consistem em atrasar o repasse de verba a bancos públicos e privados com a intenção de aliviar a situação fiscal do governo em um determinado mês ou ano, apresentando melhores indicadores econômicos ao mercado financeiro e aos especialistas em contas públicas.^[1]

Isto ocorre porque, apesar de o gasto social ter efetivamente ocorrido, ele ainda não saiu das contas do Governo Federal, quando o mesmo divulga seu balanço anual. Assim, este artifício pode ser usado para aumentar o [superávit primário](#) (economia feita para pagar os juros da [dívida pública](#)) ou impedir um déficit primário maior (quando as despesas são maiores que as receitas).^[2] Ou seja, ao deixar de transferir o dinheiro para os bancos estatais, o governo apresentava despesas contabilmente menores do que as que ocorreram na prática, numa tentativa de ludibriar os agentes econômicos – https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedalada_fiscal

ANEXO V

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO D ENTREVISTA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO
Av. Nove de Julho, 378 - Ribeirão Preto - São Paulo.
Telefone - (016) 3519-3910 - FAX 3610 1006

G.2881 /1073/2016

I: UNAERP

ASSUNTO: Autorização para realização de entrevista em escolas

INFORMAÇÃO

Após análise do referido documento, este Núcleo informa:

- A solicitante pede autorização para a realização de entrevista nas escolas: EE Alberto Santo Dumont, EE Alcides Correa; EE Amélia dos Santo Musa; EE Alpeu Dominiguetti; EE Cônego Barros; EE Cid de Oliveira Leite; EE Djanira Velho; EE Domingos João Baptista Spinelli; EE Eugênia Vilhena de Moraes; EE Expedicionários Brasileiros; EE Francisco da Cunha Junqueira; EE Geraldo Correia de Carvalho; EE Guimarães Junior; EE Irene Dias Ribeiro; EE Jardim Diva Tarlá de Carvalho; EE Jardim Orestes Lopes de Camargo; EE Jardim Paiva II; EE Jenny de Toledo Pizza Schroeder; EE João Augusto de Melo; EE Miguel Jorge; EE João Palma Guião; EE Orlando Vitaliano; EE Rafael Leme Franco; EE Dom Romeu Alberti; EE Romualdo Monteiro de Barros; EE Sebastião Fernandes Palma; EE Tomas Alberto Whately; EE Walter Ferreira; EE Walter Paiva;
- A solicitante pede autorização para a realização de entrevista no Centro de Atendimento Socioeducacional Adolescente Ribeirão Preto UI – Estadual;
- O documento apresenta o roteiro a ser aplicado.

Diante do exposto, este Núcleo manifesta-se favorável ao desenvolvimento da pesquisa nas escolas desde que, tenha a avaliação da equipe gestora e aprovação do Conselho de Escola.

Quanto ao Centro de Atendimento Socioeducacional Adolescente Ribeirão Preto UI – Estadual, informamos que esta unidade é vinculada a EE Vicente Teodoro. Orientamos a interessada que procure a escola vinculadora para verificar com a Direção da mesma a possibilidade de realização.

Devolva-se ao Gabinete da Dirigente Regional de Ensino para o que couber.

Ribeirão Preto, 17 de novembro de 2016.


Gisele Aparecida Ribeiro Salvi
RG 19.975.115-8
Diretor Técnico I - NPE


Diretor Técnico I - NPE

	Arquivo encontrado	Total de termos	Termos comuns	Similaridade (%)
[0,7%]	docplayer.com.br/114...	10874	238	0,7
	educacao.sp.gov.br/c...	212	21	0,1
[0,1%]	fesar.com.br/PDFS/L...	290	12	0
[0%]	colegiomilliarpmvr.c...	-	-	-
	scielo.org/	350	3	0
	portalnet.educacao.s...	118	2	0
[0%]	scielo.br/scielo.php...	1767	21	0
%]	Intranet.Educacao.sp...	182	13	0
[0%]	educacao.sp.gov.br/	640	15	0
	escol.as/221166-#ren...	276	13	0

Download falhou:
<http://colegiomilliarpmvr.com.br/Documentos/Normo%20de%20Trabalhos%20Escol>

6)

[0%]

Users\LenyFatima\Desktop\MESTRADO\LENY_relatorioCopySpider-20170220%20(1).html

	Arquivo encontrado	Total de termos	Termos comuns	Similaridade (%)
[0,7%]	docplayer.com.br/114...	10874	238	0,7
[0,1%]	educacao.sp.gov.br/c...	212	21	0,1
[0,1%]	fesar.com.br/PDF/Li...	290	12	0
[0%]	colegiomilitarpmr.c...	*	*	*
				Download falhou: http://colegiomilitarpmr.com.br/Documentos/Notas%20de%20Trabalhos%20E
[0%]	scielo.org/	350	3	0
[0%]	portalnet.educacao.s...	118	2	0
[0%]	scielo.br/scielo.php...	1767	21	0
[0%]	intranet.educacao.sp...	182	13	0
[0%]	educacao.sp.gov.br/	640	15	0
[0%]	escol.as/221166-iren...	276	13	0
[0%]	%			
[0%]	[0%]			

Users/Lenyfatima/Desktop/MESTRADO/LENY_relatorioCopySpider-20170220%20(1).html

	Arquivo encontrado	Total de termos	Termos comuns	Similaridade (%)
[0.7%]	dooplayer.com.br/114...	10874	238	0.7
[0.1%]	educacao.sp.gov.br/c...	212	21	0.1
[0%]	fesar.com.br/PDFS/LI...	290	12	0
[0%]	colegiomilitarpmvr.c...	-	-	-
[0%]	scielo.org/	350	3	0
[0%]	portalnet.educacao.s...	118	2	0
[0%]	scielo.br/scielo.php...	1767	21	0
[0%]	intranet.educacao.sp...	182	13	0
[0%]	educacao.sp.gov.br/	640	15	0
[0%]	escol.asi/221166-iren...	276	13	0

Download falho
http://colegiomilitarpmvr.com.br/Documentos/o%20de%20Trabalhos%20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO
Av. Nove de Julho, 378 – Ribeirão Preto – São Paulo.
Telefone – (016) 3519-3910 – FAX 3610 1006

G:2881 /1073/2016

I: UNAERP

ASSUNTO: Autorização para realização de entrevista em escolas

INFORMAÇÃO

Após análise do referido documento, este Núcleo informa:

- A solicitante pede autorização para a realização de entrevista nas escolas: EE Alberto Santo Dumont, EE Alcides Correa; EE Amélia dos Santo Musa; EE Alpheu Dominiguetti; EE Cônego Barros; EE Cid de Oliveira Leite; EE Djanira Velho; EE Domingos João Baptista Spinelli; EE Eugênia Vilhena de Moraes; EE Expedicionários Brasileiros; EE Francisco da Cunha Junqueira; EE Geraldo Correia de Carvalho; EE Guimarães Junior; EE Irene Dias Ribeiro; EE Jardim Diva Tarlá de Carvalho; EE Jardim Orestes Lopes de Camargo; EE Jardim Paiva II; EE Jenny de Toledo Pizza Schroeder; EE João Augusto de Melo; EE Miguel Jorge; EE João Palma Guião; EE Orlando Vitaliano; EE Rafael Leme Franco; EE Dom Romeu Alberti; EE Romualdo Monteiro de Barros; EE Sebastião Fernandes Palma; EE Tomas Alberto Whatelly; EE Walter Ferreira; EE Walter Paiva;
- A solicitante pede autorização para a realização de entrevista no Centro de Atendimento Socioeducacional Adolescente Ribeirão Preto UI – Estadual;
- O documento apresenta o roteiro a ser aplicado.

Diante do exposto, este Núcleo manifesta-se favorável ao desenvolvimento da pesquisa nas escolas desde que, tenha a avaliação da equipe gestora e aprovação do Conselho de Escola.

Quanto ao Centro de Atendimento Socioeducacional Adolescente Ribeirão Preto UI – Estadual, informamos que esta unidade é vinculada a EE Vicente Teodoro. Orientamos a interessada que procure a escola vinculadora para verificar com a Direção da mesma a possibilidade de realização.

Devolva-se ao Gabinete da Dirigente Regional de Ensino para o que couber.

Ribeirão Preto, 17 de novembro de 2016.


Gisele Aparecida Ribeiro Salvi
RG 19.975.115-8
Diretor Técnico I - NPE


Simão Martins



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO
Av. Nove de Julho, 378 – Ribeirão Preto – São Paulo.
Telefone – (016) 3519-3910 – FAX 3610 1006

G:2881 /1073/2016

I: UNAERP

ASSUNTO: Autorização para realização de entrevista em escolas

INFORMAÇÃO

Após análise do referido documento, este Núcleo informa:

- A solicitante pede autorização para a realização de entrevista nas escolas: EE Alberto Santo Dumont, EE Alcides Correa; EE Amélia dos Santo Musa; EE Alpheu Dominiguetti; EE Cônego Barros; EE Cid de Oliveira Leite; EE Djanira Velho; EE Domingos João Baptista Spinelli; EE Eugênia Vihena de Moraes; EE Expedicionários Brasileiros; EE Francisco da Cunha Junqueira; EE Geraldo Correia de Carvalho; EE Guimarães Junior; EE Irene Dias Ribeiro; EE Jardim Diva Tartá de Carvalho; EE Jardim Orestes Lopes de Camargo; EE Jardim Paiva II; EE Jenny de Toledo Pizza Schroeder; EE João Augusto de Melo; EE Miguel Jorge; EE João Palma Guião; EE Orlando Vitaliano; EE Rafael Leme Franco; EE Dom Romeu Alberti; EE Romualdo Monteiro de Barros; EE Sebastião Fernandes Palma; EE Tomas Alberto Whatelly; EE Walter Ferreira; EE Walter Paiva;
- A solicitante pede autorização para a realização de entrevista no Centro de Atendimento Socioeducacional Adolescente Ribeirão Preto UI – Estadual;
- O documento apresenta o roteiro a ser aplicado.

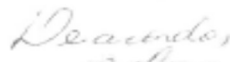
Diante do exposto, este Núcleo manifesta-se favorável ao desenvolvimento da pesquisa nas escolas desde que, tenha a avaliação da equipe gestora e aprovação do Conselho de Escola.

Quanto ao Centro de Atendimento Socioeducacional Adolescente Ribeirão Preto UI – Estadual, informamos que esta unidade é vinculada a EE Vicente Teodoro. Orientamos a interessada que procure a escola vinculadora para verificar com a Direção da mesma a possibilidade de realização.

Devolva-se ao Gabinete da Dirigente Regional de Ensino para o que couber.

Ribeirão Preto, 17 de novembro de 2016.


Gisele Aparecida Ribeiro Salvi
RG 19.975.115-8
Diretor Técnico I - NPE


Leonardo
Suplente de Diretor
17/11/2016



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO
Av. Nove de Julho, 378 – Ribeirão Preto – São Paulo.
Telefone – (016) 3519-3910 – FAX 3610 1006

G:2881/1073/2016

I: UNAERP

ASSUNTO: Autorização para realização de entrevista em escolas

INFORMAÇÃO

Após análise do referido documento, este Núcleo informa:

- A solicitante pede autorização para a realização de entrevista nas escolas: EE Alberto Santo Dumont, EE Alcides Correa; EE Amélia dos Santo Musa; EE Alpheu Dominiquetti; EE Cônego Barros; EE Cid de Oliveira Leite; EE Djanira Velho; EE Domingos João Baptista Spinelli; EE Eugênia Vilhena de Moraes; EE Expedicionários Brasileiros; EE Francisco da Cunha Junqueira; EE Geraldo Correia de Carvalho; EE Guimarães Junior; EE Irene Dias Ribeiro; EE Jardim Diva Tarlá de Carvalho; EE Jardim Orestes Lopes de Camargo; EE Jardim Paiva II; EE Jenny de Toledo Pizza Schroeder; EE João Augusto de Melo; EE Miguel Jorge; EE João Palma Guião; EE Orlando Vitaliano; EE Rafael Leme Franco; EE Dom Romeu Alberti; EE Romualdo Monteiro de Barros; EE Sebastião Fernandes Palma; EE Tomas Alberto Whatelly; EE Walter Ferreira; EE Walter Paiva;
- A solicitante pede autorização para a realização de entrevista no Centro de Atendimento Socioeducacional Adolescente Ribeirão Preto UI – Estadual;
- O documento apresenta o roteiro a ser aplicado.

Diante do exposto, este Núcleo manifesta-se favorável ao desenvolvimento da pesquisa nas escolas desde que, tenha a avaliação da equipe gestora e aprovação do Conselho de Escola.

Quanto ao Centro de Atendimento Socioeducacional Adolescente Ribeirão Preto UI – Estadual, informamos que esta unidade é vinculada a EE Vicente Teodoro. Orientamos a interessada que procure a escola vinculadora para verificar com a Direção da mesma a possibilidade de realização.

Devolva-se ao Gabinete da Dirigente Regional de Ensino para o que couber.

Ribeirão Preto, 17 de novembro de 2016.


Gisele Aparecida Ribeiro Salvi
RG 19.975.115-8
Diretor Técnico I - NPE



Gisele Aparecida Ribeiro Salvi
Diretor Técnico I - NPE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPREENDEDORISMO:

Um estudo de caso nas escolas de ensino médio na cidade de Ribeirão Preto

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: LENY FATIMA SALLES PASCHOAL

ORIENTADORA: Profa. Dra. DANIELA CARNIO MARASEA

Tese de Mestrado em Educação e Saúde, com o objetivo de apurar a política pública no Estado de São Paulo referente ao empreendedorismo no ensino médio, analisando se as escolas Municipais e Estaduais possuem programas educacionais que estimulem jovens (até 24 anos) a empreender

É garantida a liberdade da retirada do consentimento a qualquer momento, e deixar de participar do estudo sem qualquer prejuízo nesta instituição.

As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros profissionais, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante. Será garantido a(o) Sr(a) o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais da pesquisa.

Comprometemo-nos a utilizar os dados somente nesta pesquisa.

Não há despesas para a participação em qualquer fase do estudo, mas também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

Quaisquer dúvidas de sua parte poderão ser dirimidas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Ribeirão Preto, pelo telefone: 36036915.

Ribeirão Preto, ____/____/____

Assinatura do participante



Assinatura da pesquisadora responsável

Profa. Dra. Daniela Carnio Marasea Tel: (16) 35128262
Av. Heráclito Fontoura Sobral Pinto, 400 Casa 71
COND. JD SUL - Ribeirão Preto-SP.
CEP: 14022-000



Assinatura da pesquisadora

Leny Fatima Salles Paschoal Tel: (16) 32343555
Rua Antônio Achê, 875 | Apto 12 |
Jd Irajá | Ribeirão Preto-SP
CEP: 14020-600

Programa de Mestrado Stricto sensu Saúde e Educação
Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP)
Fone: (16) 3603-6774 e 36037010.

UNAERP - UNIVERSIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPREENDEDORISMO:

Um estudo de caso nas escolas de ensino médio na cidade de Ribeirão Preto

Pesquisador: Daniela Carnio Costa Moraes

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 55511016.6.0000.5498

Instituição Proponente: Universidade de Ribeirão Preto UNAERP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.845.191

Apresentação do Projeto:

Com a atual crise econômica é importante que as pessoas encontrem outra forma de obter rendas e, para não ficar na dependência de patrão nada melhor do que empreender em um novo negócio, ou seja, colocar em prática, executar algo. No entanto, é preciso orientações, cursos e conhecimentos. A questão é, será que o governo, por meio das políticas públicas, fornece os recursos necessários para os jovens empreenderem? Desta forma objetiva-se apurar a política pública no Estado de São Paulo referente ao empreendedorismo no ensino médio, analisando se as escolas Municipais e Estaduais da cidade de Ribeirão Preto possuem programas educacionais que estimulem jovens (até 24 anos) a empreender, o presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, por meio de um estudo de campo com a aplicação de entrevistas semiestruturadas, caracterizando-se assim uma pesquisa qualitativa. Espera-se com o

Endereço: Av. Costabile Romano nº 2201, sala 08, Bloco D
Bairro: RIBEIRANIA CEP: 14.086-380
UF: SP Município: RIBEIRÃO PRETO
Telefone: (16)3603-6866 Fax: (16)3603-6815 E-mail: cefica@unaerp.br

Continuação do Protocolo: 1.045.701

presente estudo estimular e orientar os jovens participantes e leitores em relação ao empreendedorismo.

Objetivo da Pesquisa:

Geral

Apurar se as escolas de ensino médio (municipal e estadual) na cidade de Ribeirão Preto, possuem atividades e oficinas que estimulem o empreendedorismo aos jovens (até 24 anos). Objetivo Secundário:
 • Apresentar educação empreendedora e suas vantagens • Pesquisar as definições de políticas públicas • Relacionar as políticas públicas e a educação • Conceituar os tipos de empreendedorismo • Apurar as escolas de ensino médio (municipais e estaduais) na cidade de Ribeirão Preto • Verificar se as escolas de ensino médio de Ribeirão Preto oferecem atividades e oficinas voltadas ao Empreendedorismo • Questionar se os discentes participantes das atividades e oficinas possuem interesse em empreender.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Causar um incômodo ao responder

Benefícios: Ser reconhecido o trabalho de incentivo ao empreendedorismo realizado pelo respondente

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O tema é relevante especialmente considerando-se o momento econômico que vivemos, uma vez que o empreendedorismo poderia ser uma forma de diversificação e movimentação da economia.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não foi apresentada a autorização da secretaria da Educação para que a pesquisa seja feita nas escolas. Não foram informados o RG e o endereço do pesquisador responsável no TCLE e não o TCLE não foi

Endereço: Av. Costabile Romano nº 2201, sala 06, Bloco D
 Bairro: RIBEIRANIA CEP: 14.098-380
 UF: SP Município: RIBEIRÃO PRETO
 Telefone: (16)3600-6696 Fax: (16)3600-6616 E-mail: ce@unaerp.br

Continuação do Parecer: 1.848.191

assinado pelo pesquisador responsável.

Alterar a data de início da coleta de dados no cronograma para depois da aprovação do CEP>

Recomendações:

Não foi apresentada a autorização da secretaria da Educação para que a pesquisa seja feita nas escolas.

Não foram informados o RG e o endereço do pesquisador responsável no TCLE e não o TCLE não foi

assinado pelo pesquisador responsável.

Alterar a data de início da coleta de dados no cronograma para depois da aprovação do CEP>

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências foram atendidas e obedecem a Resolução 466/12 do CNS.

Considerações Finais a critério do CEP:

As pendências foram atendidas e obedecem a Resolução 466/12 do CNS.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_723387.pdf	28/11/2016 18:05:14		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	28/11/2016 18:04:11	Daniela Carmo Costa Maraseo	Aceito
Outros	AUTORIZACAO_PREFEITURA.pdf	28/11/2016 18:00:20	Daniela Carmo Costa Maraseo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/11/2016 17:47:50	Daniela Carmo Costa Maraseo	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	20/05/2016 22:08:31	Daniela Carmo Costa Maraseo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	COMITE_ETICA_UNAERP2005final.doc x	20/05/2016 19:06:21	Daniela Carmo Costa Maraseo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termodeconsentimentolivreesclarecido .pdf	20/05/2016 19:04:24	Daniela Carmo Costa Maraseo	Aceito

Endereço: Av. Costabile Romano nº 2201, sala 06, Bloco D
 Bairro: RIBERANIA CEP: 14.096-380
 UF: SP Município: RIBERAÓ PRETO
 Telefone: (16)3603-6695 Fax: (16)3603-6615 E-mail: cetica@unaerp.br

UNAERP - UNIVERSIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO



Continuação do Parecer: 1.846.191

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIBEIRÃO PRETO, 01 de Dezembro de 2016

Assinado por:

Luciana Rezende Alves de Oliveira
(Coordenador)

Endereço: Av. Costabile Romano nº 2201, sala 06, Bloco D
Bairro: RIBEIRÃO
UF: SP Município: RIBEIRÃO PRETO CEP: 14.096-380
Telefone: (16)3600-6695 Fax: (16)3600-6615 E-mail: ceica@unaerp.br

Página 04 de 04

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPREENDEDORISMO:

Um estudo de caso nas escolas de ensino médio na cidade de Ribeirão Preto

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: LENY FATIMA SALLES PASCHOAL

ORIENTADORA: Profa. Dra. DANIELA CARNIO MARASEA

Tese de Mestrado em Educação e Saúde, com o objetivo de apurar a política pública no Estado de São Paulo referente ao empreendedorismo no ensino médio, analisando se as escolas Municipais e Estaduais possuem programas educacionais que estimulem jovens (até 24 anos) a empreender

É garantida a liberdade da retirada do consentimento a qualquer momento, e deixar de participar do estudo sem qualquer prejuízo nesta instituição.

As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros profissionais, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante. Será garantido a(o) Sr(a) o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais da pesquisa.

Comprometemo-nos a utilizar os dados somente nesta pesquisa.

Não há despesas para a participação em qualquer fase do estudo, mas também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

Quaisquer dúvidas de sua parte poderão ser dirimidas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Ribeirão Preto, pelo telefone: 36036915.

Ribeirão Preto, 09/12/2016

Assinatura do participante

MARIA INÊS DE SOUZA
VITORINO JUSTINO

Assinatura da pesquisadora responsável

Profa. Dra. Daniela Carnio Marasea Tel: (16) 35128262
Av. Heráclito Fontoura Sobral Pinto, 400 Casa 71
COND. JD SUL - Ribeirão Preto-SP.
CEP: 14022-000

Assinatura da pesquisadora

Leny Fatima Salles Paschoal Tel: (16) 32343555
Rua Antônio Achê, 875 | Apto 12|
Jd Irajá | Ribeirão Preto-SP
CEP: 14020-600

Programa de Mestrado *Stricto sensu* Saúde e Educação
Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP)
Fone: (16) 3603-6774 e 36037010.

